



ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO  
TATIANA LYRA LIMA FÉLIX

# A NATUREZA DO TRABALHO

E DA DIVISÃO DO TRABALHO  
NOS LIMITES DO CAPITAL

EDITORA  
**phillos.**  
ACADEMY

O trabalho é uma categoria que a princípio parece ser muito simples, no entanto, é bastante complexa; por isso foi preciso um longo desenvolvimento da história da humanidade para esta pudesse se revelar como a categoria fundamental para o entendimento da verdadeira natureza do ser social. Escreve Marx: “A forma valor, cuja figura acabada é a forma do dinheiro, é muito simples e vazia de conteúdo. Mesmo assim, o espírito humano tem procurado fundamentá-la em vão há mais de 2.000 anos” (1985, p. 11). A forma valor é difícil de ser elucidada porque o seu conteúdo está num outro lugar que não nela mesma, ou seja, está no universo das relações sociais que pautam o trabalho. Por isso que viramos e reviramos a forma mercadoria e não encontramos nela a forma valor, porque a forma valor ultrapassa a sua substância corpórea. O escopo deste livro tem como propósito investigar o ser precisamente-assim do trabalho humano no percurso histórico das sociedades de classes, entendendo que a essência das sociedades de classes é a apropriação do mais-trabalho, sobretrabalho, trabalho além do necessário.



EDITORA

**phillos.**  
ACADEMY



**A NATUREZA DO TRABALHO E  
DA DIVISÃO DO TRABALHO  
NOS LIMITES DO CAPITAL**

**DIREÇÃO EDITORIAL:** Willames Frank

**IMAGEM DE CAPA:** *Colheita de Cana de Candido Portinari*

*O padrão ortográfico, o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas do autor. Da mesma forma, o conteúdo da obra é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu autor.*



Todos os livros publicados pela Editora Phillos estão sob os direitos da Creative Commons 4.0

[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)

2017 Editora PHILLOS

Av. Santa Maria, Parque Oeste, 601.

Goiânia-GO

[www.editoraphillos.com](http://www.editoraphillos.com)

[editoraphillos@gmail.com](mailto:editoraphillos@gmail.com)

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

S 144 p

FÉLIX, Tatiana Lima – SANTOS NETO, Artur Bispo dos. A natureza do trabalho e da divisão do trabalho nos limites do capital. [recurso digital] / Tatiana Lyra Lima Félix – Artur Bispo dos Santos Neto – Goiânia-GO: Editora Phillos, 2021.

ISBN: 978-65-88994-69-6

Disponível em: <http://www.editoraphillos.com>

1. Capital e trabalho abstrato 2. Trabalho produtivo e improdutivo 3. Método dialético 4. Serviço Social  
I. Título.

CDD: 360

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Serviço Social 360

ARTUR BISPO DOS SANTOS NETO  
TATIANA LYRA LIMA FÉLIX

**A NATUREZA DO TRABALHO E  
DA DIVISÃO DO TRABALHO  
NOS LIMITES DO CAPITAL**

Goiânia-GO | EDITORA  
2021 | **phillos.**  
ACADEMY

## **Direção Editorial**

Willames Frank da Silva Nascimento

## **Comitê Científico Editorial**

### **Dr. Alberto Vivar Flores**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

### **Dr<sup>a</sup>. María Josefina Israel Semino**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

### **Dr. Arivaldo Sezyshtha**

Universidade Federal da Paraíba | UFPB (Brasil)

### **Dr. Dante Ramaglia**

Universidad Nacional de Cuyo | UNCUYO (Argentina)

### **Dr. Francisco Pereira Sousa**

Universidade Federal de Alagoas | UFAL (Brasil)

### **Dr. Sirio Lopez Velasco**

Universidade Federal do Rio Grande | FURG (Brasil)

### **Dr. Thierno Diop**

Université Cheikh Anta Diop de Dakar | (Senegal)

### **Dr. Pablo Díaz Estevez**

Universidad De La República Uruguay | UDELAR (Uruguai)

### **Dr. Sebastião Hugo Brandão Lima**

Instituto Federal de Alagoas | IFAL (Brasil)

*Existe uma rosa na cruz do presente.*

Georg W. F. Hegel

*A revolução social do século XIX não pode tirar sua poesia do passado, e  
sim do futuro.*

Karl Marx

## SUMÁRIO

|  |     |
|--|-----|
| <b>INTRODUÇÃO</b> .....  | 9   |
| <b>CAPÍTULO PRIMEIRO</b> .....   | 15  |
| INVESTIGAÇÃO E EXPOSIÇÃO DIALÉTICA NO<br>POSFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO ALEMÃ DE <i>O</i><br><i>CAPITAL</i>                            |     |
| <b>CAPÍTULO SEGUNDO</b> .....  | 42  |
| O DUPLO CARÁTER DO TRABALHO EM <i>O CAPITAL</i><br>DE KARL MARX  |     |
| <b>CAPÍTULO TERCEIRO</b> .....   | 70  |
| TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO<br>IMPRODUTIVO NAS “TEORIAS DA MAIS-VALIA” DE<br>KARL MARX   |     |
| <b>CAPÍTULO QUARTO</b> .....   | 99  |
| A NATUREZA DO TRABALHO NO SISTEMA DO<br>CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS NA PROFISSÃO<br>DO ASSISTENTE SOCIAL                           |     |
| <b>CAPÍTULO QUINTO</b> .....   | 122 |
| O AVANÇO CIENTÍFICO-TECONOLÓGICO E SUAS<br>INÚMERAS POSSIBILIDADES DE COMBINAÇÕES<br>NA INTENSIFICAÇÃO DO DESEMPREGO<br>ESTRUTURAL |     |
| <b>SOBRE OS AUTORES</b> .....  | 142 |



## INTRODUÇÃO

Em consonância com as afirmações de Lukács e J. Chasin, entendemos que não existe qualquer pretensão de Karl Marx em formular um sistema filosófico completo, como seus predecessores Kant, Hegel e Fichte, da mesma forma como inexistente qualquer tentativa de afirmar a constituição de um método de investigação da realidade em termos gnosiológicos.<sup>1</sup> Nessa perspectiva, não é possível anunciar a presença de um método como critério axiológico de constituição da teoria marxiana. Isso não representa um *deficit* no pensamento marxiano, nem resulta do fato de Marx não haver tido tempo suficiente para se dedicar a tal atividade. Pelo contrário, o acerto de contas com a tradição filosófica, em sua juventude, representa uma recusa peremptória da tradição lógica e gnosiológica, patenteadas nas filosofias hegeliana e kantiana, que tenta afirmar a unidade entre lógica, ontologia e conhecimento. Marx rejeita a construção apriorística do método de investigação porque a base real da cientificidade são os fatos sociais e as suas conexões íntimas. Nesse sentido, a cientificidade em Marx assume uma atitude claramente ontológica porque seu ponto de partida é histórico-ontológico e não gnosiológico, em que ocorre uma

---

<sup>1</sup> A princípio não existe uma questão de método no pensamento de Marx, se por método se entende “uma arrumação operativa, *a priori*, da subjetividade, consubstanciada por um conjunto normativo de procedimentos, ditos científicos, com os quais o investigador deve levar a cabo seu trabalho, então, não há método em Marx” (Chasin, 1995, p. 388). A ausência de método não é uma insuficiência do pensamento de Marx, mas expressão de uma clareza fundamental que “alerta para a especificidade do tratamento marxiano desses temas, de modo que a ausência de equacionamento convencional do assunto é apenas o sinal negativo da completa reconversão e resolução positivas que a matéria encontra na reflexão marxiana” (Chasin, 1995, p. 390).

conexão íntima com a ontologia que emana espontaneamente das vicissitudes da vida cotidiana e com a ontologia filosófica, quando expressa corretamente. A guinada na direção dos estudos econômicos resulta da determinação de seu próprio objeto de estudo e não de uma intencionalidade *a priori*, pois a anatomia da sociedade capitalista deve ser investigada e exposta na crítica da economia política burguesa.

A natureza do trabalho apenas pode ser desvendada *post festum*, através de um experimento ideal; porque no ser social existe uma barreira ontológica que impede a reconstrução dos fatos passados com a precisão dos experimentos realizados no campo das ciências da natureza. A impossibilidade de recuperar o ser-precisamente-assim social não implica a impossibilidade do conhecimento da coisa em-si, como afirma a filosofia kantiana.

O trabalho é uma categoria que a princípio parece ser muito simples, no entanto, é bastante complexa; por isso foi preciso um longo desenvolvimento da história da humanidade para esta pudesse se revelar como a categoria fundamental para o entendimento da verdadeira natureza do ser social. Escreve Marx: “A forma valor, cuja figura acabada é a forma do dinheiro, é muito simples e vazia de conteúdo. Mesmo assim, o espírito humano tem procurado fundamentá-la em vão há mais de 2.000 anos” (1985, p. 11). A forma valor é difícil de ser elucidada porque o seu conteúdo está num outro lugar que não nela mesma, ou seja, está no universo das relações sociais que pautam o trabalho. Por isso que viramos e reviramos a forma mercadoria e não encontramos nela a forma valor, porque a forma valor ultrapassa a sua substância corpórea. O escopo deste livro tem como propósito investigar o ser precisamente-assim do trabalho humano no percurso histórico das sociedades de classes, entendendo que a essência das sociedades de classes é a

apropriação do mais-trabalho, sobretrabalho, trabalho além do necessário.

O primeiro capítulo tenta esclarecer o caráter fundamental que ocupa a dimensão ontológica para a compreensão científica e filosófica do mundo dos homens, a partir do entendimento de que as abstrações não são construtos ideais que emanam de forma *a priori*, desconsiderando qualquer articulação com o mundo objetivo, pois a totalidade do pensamento resulta do desenvolvimento da totalidade concreta das relações sociais. Através da apresentação da relação existente entre o movimento da investigação e o movimento da exposição, estabelecemos o ponto fundamental de nosso percurso, na perspectiva de descrever o papel das categorias no pensamento marxiano mediante a recorrência da interpretação do texto que serve de preâmbulo à obra fundamental de Karl Marx: “posfácio à segunda edição” de *O capital*. Aberto o itinerário para a elucidação dessas questões, nosso texto encontra seu corolário no desfecho da análise do movimento de aproximação e distanciamento do pensamento dialético marxiano em relação ao pensamento dialético hegeliano, merecendo destaque a primazia fatídica do ontológico sobre o lógico no materialismo dialético.

O segundo capítulo concentra sua atenção na perspectiva de elucidar a relação dialética existente entre trabalho concreto e trabalho abstrato conforme comparece na obra fundamental de Karl Marx, *O capital*. No decorrer do texto buscar-se-á apontar como uma sociedade assentada sobre o trabalho abstrato tende a reproduzir-se socialmente segundo seus preceitos dessa forma específica de organização do trabalho. A natureza abstrata trabalho reverbera sobre todas as relações sociais fazendo com que as relações estabelecidas entre os seres humanos compareçam como relações entre coisas. A existência humana numa sociedade centrada na produção de

mercadoria ganha corolário cada vez mais mediado pela quantidade e não pela qualidade, cada vez os indivíduos têm menos valor, porque o tempo é tudo e os indivíduos nada, porque o capital é tudo e as necessidades efetivamente humanas comparecem como essenciais. Por fim, busca-se assinalar como o trabalho abstrato está equidistante de qualquer isenção de objetividade e materialidade; pelo contrário, como sua natureza é plena de objetividade e de materialidade em meio aos processos de fetichizações.

O terceiro capítulo tem como propósito apresentar a peculiaridade do trabalho produtivo e sua distinção em relação ao trabalho improdutivo, conforme abordado no capítulo IV das *Teorias da mais-valia* (Livro IV de *O capital*). Nos manuscritos de 1861-1863, Marx destaca o mérito de Adam Smith tanto perante as posições fisiocratas e mercantilistas acerca da natureza do trabalho produtivo, quanto perante a plêiade de sicofantas do segundo escalão da economia política que, posteriormente, tentaram erigir o trabalho improdutivo à condição de trabalho produtivo. O elogio marxiano ao autor de *A riqueza das nações*, não deve ser confundido com alguma afirmação de unidade absoluta acerca de suas considerações sobre a natureza do trabalho. No decorrer deste artigo, buscar-se-á destacar alguns dos aspectos distintivos dos referidos autores e a matriz fundamental da crítica marxiana à economia política.

O quarto capítulo tem como objetivo situar os reflexos da crise estrutural nos limites do capital sobre a esfera do trabalho e da profissão do Serviço Social. Expõe os fundamentos do trabalho, da divisão do trabalho e do surgimento das profissões em Lukács e Marx. Elucida o processo de institucionalização do Serviço Social e sua relação com a questão social mediante as crises e as necessidades de reestruturação para a elevação da acumulação burguesa.

Apreende o contexto histórico particular da crise estrutural dos anos 1970, que beira os limites absolutos do sistema capitalista devido às contradições geradas em seu interior, e sua dimensão irreversível e irremediável que assola o trabalho na contemporaneidade. Situa os desafios para o Serviço Social e as demais classes trabalhadoras na margem da luta pela superação dos entraves do capital mediante a via revolucionária de Marx.

Na tentativa de apreender a anatomia do sistema do capital, no quinto capítulo recorrer-se-á ao instrumental teórico deixado por Karl Marx em sua obra fundamental *O capital* e que reverbera nas produções intelectuais de David Harvey. No decorrer deste texto, buscar-se-á desvelar a tendência de fetichização da tecnologia que perpassa a forma de ser de uma organização da vida material assentada no trabalho abstrato. A elucidação da peculiaridade da forma fetichizada do conhecimento científico-tecnológico visa demonstrar como as suas inúmeras possibilidades de combinações estão assentadas na economia de tempo para o capitalista, na apropriação do tempo de trabalho excedente do trabalhador e na intensificação do desemprego, assim como o desemprego revela os limites absolutos do capital e a necessidade histórica de uma nova forma de sociabilidade.

A produção de mais e mais capitalismo é uma realidade diante de nossos olhos, mas há uma novidade fundamental: os limites absolutos do sistema estão acionados. Os processos de solução para as crises no interior do modo de produção capitalista parecem esgotados, sem respostas satisfatórias no horizonte. O desenvolvimento da alta tecnologia nas últimas décadas estão muito longe de apontar para qualquer possibilidade de superação das contradições que ativam os limites absolutos do capital (tais como o desemprego). Nesse contexto, mais do que nunca é preciso recuperar a perspectiva

marxiana acerca da anatomia do sistema do capital e do processo de fetichização da tecnologia. Isso implica o reconhecimento da necessidade histórica da unidade dos trabalhadores empregados e desempregados, na perspectiva de uma ofensiva de massa socialista, pois somente no socialismo será possível transformar o tempo livre da sociedade, que hoje se converte em desemprego, em tempo disponível da sociedade.

Por fim, entregamos esta obra ao leitor na perspectiva de aprofundar o desenvolvimento duma consciência crítica para além dos limites do sistema do capital e da necessidade histórica de uma ofensiva de massa socialista; do contrário, teremos o aprofundamento da destruição e barbárie, típica da essência destrutiva do sistema socioeconômico que domina os tempos hodiernos.

Os autores.

## CAPÍTULO PRIMEIRO

### INVESTIGAÇÃO E EXPOSIÇÃO DIALÉTICA NO POSFÁCIO DA SEGUNDA EDIÇÃO ALEMÃ DE *O CAPITAL*

*Artur Bispo dos Santos Neto*

Nosso propósito neste capítulo é fazer algumas considerações acerca da natureza do procedimento adotado por Marx a partir das formulações anunciadas no posfácio à segunda edição alemã de 1873 de *O capital*. E essa discussão no texto não brota da simples pressuposição teórica ou de um mero artefato de eloquência, mas da própria dificuldade textualmente anunciada de compreensão e elucidação da obra publicada em 1867. Escreve Marx: “O método aplicado em *O Capital* foi pouco entendido” (1985, p. 18). A confusão sucedida na interpretação da ordem de exposição e da ordem da pesquisa transparece em *O Correio Europeu*, de Petersburgo, que num artigo examina exclusivamente o método de *O capital* e considera, segundo o próprio Marx, “meu método de pesquisa como rigorosamente realista, mas o meu método de exposição desgraçadamente teuto-dialético” (1985, p. 19). Tentando esclarecer as questões concernentes ao método de exposição e ao método de investigação recorrente na constituição de sua obra fundamental, *O capital*, escreve Marx:

É sem dúvida, necessário distinguir o método de exposição formalmente, do método de pesquisa. A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é

que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori* (1985, p. 20).

O método de pesquisa ou investigação exige um árduo esforço para “captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima”. Isso implica dizer que a matéria, que é a base e o critério de toda a investigação, não pode ser captada facilmente. Ela não é apenas aquilo que aparece, pois para além de sua forma aparente se esconde uma essencialidade que presume um investigador atento para desvelar sua substancialidade. É porque não existe uma adequação imediata entre forma e conteúdo, aparência e essência, que a ciência se torna uma atividade essencial. A matéria não é uma substância estática e amorfa, pelo contrário, é dinâmica e perpassada por contradições. O movimento não está presente apenas no sujeito do processo do conhecimento, o movimento perpassa também a própria estrutura do objeto, que não é homogêneo, mas pautado por relações heterogêneas de continuidades e descontinuidades, de avanços e retrocessos. É preciso “analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima” na sua totalidade concreta. E analisar é um avançar que significa retroceder na perspectiva da elucidação e do esclarecimento dos seus fundamentos.

Uma vez realizada a pesquisa *in loco* do objeto, emerge então a preocupação com a ordem de sua exposição. E a exposição das questões concernentes a *O capital* (1867), livro primeiro, tem seu ponto de inflexão na *Contribuição à crítica da economia política*. Escreve Marx:

A obra, cujo volume I entrego ao público, constitui a continuação de meu texto publicado em 1859: *Contribuição à Crítica da Economia Política*. [...] O conteúdo



daquele texto anterior está resumido no capítulo I deste volume. Isso aconteceu não só por causa da conexão e da necessidade de torná-lo completo. A exposição está aperfeiçoada (1985, p. 11).

São as questões relativas à constituição de uma exposição ainda mais acessível ao público que o conduz à reelaboração dos capítulos I, II e VII, bem como de diversas partes da obra. Destaca Marx: “Seria inútil entrar detalhadamente nas modificações muitas vezes apenas estilísticas, de trechos do texto. Elas se estendem por todo o livro” (1985, p. 15). As diferentes tentativas de exposição acabam culminando na exposição organizada por Engels em 1890, depois da morte de Marx em 1883, que insere parte das diferentes observações de Marx da edição francesa (1875) e de suas anotações manuscritas.

O *capital* tem sua gênese investigativa nas atividades iniciadas ainda nos anos juvenis, quando o autor dirige sua atenção ao mundo objetivo através dos artigos produzidos na época da *Gazeta Renana* (1842-1843), em defesa dos camponeses de Mosela, acusados da prática do roubo de madeira, passando pelos *Manuscritos econômico-filosóficos* (1844), *Miséria da filosofia* (1847), que foram somente interrompidos pelos acontecimentos de 1848-1849, quando novamente passa a dedicar-se às atividades jornalísticas em defesa dos trabalhadores, na publicação da *Nova Gazeta Renana*. A derrocada do proletariado revolucionário impôs a necessidade de um estudo ainda mais sistemático acerca da anatomia da sociedade capitalista, na perspectiva de entender a crise do sistema do capital como algo não meramente episódico. A pesquisa que culmina na exposição do capital passa pela mediação de vários projetos de exposição, desde os *Grundrisse* (1857) e a *Contribuição da crítica da economia política* (1859) até uma série de manuscritos redigidos na década

de 60 e somente publicados tardiamente. Ao final, o projeto de exposição assume a forma de três partes, como conhecemos: Livro primeiro: processo de produção do capital; Livro segundo: processo de circulação do capital; Livro terceiro: processo global de produção do capital; havendo ainda um quarto, dedicado às teorias da mais-valia. Infelizmente, nosso autor consegue trabalhar apenas na edição do Livro primeiro; o segundo e o terceiro foram organizados por Engels, e o quarto por K. Kautsky.<sup>2</sup>

A exposição é uma etapa posterior à investigação da estrutura anatômica do objeto e representa a reprodução da estrutura da vida material no âmbito do pensamento. Nesse sentido significa um adentrar no universo das abstrações, em que abstrair implica “diferenciar aquilo que é essencial daquilo que é secundário e que, portanto, devem ser abstraídos, para que prevaleça aquilo que é o objeto central” (Prado, 2009, p. 136). Através dela se adentra no universo do espelhamento da realidade, por isso que parece tratar-se de uma construção *a priori*, quando na verdade a atividade da pesquisa é essencialmente *post festum*. Escreve Marx: “A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com os

---

<sup>2</sup> Nos anos de 1857 a 1866 fica claro que as descobertas marxianas não poderiam ser expressas de qualquer maneira. Nesses nove anos de estudos, Marx descobriu que o único método expositivo capaz de dar conta da complexa estrutura social e categorial do capital era um método que se elevava do abstrato ao concreto. Segundo Rosdolsky, Marx elaborou dois planos distintos de exposição de *O capital*: o primeiro foi formulado em 1857 e o segundo em 1866. O primeiro é mais amplo e consiste em seis partes; o segundo é mais condensado e constitui-se de quatro partes. Os Livros I, II e III constituem os três livros em sua forma atualmente conhecida entre nós, e o Livro IV constitui-se das *Teorias sobre a mais-valia* (Cf. Rosdolsky, 2001).

resultados definidos do processo de desenvolvimento” (1985, p. 73).

A reprodução ideal de uma conexão concreta somente é possível mediante a manifestação da coisa e seu desenvolvimento efetivo no mundo material, verificando-se dois complexos: “o ser social, que existe independentemente do fato de que seja ou não conhecido corretamente; e o método para captá-lo no pensamento, da maneira mais adequada possível” (Lukács, 1979, p. 35). O ser tanto pode percorrer sua existência sem ser captado idealmente pela consciência, quanto pode ser captado pela consciência. Ao ser captado pela consciência, uma causalidade natural pode se transformar numa causalidade posta, como ocorre com as objetivações resultantes do trabalho, que é precedida de um pôr teleológico. O objeto nesse caso é compelido a ser outro pela atitude de um pôr teleológico que é capaz de submeter a natureza do objeto a seu serviço mediante a obediência da lógica específica do objeto, quer dizer, a sua causalidade natural e a potencialidade inerente à substância em questão. Dito isso, é possível distinguir a presença de uma subjetividade proponente que se caracteriza por um pôr teleológico e uma subjetividade receptora que visa captar a malha conceitual do objeto, e conseqüentemente presume a atividade da ciência.

A capacidade de investigação e elucidação da essencialidade do mundo tem sua expressão primeira no movimento imanente do trabalho, sendo a consciência receptora do objeto uma atividade *post festum*. Nem sempre os homens tiveram consciência do exercício da atividade científica. Esta, durante muito tempo permaneceu latente no interior das atividades que perpassaram o trabalho na cotidianidade, cujo modo primeiro de resolução dos seus problemas efetivos passara pela mediação do trabalho enquanto forma particular de o

homem submeter a natureza a sua prévia ideação. Somente depois de transcorrido um longo processo, pautado pelo desenvolvimento do conjunto das bases materiais, emerge a ciência como uma atividade relativamente autônoma. É possível dizer que as diferentes formas de conhecimento do mundo, tanto a ciência quanto a arte, tanto a filosofia quanto a religião, têm o seu ponto de inflexão na cotidianidade e devem retornar à cotidianidade. Entretanto, a investigação do mundo elaborada pela ciência tem como propósito “captar detalhadamente a matéria”, quer dizer, o reflexo científico se esforça por reconfigurar os objetos e suas relações tais como são em-si.<sup>3</sup>

O caráter *a priori* da exposição da matéria emana de sua forma, na medida em que é apresentada como um todo acabado de pensamento; no entanto, esse todo não existe sem a atividade meticulosa da investigação da natureza em-si do objeto social. A atividade da exposição não é autônoma em relação às partes constitutivas do mundo material. A diferença entre o modo da exposição e o modo da investigação consiste em que a exposição pressupõe a efetivação dos aspectos abstratos da realidade, quer dizer, envolve o encadeamento lógico do pensamento, mas este é expressão do próprio desenvolvimento histórico-ontológico da matéria. Marx subverte o antigo receituário da investigação filosófica quando apresenta o desenvolvimento da categoria valor em *O capital* pela mediação da recorrência aos aspectos históricos e ontológicos, sem se perder na descrição pormenorizada de seus aspectos contingentes, conseguindo apreender aquilo que se constitui como elemento marcante nas diferentes sociedades. A abstração emerge como uma abstração

---

<sup>3</sup> Cf. LUKÁCS, G. *Estética. La peculiaridad de lo estético*. 1. Cuestiones preliminares y de principio. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1966.

razoável porque considera os elementos e aspectos análogos subjacentes ao objeto.<sup>4</sup>

O método de exposição da realidade parte do entendimento de que uma categoria mais simples pode ter existido antes de uma categoria mais concreta, logo é possível o movimento de apreensão da coisa partindo das noções mais simples na direção do mais concreto. O concreto é a síntese de múltiplas determinações.<sup>5</sup> Por determinação se entende a particularidade, e toda particularidade é uma negatividade, pois, como afirmava Espinosa: “Toda determinação é uma negação” (*ominis determinatio est negatio*). O movimento de elevar-se do

---

4 A razoabilidade de uma abstração ocorre quando ela “retém e destaca aspectos reais, comuns às formas temporais de entificação dos complexos fenomênicos considerados” (Chasin, 1995, p. 422). A razoabilidade consiste no registro daquilo que é comum aos vários modos de existência. Ela é algo geral que emana das formas concretas de existência do objeto. Esses elementos comuns não são substâncias puras, mas substâncias complexas. A constituição do seu caráter análogo ou comum não suprime suas diferenças. Escreve Chasin: “as abstrações razoáveis devem pedir generalizar por especificação adquirindo os perfis da particularidade e da singularidade” (1995, p. 426).

<sup>5</sup> O particular é um termo que pode dizer várias coisas. Ele designa tanto o que salta à vista quanto o que é específico. Ele é sinônimo do que é determinado, pois quando afirmo uma coisa estou negando outra. Quando digo que uma coisa é, estou dizendo que ela não é. Apesar do seu caráter contingente e evanescente, o particular é fundamental para o desenvolvimento das determinações que envolvem a universalidade do concreto. No entendimento de Hegel, o universal é o instante em que o conceito não é apenas aquilo que é considerado comum, diante do qual o particular encontra a sua consistência, “mas é antes o que se particulariza (o que se especifica) a si mesmo, e em seu Outro permanece em uma imperturbada clareza junto de si mesmo” (Hegel, 1995, § 163, adendo 1). É preciso não confundir o que é simplesmente comum com o que é verdadeiramente universal. Escreve Hegel: “O universal, em sua significação verdadeira e abrangente, é, aliás, um pensamento do qual se deve dizer que custou milênios antes de penetrar na consciência dos homens, e só alcançou seu pleno reconhecimento por meio do cristianismo” (Hegel, 1995, § 163, adendo 1).

abstrato ao concreto é a forma de apropriar-se do concreto pela mediação do pensamento, reproduzindo-o na forma do concreto espiritual. Mas este movimento não substitui o próprio processo de gênese e desenvolvimento do concreto. A diferença entre a ordem da exposição e a ordem da investigação não significa que elas estejam cindidas, pelo contrário, ambas as atividades estão essencialmente entrelaçadas. Escreve Marx:

a totalidade concreta enquanto totalidade-de-pensamento, enquanto concreto-de-pensamento, é de fato um produto do pensamento, da atividade de conceber; ele não é pois de forma alguma o produto do conceito que engendra a si próprio, que pensa exterior e superiormente à observação imediata e à representação, mas um produto da elaboração de conceitos a partir da observação imediata e da representação (1983, p. 219).

A totalidade de pensamento é expressão de uma produção do cérebro pensante que se apropria do mundo de uma forma teórica. Acrescenta Marx:

Antes como depois, o objeto real conserva a sua independência fora do espírito; e isso durante o tempo em que o espírito tiver uma atividade meramente especulativa, meramente teórica. Por consequência, também no emprego do método teórico é necessário que o objeto, a sociedade esteja constantemente presente no espírito como dado primeiro (1983, p. 219).

O tratamento expositivo da matéria não implica a determinação do lógico sobre o ontológico, pelo contrário, o ponto de partida da exposição é a investigação do mundo material, logo, o ontológico. O modo de exposição do mundo ontológico presume a recorrência ao pensamento e aponta claramente o vínculo substancial que existe entre uma e outra

esfera da vida da matéria. O materialismo dialético considera a atividade do mundo material e a atividade do mundo expositivo como um processo unitário, quer dizer, não existem pesquisador e matéria sem mundo social. O conhecimento não pode ser isolado do fazer. Escreve Marx: “mesmo quando atuo cientificamente etc., atividade que raramente posso levar a cabo em comunidade imediata com outros, também sou social, porque atuo enquanto homem” (*apud* Chasin, 1995, p. 404). Os instrumentos e as coisas que sustentam a pesquisa são todas expressões de relações sociais; da mesma maneira, o pesquisador não é uma entidade existente fora das relações sociais. A linguagem é uma expressão do ser social e não uma expressão apenas da singularidade do pesquisador e de sua capacidade de manipular a linguagem. As diversas possibilidades de expressão resultam do desenvolvimento das relações sociais, pressupõem uma série de mediações exteriores que acabam sendo incorporadas à interioridade do escritor. Escreve Marx: “O modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; é o seu ser social que, inversamente, determina a sua consciência” (1983, p. 24). Em síntese, as formulações científicas são predicções sociais, mediadas pelos sujeitos que fazem parte de uma dada forma de sociabilidade. Assim como o pesquisador é um ser social, as suas categorias também são expressões do desenvolvimento das relações sociais.<sup>6</sup>

As categorias não são entidades *a priori*, como afirma o idealismo. O materialismo dialético não considera as categorias “como resultados de alguma enigmática produtividade do

---

<sup>6</sup> Cf. CHASIN, J. Estatuto ontológico e resolução metodológica. In. TEIXEIRA, F. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.

sujeito, senão como formas constantes e gerais da realidade objetiva mesma” (LUKÁCS, 1966, p. 57). Embora as categorias emanem do mundo objetivo, haja vista que elas se constituem como abstrações razoáveis do mundo, seu caráter abstrato acaba imprimindo ao mundo da exposição a aparência de algo *a priori*. Nos *Manuscritos econômico-filosóficos* Marx anuncia pela primeira vez na história da filosofia que as categorias são expressões da produção e reprodução da existência concreta dos homens.<sup>7</sup> As categorias não são apenas produtos da subjetividade humana, mas emanam da articulação dialética entre subjetividade e objetividade, teleologia e causalidade, cujo núcleo referencial é o próprio trabalho. As categorias são tanto dadas no cérebro quanto na realidade. É preciso “não esquecer que as categorias exprimem, portanto, formas de existência determinadas, condições de existência determinadas, muitas vezes simples aspectos particulares desta sociedade determinada” (MARX, 1983, p. 224). Diferentemente de Hegel, em que o lógico atropela o ontológico, as categorias não são elementos de uma estrutura hierárquica preconcebida, mas são, na realidade, formas de ser, determinações da existência efetiva dos homens. Assim sendo as categorias não brotam prontas da cabeça do sujeito como Palas Atenas que nasceu pronta da cabeça de Zeus.

As categorias de que trata Marx em sua obra fundamental são categorias que emanam das relações sociais. Neste aspecto elas se diferenciam das categorias que pautam as ciências naturais. No prefácio da primeira edição, assinala Marx:

o corpo desenvolvido é mais fácil de estudar do que a célula do corpo. Além disso, na análise das formas econômicas não podem servir nem o microscópio nem

---

7 Cf. Lukács, G. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. São Paulo: LECH, 1979, p. 15.



reagentes químicos. A faculdade de abstrair deve substituir ambos. Para a sociedade burguesa, a forma celular da economia é a forma de mercadoria do produto do trabalho ou a forma do valor da mercadoria. Para o leigo, a análise parece perder-se em pedantismo. Trata-se, efetivamente, de pedantismo, mas daquele de que se ocupa a anatomia microscópica (1985, p. 12).

A investigação da natureza do ser social não pode ser empreendida em termos empíricos, quer dizer, os recursos das ciências naturais são ontologicamente limitados para esclarecer a anatomia das sociedades de classes e a natureza das relações alienadas na sociedade capitalista, bem como são insuficientes para elucidar a forma trabalho.

Na *Contribuição à crítica da economia política*<sup>8</sup> Marx afirma que Adam Smith deu um passo significativo na exposição e elucidação da natureza do trabalho quando desconsiderou sua forma prosaica ou fenomênica, tal como aparece no âmbito da imediatez cotidiana, como trabalho agrícola, trabalho industrial, trabalho comercial etc., para considerar “todas estas formas de trabalho no seu caráter comum” (Marx, 1983, p. 222). As abstrações mais gerais e elaboradas somente são possíveis com o desenvolvimento concreto, “em que um caráter aparece como comum a muitos, como comum a todos” (Marx, 1983, p. 222). A compreensão do caráter abstrato geral do trabalho não depende somente de o desenvolvimento da capacidade mental do homem apreender sua natureza, mas resulta também do

---

<sup>8</sup> A formulação programática do método de Marx é exposta em suas características gerais na *Contribuição à crítica da economia política*. Escreve Lukács: “uma ciência da economia (e sua crítica interna) só pôde surgir depois que as categorias puramente sociais, enquanto ‘formas de ser, determinações da existência’, elevaram-se a potenciais dominantes na vida social, ou seja, depois que havia sido conhecida a inter-relação entre os vínculos predominantemente econômicos em sentido puro, inter-relação que regula a direção do seu movimento, o seu ritmo” (1979, p. 109).

desenvolvimento das condições objetivas. Aristóteles, por exemplo, não pôde tratar da teoria do valor em sua época porque vivia numa sociedade que estava pautada pela exploração do trabalho escravo. Escreve Marx: “... não podia Aristóteles deduzir a forma de valor, porque a sociedade grega baseava-se no trabalho escravo e tinha, portanto, por base natural a desigualdade entre os homens e suas forças de trabalho” (1985, p. 62). Por sua vez, o trabalho não poderia manifestar sua relevância nos modos de produção que tinham sua base fundamental de sustentação o desenvolvimento da agricultura, pois a relação de dependência dos homens em relação ao mundo natural terminava por obnubilar a relevância das relações sociais e a possibilidade de uma compreensão correta do trabalho humano. É somente com a aparição e o desenvolvimento do modo de produção capitalista que o trabalho assume o caráter de uma abstração geral que permite compreender não apenas a sociedade capitalista, mas todos os modos de produção precedentes. O trabalho emerge, portanto, como uma capacidade universal e abrangente de criar riqueza, não apenas como uma capacidade particular de o indivíduo garantir a reprodução de sua existência individual, quer dizer, o trabalho emerge como uma atividade essencialmente social. E o capital é expressão do desenvolvimento social porque põe em movimento as capacidades dos indivíduos privados, através do desenvolvimento de atividades essencialmente cooperadas. Esclarece Marx:

Do mesmo modo que a força produtiva social do trabalho desenvolvida pela cooperação aparece como força produtiva do capital, a própria cooperação aparece como forma específica do processo de produção capitalista, em contraposição ao processo de produção de trabalhadores isolados independentes ou mesmo dos pequenos mestres (1985, p. 265).

Como a sociedade capitalista é mais desenvolvida que as precedentes, isso possibilita a emergência tanto das categorias que são expressão direta de seu desenvolvimento material quanto daquelas categorias que regulam as sociedades passadas. Neste aspecto, a anatomia da sociedade capitalista fornece a chave para a compreensão das sociedades precedentes, da mesma maneira que: “A anatomia do homem é chave da anatomia do macaco” (1983, p. 223). O fato de fornecer a chave não implica a supressão das diferenças em relação às sociedades passadas, nem significa que a sociedade capitalista seja o critério do desenvolvimento daquelas diferentes formas de sociabilidades, pelo contrário, é preciso lembrar que a sociedade capitalista emergiu dos escombros dos modos de produção precedentes. Esta forma de produção da vida material veio ao mundo decretando guerra às corporações e às diversas formas de produção que entravavam o seu livre florescimento.

As abstrações isoladoras permitem a decomposição analítico-abstrata do trabalho e solicitam o avanço na direção da compreensão da totalidade social como uma constituição de múltiplas determinações. O avanço neste caso significa um retroceder porque não alcançamos a elucidação desta categoria obedecendo tão somente a sua sucessão cronológica no tempo e no espaço. O processo analítico de determinação da natureza do trabalho, categoria fundamental para elucidar a sociedade capitalista, tem seu ponto de partida numa abstração, porque se exprime como uma atividade através da qual o cérebro pensante se apropria do mundo, mas tal atividade constitui-se como um concreto de pensamento quando as abstrações buscam perfazer um caminho de volta ao mundo. A atividade de abstração do cérebro tenta devolver ao mundo aquilo que foi pensado. O “caminho de ida” da afirmação das abstrações “isoladoras” será

“razoável” à proporção que é seguido pelo “caminho de volta” que indica ao sujeito o verdadeiro *topos* do conhecimento da realidade. Assim ocorre a passagem do abstrato ao concreto, em que o abstrato pensado, do mesmo modo que o concreto pensado, chega ao concreto efetivo como um processo de síntese das múltiplas determinações. Nesse itinerário não existe caminho prefigurado, não há guias ou mapas de roteiros, como presumem os pressupostos lógicos idealistas, pois o roteiro e o rumo da viagem são engendrados pelas necessidades determinadas pelo próprio movimento do ser social. E a possibilidade de fazer esse movimento de “ida e volta” para elucidar a categoria do trabalho apenas foi possível com o amadurecimento das condições objetivas e subjetivas da sociedade capitalista.

## 1.2 O método dialético hegeliano e o método dialético marxiano

Após apresentarmos a distinção entre o método de investigação e o método de exposição, vejamos a descrição da diferença substancial entre a dialética materialista e a dialética hegeliana. Marx anuncia sua diferenciação substancial em relação ao procedimento dialético hegeliano no próprio posfácio em questão. Destaca Marx:

Por sua fundamentação, meu método dialético não só difere do hegeliano, mas é também a sua antítese direta. Para Hegel, o processo de pensamento, que ele, sob o nome de ideia, transforma num sujeito autônomo, é o demiurgo do real, real que constitui apenas a sua manifestação externa. Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem (1985, p. 20).

Hegel deu um passo decisivo na constituição de uma nova lógica porque tentou compreender filosoficamente as experiências das revoluções burguesas, encontrando nelas a base para a constituição de uma dialética histórica. Como filho da Revolução Francesa, não poderia deixar de atribuir à dialética um papel fundamental na construção do seu sistema, ainda que tratasse as relações sociais, em determinadas circunstâncias, como essencialmente mistificadas. No entendimento de Hegel, a tarefa precípua da Revolução era criar um ordenamento político que correspondesse às relações sociais determinadas. Após as disputas de classe que sucederam entre os anos de 1848-1849, ficou evidente a natureza contrarrevolucionária da burguesia,<sup>9</sup> e que a dialética hegeliana constituía-se como um entrave aos propósitos de eternização da ordem estabelecida, haja vista que sua dialética afirmava o caráter de mudança do mundo. Escreve Marx: “porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desaparecimento inevitável” (Marx, 1985, p. 21). Diante disso, Hegel passa a ser tratado como um “cão morto”, pois sua filosofia revelava um substrato crítico inadmissível num tempo histórico de contrarrevolução. Existe na filosofia hegeliana, apesar do seu caráter mistificador, um traço racional que precisa ser colocado no seu devido lugar. O próprio Hegel

---

<sup>9</sup> Os acontecimentos de 1848 tiveram ressonâncias sobre a totalidade da vida social. Desde então assistimos ao fim das ilusões heroicas da burguesia, expressas pelo idealismo ou pela filosofia do *Esclarecimento* (*Aufklärung*). A burguesia perde o interesse fundamental pela verdade, como adequação do pensamento ao objeto, e pela afirmação do caráter esclarecedor da razão, e passa a constituir-se claramente como uma classe contrarrevolucionária. Escreve Lukács: “O combate ofensivo da burguesia contra as sobrevivências do feudalismo está então acabada: sucede-lhe a defensiva contra o proletariado ascendente” (1979, p. 32-33).

alude a esse traço racional no prefácio de sua obra *Princípios da filosofia do direito*, quando assinala:

Considerar algo racionalmente não significa trazer uma razão ao objeto e elaborá-lo com ela, mas sim que o objeto é para si mesmo racional. Aqui, é o espírito em sua liberdade, a mais alta afirmação da razão consciente de si, que a si mesma se dá a realidade e se realiza como mundo existente. A ciência apenas se limita a trazer à consciência este trabalho que é próprio da razão da coisa (Hegel, 1997, § 31, nota).

A razão, no entendimento de Hegel, não é mera faculdade da alma ou simples expressão dum conjunto de regras, como afirmava Kant, mas o código secreto através do qual as coisas vêm realizar-se e expandir-se. A razão emerge como algo imanente à natureza substancial das coisas. Nesse caso, a lógica está articulada à história e deve mostrar o movimento dialético da coisa. Entretanto, a preocupação do filósofo do idealismo absoluto é tão somente com o homem na sua forma abstrata, considerando apenas a dimensão do pensamento e não o homem como um todo.<sup>10</sup> Os objetos que merecem a consideração de Hegel são na sua maioria objetos ideais, tais como: consciência, consciência de si, razão, pensamento, ideia, conceito, espírito, liberdade etc.<sup>11</sup> A filosofia hegeliana erige a

---

<sup>10</sup> Cf. Marx, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*.

<sup>11</sup> Em *Princípios da filosofia do direito*, Hegel afirma o espírito em sua liberdade como a mais alta afirmação da razão consciente de si, que a si mesma se dá a realidade e se realiza como mundo existente. Esse movimento da liberdade tem sua expressão primeira na manifestação do direito abstrato. No momento em que o universal se manifesta no sujeito como pessoa, a personalidade e o direito de posse constituem o fundamento do direito formal e abstrato. Esta é a forma mais simples e mais pobre de manifestação da liberdade. O segundo momento de *PF* é dedicado à moralidade subjetiva. A liberdade subjetiva é moral porque ela consegue estabelecer a distinção entre o bem e o mal. As determinações morais não

categoria abstrata da liberdade, destituída de sua substância material, como o princípio de sua investigação e exposição. No entendimento de Marx, isso não ajuda a elucidar a natureza da sociedade capitalista. O procedimento investigativo de Hegel acaba mimetizando o procedimento da economia política, que “começa sempre por uma totalidade viva: população, nação, Estado, diversos Estados; mas acaba sempre por formular, através da análise, algumas relações gerais abstratas determinantes, tais como a divisão do trabalho, o dinheiro, o valor etc.” (Marx, 1983, p. 218).

Essa prioridade do pensamento sobre o ser social faz com que a filosofia hegeliana seja impossibilitada de tirar verdadeiras consequências da afirmação acima aludida: “Considerar algo racionalmente não significa trazer uma razão ao objeto e elaborá-lo com ela, mas sim que o objeto é para si mesmo racional”. Em vez de ser aquele que levou ao fim suas descobertas filosóficas, Hegel foi muito mais um descobridor de territórios inexplorados. E foi Marx quem melhor levou adiante as descobertas hegelianas,<sup>12</sup> conseguindo subverter a

---

têm somente valor de leis e prescrições exteriores, mas possuem a disposição subjetiva do coração e da vontade; nisso ela manifesta sua pobreza. Em síntese, a unilateralidade do espírito objetivo emerge no direito formal como a liberdade posta na coisa exterior e na moralidade subjetiva, em que a liberdade emerge no “Bem” como uma universalidade abstrata. O terceiro momento é a plena superação da liberdade revelada nos momentos precedentes. A substância ética, para Hegel, é: 1) a família (espírito imediato ou natural); 2) a sociedade civil (totalidade das relações dos indivíduos entre si ou a universalidade formal; 3) o Estado (substância consciente de si).

<sup>12</sup> A partir da descoberta da contradição entre a importância do trabalho e a sua nulidade, Marx vai dedicar-se ao estudo da sociedade capitalista, e “esboça um grandioso quadro do caráter dilacerado e contraditório do capitalismo, mostrando como, nesta formação social, o trabalho aliena o trabalhador do seu próprio trabalho, torna o homem alienado do homem, da natureza, do gênero humano” (Lukács, 2007, p. 183).

interpretação mistificada da realidade pela compreensão materialista da história. Escreve Marx: “Para mim, pelo contrário, o ideal não é nada mais que o material, transposto e traduzido na cabeça do homem” (1985, p. 20).

Nesse aspecto, muitas das vezes Hegel acaba submetendo a realidade às categorias lógicas da dialética, que serão duramente recusadas por Marx. Existem contradições na sociedade capitalista que não podem ser reconciliadas como pretende Hegel. Escreve Marx:

Tal como o leão no Sonho de uma noite de verão, que exclama: “Eu sou um leão e não sou um leão, eu sou Marmelo”. Assim, cada extremo é, aqui, ora o leão da oposição, ora o Marmelo da mediação. Quando um extremo grita: “agora eu sou o meio”, os outros dois não podem tocar nele, mas apenas golpear aquele que, antes, era o extremo. Trata-se de uma sociedade belicosa em seu âmago, mas que tem muito cedo das manchas roxas para se bater realmente, e os dois, que querem brigar, se ajustam de tal modo que o terceiro, que se encontra entre eles, deva receber as pancadas; mas, então, um dos dois apresenta-se novamente como o terceiro, e, diante de tamanha precaução, eles não chegam a qualquer decisão. [...]. É notável que Hegel, que reduz esse absurdo da mediação à sua expressão abstrata, lógica, por isso não falseada, intransigível, o designe, ao mesmo tempo, como o mistério especulativo da lógica, como a relação racional, como o silogismo racional. Extremos reais não podem ser mediados um pelo outro, precisamente porque são extremos reais. Mas eles não precisam, também, de qualquer mediação, pois eles são seres opostos (2005, p. 104-105).

Hegel tenta empreender o conhecimento da realidade a partir das determinações do conceito puro, e isso, segundo Marx, acaba abandonando a própria lógica específica do objeto. Por isso, escreve Lukács, “as deduções de Hegel devem se tornar



antes aparentes, delas se devendo extrair posteriores consequências sobre o universal e o particular, que pairam no ar e não são imagens reflexos abstraídas de reais situações” (1978, p. 79). Esta abstração está presente na forma como Hegel procura deduzir o movimento da sociedade civil a partir da família. O que importa para Hegel é tão somente apresentar, para as correspondentes determinações concretas, as correspondentes determinações abstratas. Hegel reduz a mediação ao seu propósito lógico abstrato, conferindo aos extremos uma mediação que não necessita de mediação na realidade, porque são opostos em essência.

Após o acerto de contas com a tradição hegeliana, em que fica evidenciada a ruptura entre a concepção idealista do mundo e a concepção materialista do mundo, 30 anos depois, Marx revela sua revolta contra os epígonos da filosofia hegeliana, que tratam o “grande pensador” como um “cachorro morto”, e declara-se abertamente como “discípulo daquele grande pensador”. Após as objeções da juventude, Marx tenta aqui aproximar-se de Hegel buscando resgatar o aspecto positivo e “racional” de sua dialética. Escreve Marx:

Em sua forma mistificada, a dialética foi moda na Alemanha porque ela parecia tornar sublime o existente. Em sua configuração racional, é um incômodo e um horror para a burguesia e para os seus porta-vozes doutrinários, porque, no entendimento positivo do existente, ela inclui ao mesmo tempo o entendimento da sua negação, da sua desapareição inevitável; porque apreende cada forma existente no fluxo do movimento, portanto também com seu lado transitório; porque não se deixa impressionar por nada e é, em sua essência, crítica e revolucionária (1985, p. 21).

A dimensão racional do método hegeliano subsiste no fato de que as contradições emanam da própria realidade. Por sua vez, essa dialética não deixa de possuir um caráter mistificador, na medida em que recorre às falsas mediações para explicar o existente. É nisso que o método de Marx se distingue do método hegeliano. É distinto porque Hegel inverte a relação entre o real e o ideal, o ser e a consciência, o ontológico e o lógico; por isso que é preciso corrigir a dialética hegeliana: “É necessário invertê-la, para descobrir o cerne racional dentro do invólucro místico” (Marx, 1985, p. 21). A inversão deve consistir tanto na forma como Hegel compreende a relação entre o lógico e o ontológico quanto na própria maneira de conceber a dialética. Segundo Lukács:

O fato de que a lógica venha antes da filosofia da natureza e da filosofia do espírito adquire, por si só, um significado ontológico; é certo que as categorias lógicas são entendidas inicialmente como categorias do pensamento, mas Hegel é obrigado pelo seu próprio sistema – a atribuir a uma essência ontológica até mesmo a esse caráter ideal (Lukács, 1979, p. 58).

No início da *Ciência da lógica*, Hegel afirma que a lógica é o reino do pensamento puro. As categorias lógicas são modelos que devem ser realizados. O início é coerente com o fim, em que a ideia alcança a verdade sobre si mesma. O sistema de Hegel se ergue do desvio em que a ontologia está fundada na lógica. Esse é o problema que paralisa o desenvolvimento do pensamento de Hegel. A dialética materialista é distinta da dialética idealista porque ambas partem de pontos de vista distintos. O problema da filosofia hegeliana é um problema de princípio porque tem o seu ponto de partida, primeiro, nos critérios estabelecidos pela Economia Política; segundo, nos critérios lógico-gnosiológicos.

É devido ao seu ponto de partida que suas conclusões tendem ao falseamento da realidade.

A contradição marxiana não é um mero passar de um estágio ao outro, mas é a força motriz que impulsiona o próprio processo normal das coisas. Isso não implica uma ausência de reconhecimento da possibilidade do salto revolucionário entre um estágio e outro da realidade, e que leva a burguesia a recusar o pensamento hegeliano, mas que existem movimentos contraditórios no próprio curso normal das coisas. Escreve Lukács: “A contradição se revela como princípio do ser precisamente porque é possível apreendê-la na realidade enquanto base de processos também desse tipo” (1979, p. 22). Em *O capital*, Marx formula uma concepção inteiramente nova acerca da superação das contradições:

Vimos que o processo de troca de mercadorias implica relações contraditórias, que se excluem reciprocamente. (O desenvolvimento da mercadoria não supera essas contradições, mas cria a forma dentro da qual elas podem se mover. É esse, em geral, o método com o qual se resolverão as contradições reais.) Por exemplo, é uma contradição que um corpo tenda constantemente para outro e dele se afaste com igual constância. A eclipse é uma das formas de movimento na qual essa contradição se realiza e, ao mesmo tempo, se resolve (*apud* LUKÁCS, 1979, p. 21).

A dialética marxiana em nada se aproxima do procedimento lógico e racional que se entende como fundamentado em si mesmo. Existe uma clara contraposição entre lógica e ontologia em Marx, por isso não é possível dizer com Lênin que a lógica, a dialética e a teoria do conhecimento

sejam uma mesma ciência.<sup>13</sup> Na perspectiva marxiana, não há uma determinação lógica no movimento de passagem de um período histórico a outro. Por exemplo, a teoria da acumulação primitiva ocorrida na Europa Ocidental não se constitui como uma lei imutável que deve regular o desenvolvimento de todas as formas de sociedade. Ela é muito mais uma tendência histórica que pode ocorrer em determinadas sociedades, tendência esta que deve respeitar o desenvolvimento desigual dos diferentes complexos sociais. Cada complexo específico está articulado a uma totalidade concreta e a determinados complexos concretos. A sua elucidação presume o entendimento da articulação real entre o movimento geral e o movimento particular de cada complexo. No pensamento hegeliano um momento histórico deriva logicamente de outro. Isso é impossível na perspectiva marxiana, pois um período histórico surge por uma necessidade ontológica e outro sucumbe também por uma determinação ontológica e não gnosiológica. A perspectiva logicista da

---

<sup>13</sup> Na época em que se dedicava à investigação da *Ciência da lógica* de Hegel, Lênin defendeu a necessidade fundamental do estudo desta obra para se compreender plenamente *O capital* de Marx. Para Lênin, a dialética marxiana constitui-se como “a doutrina do desenvolvimento na sua forma mais completa, mais profunda e mais isenta de unilateralidade, a doutrina da relatividade do conhecimento humano, que nos dá um reflexo da matéria em constante desenvolvimento” (Lênin, 1980, p. 36). Essa perspectiva parte do entendimento de que quando dedicava-se à produção dos *Grundrisse*, Marx aproximou-se da dialética hegeliana numa perspectiva materialista. Escreve Gorender: “A riqueza peculiar dos *Grundrisse* reside nas numerosas explicitações metodológicas, pouco encontradas em *O Capital*. Por se tratar de rascunho, os *Grundrisse* exibem os andaimes metodológicos, depois retirados do texto definitivo. E esses andaimes denunciam a forte impregnação hegeliana do pensamento do autor. Precisamente durante a redação do rascunho, Marx releu a *Lógica* de Hegel, conforme escreveu Engels. Não surpreende, por isso, que a própria linguagem seja, em várias passagens, moldada por termos e giros discursivos do mestre da filosofia clássica alemã” (1985, p. XX).

“filosofia da história” hegeliana transforma os homens em meros artefatos da realização do itinerário da substância, que visa sua transformação em sujeito e que culmina na identidade sujeito-objeto.<sup>14</sup>

A unidade entre o ontológico-histórico e o abstrato deve servir para evidenciar as leis e tendências internas dos objetos, bem como permitir a elucidação dos complexos que pautam a realidade. Marx desenvolve suas abstrações razoáveis pela mediação dos fatos verificados pela investigação científica. Ocorre então um estreito vínculo entre as generalizações filosóficas (abstrações razoáveis) e as bases ontológicas, em que as generalizações emanam da estrutura do próprio objeto e recusam qualquer pressuposição que emane *a priori* da cabeça do investigador. Há uma unidade efetiva entre faticidade ontológica e generalização filosófica. O modo como Marx procede na

---

<sup>14</sup> Em *História e consciência de classe*, Lukács confere uma primazia ao método dialético no processo de investigação da realidade, entendendo a necessidade de inventariar as determinações que fazem do método dialético o veículo da revolução. O aspecto mais importante do método dialético se inscreve na relação sujeito e objeto no processo histórico. Privado desse elemento, o método dialético “deixa de ser método revolucionário” (1974, p. 18). Nessa perspectiva se propõe a encontrar o sujeito-objeto exigido pelo método dialético hegeliano e não pela dialética marxiana. A efetivação do método dialético como método histórico cabe à classe que estava destinada a descobrir em si mesma o sujeito-objeto idêntico: o proletariado (Lukács, 1974, p. 168). O conhecimento do proletariado é superior ao pensamento burguês porque vai além da imediatidade. No proletariado aparece mais imperiosamente o caráter dialético do processo histórico e, por conseguinte, o caráter mediatizado de cada momento, que só na totalidade adquire sua verdade e sua autêntica objetividade. O estado imediato de alienação do proletariado o conduz a ir além do imediato, diferentemente da burguesia. Essas afirmações mostram como o gnosiológico acaba atropelando o ontológico, posição reconhecida pelo próprio Lukács na autocrítica realizada no final da década de 20 e no pós-fácio desta obra de 1967, e fazem Lukács mais hegeliano do que o próprio Hegel.

exposição de objeto de sua pesquisa é inovador na medida em que em todo o Livro primeiro de *O capital* se apresenta como uma reprodução da realidade e não como um puro experimento ideal.<sup>15</sup> O novo método emerge no modo de tratamento das abstrações e na forma da exposição dos experimentos ideais; estes são claramente expressões das determinações da própria matéria e não expressões gnosiológicas do sujeito da investigação. A elucidação marxiana da categoria valor não obedece a uma dedução lógica do conceito de valor, como opera Hegel com as suas diferentes categorias, nem também é uma simples descrição fenomênica do movimento histórico do valor. A elucidação da gênese e do desenvolvimento histórico-

---

<sup>15</sup> O Livro primeiro é uma exposição dos fenômenos, uma abstração que tem seu ponto de partida no real. Embora seu pano de fundo seja a totalidade social, as exposições fundamentais se concentram na apreensão dos atos singulares, mesmo quando se trata de uma fábrica inteira, com sua complexa divisão social do trabalho. O Livro segundo dirige sua atenção para a captação dos processos de circulação do capital. E o Livro terceiro dedica-se às questões relativas ao processo global de produção do capital. Lukács explica o processo de passagem do processo singular de produção para o processo global de produção (capital monetário, industrial e comercial), nos seguintes termos: “O caminho que leva dos processos singulares ao processo de conjunto pressupõe não uma abstração mais ampla, como seria óbvio supor segundo os hábitos mentais modernos, mas ao contrário a superação de determinados limites da abstração, uma aproximação inicial à concreticidade da totalidade pensada” (1979, p. 58). Os três processos estão articulados entre si e, nessa unidade, formam um processo global em que o fim representa o começo e a reprodução de um novo ciclo que mimetiza todo o movimento anterior. Evidente que existem situações de riscos que podem levar à ruína do movimento do capital – é o que o Marx vai destacar no Livro terceiro, quando trata da tendência da queda da taxa de lucro. As leis, em Marx, são tendências que podem vir a realizar-se ou não; nesse sentido, não existe qualquer determinação lógica da realidade. O ontológico é que continua jogando toda a força no movimento efetivo da matéria e atraindo a possibilidade de apreensão do seu movimento o mais próximo possível da dinâmica da realidade.

ontológico desta categoria serve para esclarecer a natureza fantasmagórica da forma mercadoria e ilumina o esclarecimento da estrutura fundamental do sistema do capital na medida em que aponta que o único elemento capaz de conferir valor às coisas se chama trabalho, na forma de trabalho abstrato.

Quando Marx se refere a Hegel no trato dessa categoria, ele está apenas reconhecendo a importância do filósofo idealista em abrir caminho para a compreensão dialética do real. Mas essa categoria não emana de um pressuposto axial, pelo contrário, ela revela a base elementar que configura o ser social: o trabalho como protoforma originária do ser social. O valor é expressão de uma determinada forma específica de sociabilidade, por isso ela apenas pode ser esclarecida num tempo histórico em que as relações de produção e as relações sociais estão amadurecidas. A centralidade dessa categoria não é expressão de enunciado gnosiológico, mas emana do próprio modo de ser da sociedade, em que as relações entre as pessoas acabam se constituindo como relações entre coisas. O movimento contraditório do valor possibilita a elucidação da gênese dialética de outras categorias sociais, como dinheiro, capital etc. Mas já estamos bem avançados para tratar das questões concernentes à totalidade do desenvolvimento da obra fundamental de Marx, quando nosso propósito neste texto é tão somente relacionar as questões suscitadas sobre o método da investigação e o método da exposição no posfácio da segunda edição alemã de *O capital*.

## Referências bibliográficas

CHASIN, J. Estatuto ontológico e resolução metodológica. In. TEIXEIRA, F. *Pensando com Marx*. São Paulo: Ensaio, 1995.

HEGEL, G. W. F. *Princípios da filosofia do direito*. Trad. Norberto de Paula Lima. São Paulo: Ícone, 1997.

HEGEL, G. W. F. *Enciclopédia das ciências filosóficas em compêndio*. Vol. I. Trad. Paulo Meneses, com colaboração de José Machado. São Paulo: Loyola, 1995.

GORENDER, J. Apresentação. In. MARX, Karl. *O capital*: crítica da economia política. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1983.

LÊNIN, V. I. As três fontes e as três partes constitutivas do marxismo. In. LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. Lisboa: Edições Avante, 1980.

LUKÁCS, G. *Introdução a uma estética marxista*. Trad. Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

LUKÁCS, G. *Os princípios ontológicos fundamentais de Marx*. Trad. Carlos Nelson Coutinho. São Paulo, LECH, 1979.

LUKÁCS, G. *Estética. La peculiaridad de lo estético*. 1. Cuestiones preliminares y de principio. Trad. Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1966.

LUKÁCS, G. *História e consciência de classe: estudos de dialética marxista*. Trad. Telma Costa. Porto, Publicações Escorpião, 1974.

LUKÁCS, G. *Neopositivismo*. In. LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social*. Tradução de Mário Duayer. Rio de Janeiro: UFF, s/d.



LUKÁCS, G. *Ontologia do ser social: trabalho*. Trad. Ivo Tonet. Maceió: UFAL, s/d.

MARX, K. *Crítica da filosofia do direito de Hegel*. Tradução de Rubens Enderle e Leonardo de Deus. São Paulo: Boitempo, 2005.

MARX, K. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo, Nova Cultural, 1983.

MARX, K. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Trad. Artur Morão. Lisboa: Edições 70, 1971.

MARX, K. *Contribuição à crítica da economia política*. Tradução de Maria Helena Barreiro Alves. 2ª edição. São Paulo: Martins Fontes, 1983.

PRADO, C. A dialética expositiva de *O capital* de K. Marx. In. *Revista Espaço Acadêmico*. Paraná, no. 100, 2009.

ROSDOLSKY. *Gênese e estrutura de O capital*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

## CAPÍTULO SEGUNDO

### O DUPLO CARÁTER DO TRABALHO EM O CAPITAL DE KARL MARX

*Artur Bispo dos Santos Neto*  
*Tatiana Lyra Lima Félix*

As categorias não brotam prontas e acabadas do intelecto como a deusa Palas Atenas, mas resultam do desenvolvimento das forças produtivas e das relações materiais; as categorias são determinações da existência e formas movidas e movidas da realidade (MARX, 2011). As categorias econômicas fundamentais da sociedade capitalista são desenvolvidas e analisadas pela Economia Política e recebem um tratamento específico na obra marxiana na perspectiva da classe proletária, ou seja, Marx tenta se apropriar das categorias econômicas desenvolvidas pela Economia Política numa perspectiva crítica e revolucionária.

Em sua obra fundamental, *O capital*, Marx tenta apreender o movimento imanente das categorias que integram a ossatura do sistema do capital, enquanto potência econômica da sociedade burguesa que tudo integra (MARX, 2011). A análise da sociedade burguesa mais desenvolvida (Inglaterra) da época permitiu apreender as determinações universais da anatomia de todas as sociedades capitalistas, inclusive das sociedades menos desenvolvidas e das sociedades precedentes da mesma maneira que a anatomia do homem permite entender a anatomia do símio.

Evidentemente que a sociedade capitalista não criou a divisão social do trabalho bem como as categorias trabalho assalariado, mercadoria, dinheiro, capita. Escreve Marx (2011, p. 61): “..., certas relações econômicas, como o trabalho assalariado, a maquinaria etc., se desenvolveram antes do que no interior da sociedade burguesa”. As categorias modais que perpassam a sociedade capitalista emergiram primeiramente no exército romano e no complexo militar existente nas sociedades precedentes; no entanto, o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas impedia que a ciência, o maquinário, o trabalho assalariado, o dinheiro, as relações de troca e o capital comercial pudessem plasmar uma nova forma de sociabilidade. As categorias que perpassam o exército não podiam se irradiar no interior do modo de produção escravista, feudal e asiático de maneira a plasmar uma nova forma de organização da produção e reprodução da existência material.

Considerando que todos os modos de produção demandam determinadas formas de organização do trabalho, Marx procura constituir uma análise minuciosa do trabalho que dar sustentação ao sistema do capital, ou seja, como o trabalho assalariado se constitui como força motora decisiva do processo de expansão e acumulação de capitais. O capítulo primeiro de *O capital* tem como fio condutor o desvelamento do duplo caráter do trabalho que sustenta a sociedade capitalista. Escreve Marx (1985, p. 72):

Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social. Mais tarde, os homens procuram decifrar o sentido do hieróglifo, descobrir o segredo de seu próprio produto social, pois a determinação dos objetos de uso como valores, assim como a língua, é seu produto social. A tardia descoberta científica, de que os produtos de trabalho, enquanto

valores, são apenas expressões materiais do trabalho humano despendido em sua produção, faz época na história do desenvolvimento da humanidade, mas não dissipa, de modo algum, a aparência objetiva das características sociais do trabalho.

Para alcançar o propósito de elucidação da natureza do trabalho que assegura a produção e reprodução do capital, Marx parte da análise da mercadoria, haja vista que a forma da riqueza do modo de produção capitalista comparece como uma “imensa coleção de mercadorias” (1985, p. 45). No entanto, somente num estágio de amplo desenvolvimento do modo de produção capitalista é possível elucidar a forma mercadoria e o trabalho que serve de sustentação ao seu processo de produção, Assinala Marx (1985, p. 73):

É mister uma produção de mercadorias totalmente desenvolvida antes que da experiência mesma nasça o reconhecimento científico, [...], o tempo de trabalho socialmente necessário à sua produção se impõe com violência como lei natural reguladora, do mesmo modo que a lei da gravidade, quando a alguém a casa cai sobre a cabeça.

A teoria do valor trabalho não é um construto ideal, não se trata de uma elucubração do intelecto. Por isso, que o debate acerca da pertinência ou não da teoria do valor trabalho não pode se constituir num debate escolástico ou metafísico sobre a prova de sua existência reproduzindo o debate metafísico da prova ontológica da existência de Deus. A elucidação somente é possível num estágio de desenvolvimento da própria sociedade burguesa e do desenvolvimento do sistema do capital. Por isso que o gênio Aristóteles não conseguiu elucidar a teoria do valor trabalho, apesar de ter corretamente vaticinado que a relação de

troca entre coisas distintas presumia uma relação de igualdade e equivalência.

O avanço da pesquisa marxiana acerca da peculiaridade da essencialidade do valor trabalho tem como esteio as pesquisas desenvolvidas pela Economia Política. O pesquisador não se constitui como uma partícula isolada do mundo, mas toda investigação científica presume a relação social, a relação do pesquisador com o mundo. A genialidade científica inexistente sem o desenvolvimento das condições objetivas. Nesse aspecto, as pesquisas de Marx resultam das descobertas realizadas pela Economia Política e pela Filosofia hegeliana. A relação da investigação da teoria do valor trabalho com o mundo objetivo é destacada por Marx (1985, p. 73), nos termos:

A reflexão sobre as formas de vida humana, e, portanto, também sua análise científica, segue sobretudo um caminho oposto ao desenvolvimento real. Começa *post festum* e, por isso, com resultados definitivos do processo de desenvolvimento. As formas que certificam os produtos do trabalho como mercadorias e, portanto, são pressupostos da circulação de mercadorias, já possuem a estabilidade de formas naturais de vida social, antes que os homens procurem dar-se conta não sobre o caráter histórico dessas formas, que eles antes já consideram como imutáveis, mas sobre seu conteúdo.

A elucidação científica do conteúdo do trabalho que assegura a reprodução das formas de vida num determinado momento da história da humanidade somente pode acontecer de maneira *post festum*. Segundo Lukács: “Independentemente de os homens terem ou não consciência do fato (na maioria dos casos não têm), isso significa ao mesmo tempo um efeito das categorias sobre as atividades, tomadas no sentido mais amplo, da vida social dos homens” (2010, p. 271). A consciência do movimento imanente do trabalho que assegura a reprodução

social do mundo capitalista acontece numa etapa posterior, somente quando as condições objetivas estão amadurecidas. Ao invés de considerar a produção burguesa, Marx (1985, p. 73) que: “Tais formas constituem pois as categorias da economia burguesa. São formas de pensamento socialmente válidas e, portanto, objetivas para as condições de produção desse modo social de produção, historicamente determinado, a produção de mercadorias”.

A Economia Política tentou elucidar a complexidade da natureza da mercadoria; no entanto, ela acaba oferecendo um tratamento incompleto na perspectiva da emancipação dos trabalhadores. O ponto de partida da Economia Política é problemático para uma perspectiva revolucionária porque ela está completamente enredada na defesa do sistema do capital. Ela está plenamente adequada as condições objetivas em que os homens não dominam o modo de produção, mas o processo de produção domina o homem. A impossibilidade de a Economia Política apanhar o movimento duplicado do trabalho resulta de sua perspectiva carente de consideração do movimento dialético da matéria e do movimento histórico do desenvolvimento do capital. Conforme Marx (1982, p. 102): “Os economistas exprimem as relações da produção burguesa, a divisão do trabalho, o crédito, a moeda etc. como categorias fixas, imutáveis, eternas”. Os economistas não explicam o movimento histórico que engendram as categorias econômicas, concebendo-as como isentas de historicidade e contraditoriedade.

Mediante a superação da dialética hegeliana Marx consegue apreender a natureza duplicada da mercadoria e as bases elementares do duplo caráter do trabalho que sustenta o processo de produção e reprodução do capital. A elucidação da forma mais geral e menos desenvolvida da sociedade burguesa não é uma tarefa simples, mas uma tarefa que demanda esforço.

A mercadoria não é uma coisa fácil de ser elucidada, porque ela reflete a complexidade de uma sociedade orientada para uma perspectiva que transcende o valor de uso e submete o valor de uso ao valor de troca. A complexidade do trabalho que assegura o processo de produção de mercadorias inexistia nas sociedades precedentes, haja vista que nessas sociedades o trabalho útil-concreto perpassa suas existências.

No capítulo primeiro de *O capital*, Marx estabelece a distinção e conexão íntima existente entre trabalho útil-concreto (*nützlich-konkrete Arbeit*) e o trabalho abstrato (*abstrakte Arbeit*), ou seja, entre trabalho, enquanto necessidade eterna dos homens, e trabalho, como “trabalho morto”, “trabalho pretérito” expresso nas mercadorias. Marx salienta o caráter duplo do trabalho pela mediação da revelação do caráter duplo da mercadoria, pela elucidação da natureza da mercadoria como valor de uso e valor de troca, ele consegue revelar o duplo caráter do trabalho que sustenta a sociabilidade capitalista. Ao afirmar que a forma da riqueza da sociedade capitalista se revela como um amontoado de mercadorias, isso implica em reconhecer que a riqueza passa a configurar-se como tempo de trabalho socialmente necessário expresso na mercadoria e não como na riqueza que perpassou as sociedades precedentes. A riqueza ganha natureza essencialmente quantitativa porque a forma do trabalho que lhe assegura sustentação denomina-se trabalho abstrato.

## 2.1 Trabalho como necessidade eterna dos homens

A relevância do trabalho no processo de construção e produção da humanidade foi destacada pelos autores burgueses, como Adam Smith, David Ricardo, W. F. Hegel etc. Marx compreende plenamente a dimensão revolucionária da teoria do valor trabalho. E longe de admitir o processo de eternização das

categorias como Ricardo, nosso autor reformula a teoria do valor, entendendo que o trabalho (abstrato) constitui a essência do valor de troca, porque é o elemento que permite estabelecer a relação de equivalência entre os distintos produtos do trabalho produzidos por indivíduos cindidos pela divisão capitalista do trabalho. O trabalho abstrato é a categoria fundamental do processo de produção e reprodução do capital, em que o sistema de troca de mercadorias tem no tempo de trabalho socialmente necessário seu elemento fundamental.

A partir da contribuição deixada pelos teóricos da Economia Política Marx avança na compreensão do trabalho como categoria fundante do mundo dos homens e do trabalho que rege o modo de produção capitalista. A natureza duplicada da mercadoria permite compreender o duplo caráter do trabalho. É preciso entender como a forma do trabalho que assegura a produção e reprodução do capital mantém uma relação dialética com o trabalho enquanto necessidade eterna dos homens. O trabalho concreto, enquanto relação metabólica com a natureza, comparece nos *Manuscritos de 44*, *A Ideologia Alemã*, na Miséria da Filosofia, nos *Grundrisse* etc. Marx (1985, p. 50) aponta a mediação operada entre natureza e sociedade pelo trabalho:

Como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, da vida humana.

O trabalho é condição natural eterna da vida humana independente de qualquer forma dessa vida. Para Marx (1985, p. 46), “Os valores de uso constituem o conteúdo material da riqueza, qualquer que seja a forma social desta”. Não há outra



forma de atividade humana que produza o conteúdo social da riqueza da sociedade a não ser o *confronto* da objetividade humana para com o mundo natural, da ação humana em confronto com a natureza.

Através do trabalho o homem põe em movimento corpo, músculos, cabeça, ação na perspectiva de transformar a natureza para atender suas necessidades sociais. Escreve Marx (1985, p. 149):

Antes de tudo, o trabalho é um processo entre o homem e a Natureza, um processo em que o homem, por sua própria ação, media, regula e controla seu metabolismo com a Natureza. Ele mesmo se defronta com a matéria natural como uma força natural. Ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporalidade, braços e pernas, cabeça e mão, a fim de apropriar-se da matéria natural numa forma útil para sua própria vida.

O trabalho é intercâmbio do homem com a natureza para a produção dos meios de subsistência e meios de produção. Existe uma relação entre os fins e meios. Em sua obra, *O sistema da vida ética*, Hegel opera uma correta compreensão da relação entre preceitos teleológicos e meios de produção, apesar de a filosofia da história hegeliana deter a predominância do preceito teleológico sobre os elementos causais. Lukács entende que o “enlace entre utilidade finalística e trabalho é desde então uma ideia hegeliana” (1970, p. 188). Hegel percebe que o próprio desenvolvimento dos meios de produção permite o desenvolvimento sub-reptício das condições que possibilitam a constituição de uma comunidade de indivíduos plenamente articulados.

Marx (1985, p. 50; 1985, p. 150) entende que a atividade produtiva presume: 1) o próprio trabalho enquanto atividade

coletiva, com vista a realização de uma finalidade; 2) atividade aplicada à natureza; 3) envolve os meios necessários para o homem transformar a natureza. Nesse caso, o trabalho comparece como atividade livre e consciente, inteiramente responsável pelo desenvolvimento da humanidade e da constituição do gênero humano.

O trabalho é precedido pela previa-ideação, isso distingue os homens dos animais, porque somente eles são capazes de fazer escolhas entre alternativas, de produzir algo que não brota diretamente da natureza. Essa previa ideação quando objetivada comparece como teleologia. Esta é uma categoria posta, isso implica afirmar que inexistente ato teleológico na natureza, nem muito menos nenhuma ação teleológica que não se consubstancie na transformação da objetividade. Isso implica em afirmar que toda a ação humana é orientada para uma finalidade. E ao ser orientada para uma finalidade, ela tem capacidade para modificar a realidade social e denota como o homem é inteiramente responsável pelo seu destino.

Da mesma forma que nem todo valor de uso é produto do trabalho humano, também é possível afirmar que nem toda a forma de objetivação modifica a natureza, mas toda objetivação cria um objeto social. Para comparecer como trabalho (valor de uso) é preciso ser uma objetivação resultante da transformação da natureza e que atenda necessidades sociais dos indivíduos. E como o processo de objetivação, o trabalho pressupõe uma antecipação na consciência para que tal fim tenha êxito; isso acaba também perpassando todas as demais formas de objetivação do ser social. Isso permite que o trabalho se constitua como categoria nodal para compreender as demais categorias econômicas e sociais.

Sem esse movimento de objetivação e exteriorização, teleologia e causalidade do trabalho inexistente possibilidade de

constituição e criação do ser social e desenvolvimento da sociedade. Sem essa totalidade de ações interligadas inexistente possibilidade efetiva de desenvolver-se a vida social. O ser social se constitui mediante um processo dialético com o mundo natural, em que ao transformar a natureza o homem se autoproduz e se constitui. O movimento de exteriorização e interiorização perpassa o desenvolvimento do ser social e pauta o afastamento gradual das barreiras naturais, fazendo ampliar cada vez mais a presença da subjetividade na história da humanidade.

Apesar do trabalho se constituir como categoria fundante dos mundos dos homens, o trabalho não explica a totalidade das categorias. Embora o trabalho, como valor de uso, constitua uma categoria fundante do ser social, isso não impede que nos estágios mais avançados e superiores do desenvolvimento da processualidade social as demais categorias possam aparecer como dotadas de autonomia relativa perante o trabalho. Isso pode levar à falsa consideração de que as categorias existam por si mesmas ou que constituam formas *a priori*. Marx destaca o perigo dessa possibilidade no “prefácio à segunda edição alemã” de *O capital*, quando afirma:

A pesquisa tem de captar detalhadamente a matéria, analisar as suas várias formas de evolução e rastrear sua conexão íntima. Só depois de concluído esse trabalho é que se pode expor adequadamente o movimento real. Caso se consiga isso, e espelhada idealmente agora a vida da matéria, talvez possa parecer que se esteja tratando de uma construção *a priori* (1985, p. 20).

O trabalho fornece a chave para a compreensão de todas as categorias, uma vez que ela é fundante e não fundada. É nesse contexto que se inscreve a possibilidade de entender também a natureza do trabalho abstrato. Todas as demais categorias

interagem com a categoria trabalho, mas o trabalho não explica a especificidade e complexidade de cada categoria que perpassa a totalidade social. A sociedade capitalista como um complexo de complexo presume uma análise mais detalhada para apreender seu movimento imanente e suas conexões íntimas. A interação das categorias entre si denota uma predominância da matriz econômica, isso não implica numa determinação economicista, mas no reconhecimento de uma relação dialética entre economia e demais categorias.

## 2.2 O trabalho abstrato como substância do valor

Marx começa pela forma da mercadoria, porque ela é a fórmula elementar de manifestação da riqueza na sociedade capitalista, ela seria a forma mais simples de configuração dessa sociabilidade. O ser mais simples, não significa que inexista complexidade. Não é à toa que o capítulo dedicado ao mundo da mercadoria constitui-se como uma das mais difíceis, haja vista sua relação inexorável com o processo de elucidação da teoria do valor – valor de troca.

A sociedade capitalista não criou a mercadoria, dinheiro, mercado mundial, sistema de troca, mais-valia, divisão social do trabalho, capital, complexo militar, trabalho assalariado etc. A sociedade capitalista torna-se o espaço essencial para o desenvolvimento de todas essas categorias. A diferença do modo de produção capitalista em relação aos modos de produção pretéritos consiste no fato de que nele essas categorias são decisivas de todo o processo de organização da produção.

Marx começa sua obra fundamental, *O capital*, pela análise da mercadoria, pelo fato desta categoria comparecer como mais “real e pelo concreto, pelo pressuposto efetivo” (MARX, 2011, p. 54). Neste caso, nada mais correto que

começar pela forma mercadoria, haja vista que: “A riqueza das sociedades em que domina o modo de produção capitalista aparece como uma imensa coleção de mercadorias, e a mercadoria individual como sua forma elementar” (MARX, 1985, p. 45). Ele começa sua investigação pela forma como a produção capitalista apresenta-se à consciência comum e reificada, consciência completamente distante do entendimento da essencialidade deste modo de produção. E, num movimento processual e dialético, vai paulatinamente descortinando as camadas epiteliais desse modo de produção e penetrando nas suas camadas mais profundas, revelando assim como as contradições se constituem enquanto formas modais do ser da totalidade desse modo de organização da produção e circulação.

A análise marxiana tenta superar as insuficiências da Economia Política, sobretudo as deficiências das análises constituídas do valor e da grandeza do valor, que nunca indagou por que “o trabalho se representa pelo valor e a medida do trabalho, por meio de sua duração, pela grandeza do valor do produto de trabalho” (MARX, 1985, p. 76). As fórmulas da Economia Política são típicas de uma formação social “em que o processo de produção domina os homens, e ainda não o homem o processo de produção, e são consideradas pela consciência burguesa uma necessidade natural tão evidente quanto o próprio trabalho produtivo” (MARX, 1985, p. 76).

Isso não implica em desconsiderar a necessidade de elucidar a anatomia da mercadoria, porque ela “uma coisa complicada, cheia de sutileza metafísica e manhas teológicas” (MARX, 1985, p. 70). O caráter misterioso do trabalho que produz mercadoria provém desta forma mesma. Escreve Marx (1985, p. 71):

O misterioso da forma mercadoria consiste, portanto, simplesmente no fato de que ela reflete aos homens as características sociais do seu próprio trabalho, como propriedades objetivas dos próprios produtos de trabalho, como propriedades naturais sociais dessas coisas e, por isso, também reflete a relação social dos produtores com o trabalho total como uma relação social existente fora deles, entre objetos.

É pela mediação dessa forma específica de configuração do trabalho que os produtos se tornam mercadorias, ou seja, entidades metafísicas. Nessa relação os seres sociais adquirem caráter de entidades metafísicas devido ao processo de abstração em que os distintos trabalhos são configurados. Esse processo de abstração faz com que os produtos do trabalho sejam dotados duma constituição própria que se configura como uma coisa autônoma e independente de seus produtores. A essência dessa substância emerge da própria consubstanciação do trabalho, à medida que os distintos trabalhos são trabalhos privados e independentes uns dos outros. As relações sociais que se estabelecem “não são relações diretamente sociais entre pessoas em seus próprios trabalhos, senão relações reificadas entre pessoas e relações sociais entre as coisas” (MARX, 1985, p. 71). A igualdade estabelecida entre distintos trabalhos diferenciados constitui uma profunda abstração.

O processo de abstração contido na mercadoria é expressão do caráter misterioso da igualdade entre trabalhos profundamente desiguais. A natureza metafísica da mercadoria é expressão da própria natureza do valor. Esclarece Marx: “Por isso, o valor não traz escrito na testa o que ele é. O valor transforma muito mais cada produto de trabalho em um hieróglifo social” (MARX, 1985, p. 72). A elucidação do segredo oculto da forma valor, enquanto expressão material duma forma específica de trabalho, não implica a dissolução das condições

efetivas que o constituem. A elucidação científica da teoria do valor não significa o desaparecimento das relações reificadas que gestam a substância do trabalho enquanto tal. Evidente que essa consciência somente pode brotar *post festum*, como expõe Marx (1985, p. 73):

É mister uma produção de mercadorias totalmente desenvolvida antes que da experiência mesma nasça o reconhecimento científico, que os trabalhos privados, empreendidos de forma independente uns dos outros, mas universalmente interdependentes como membros naturalmente desenvolvidos da divisão social do trabalho.

O fetichismo que caracteriza os produtos do trabalho é inerente ao processo de produção de mercadoria. É expressão duma determinada relação social entre seres humanos que acaba mimetizando a relação estabelecida entre coisas. A produção de mercadorias pressupõe a transformação de seus produtores em seres reificados. O caráter peculiar do trabalho que produz mercadorias está na essência do caráter fetichista da mercadoria. Marx (1985, p. 73) afirma que o caráter mistificado do produto do trabalho ganha corolário completamente distinto quando se observam outros modos de produção: “Todo o misticismo do mundo das mercadorias, toda a magia e fantasmagoria que enevoa os produtos de trabalho na base da produção de mercadoria, desaparece, por isso, imediatamente, tão logo nos refugiamos em outras formas de produção”.

Marx entende que a forma valor é produto e expressão do modo de ser do capital, ou seja, ela não é estranha a esse modo de produção; logo, essa forma não pode ser naturalizada e eternizada como pretendeu a economia política. O valor é expressão e produto direto das condições objetivas da produção mercantil. Assim, não é possível tratar a forma valor

separadamente das relações econômicas que produzem mercadorias. Quando essa forma, que emerge do caráter específico da consubstanciação que o trabalho recebe na sociedade capitalista, passa a ser compreendida como a forma natural eterna da produção social, então se deixa completamente de lado o movimento que conduz o trânsito da forma-mercadoria à forma-dinheiro, à forma-capital etc. Embora o capital pudesse ser localizado nos modos precedentes de organização da produção, ele somente assume caráter predominante no modo de produção capitalista.

A mercadoria é um objeto externo que pode satisfazer necessidades do estômago ou da fantasia. Ela tanto pode servir para satisfazer necessidades de consumo individuais como as necessidades de consumo da produção. Marx afirma que a mercadoria se apresenta como valor de uso e valor de troca; mais adiante, ressalta que o valor de troca não passa de uma isca – o valor é um termo que transpõe a troca, pois o lugar de sua constituição se chama trabalho. Como foi dito acima, a mercadoria é algo a ser elucidado, porque a sua propriedade não é de natureza corpórea, geométrica, física, química ou natural. Ela consiste numa abstração do valor de uso, e este deve servir como isca para atrair consumidores e como mediação para a realização do valor.

O valor de troca é um elemento intrínseco à mercadoria. Ele está relacionado à dimensão quantitativa e é algo eminentemente casual e relativo. Anota Marx (1985, p. 46): “um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria (*vaieur intrinsèque*), portanto uma *contradictio in adjecto*”. O valor emana duma determinada relação social, ou seja, de uma relação de produção que tem como propósito exclusivo a produção para a venda e não simplesmente a produção para satisfazer as necessidades imediatas de seus produtores. Por isso não é



possível visualizar a constituição do valor, já que “até agora nenhum químico descobriu valor de troca em pérolas ou diamantes” [*Bisher hat noch kein Chemiker Tauschwert in Perle oder Diamant entdeckt*] (MARX, 1985, p. 78). O valor é produto dum processo social e não alguma substância natural ou fisiológica.

Produzir para o consumo dos outros é o aspecto central da produção capitalista. Nessa forma social da produção, distintos trabalhos aparentam ser semelhantes e idênticos. O aspecto específico e particular de cada trabalho individual deve desaparecer para em seu lugar emergir a forma gelatinosa do trabalho como uma entidade universal e abstrata. Quando se abstrai o valor de uso dos corpos das mercadorias e destas se apagam completamente suas qualidades sensoriais e naturais, o que resta é o fato de todas procederem do trabalho humano. Ao se anular as qualidades sensoriais dos distintos trabalhos concretos e produtivos realizados, desaparece o caráter de utilidade dos produtos do trabalho representados, para emergir somente uma abstração do trabalho. Segundo Marx (1985, p. 47): “Não restou deles a não ser a mesma objetividade fantasmagórica, uma simples gelatina de trabalho humano indiferenciado, isto é, do dispêndio de força de trabalho humana, sem consideração pela forma como foi despendida”.

O que existe de comum entre os diferentes produtos do trabalho e que se revela na relação de troca entre as distintas mercadorias é o valor. O valor de uso existe somente porque nele está objetivado trabalho humano abstrato, ou seja, o trabalho mensurado pela medida do tempo socialmente necessário à constituição de determinada mercadoria. O valor é determinado pelo *quantum* de trabalho socialmente necessário para a produção da mercadoria. Isso implica dizer que o tempo de trabalho como medida do valor é o tempo determinado socialmente. Esclarece Marx (1985, p. 48): “A força conjunta de trabalho da sociedade,

que se apresenta nos valores do mundo das mercadorias, vale aqui como uma única e a mesma força de trabalho do homem, não obstante ela ser composta de inúmeras forças de trabalho individuais”. Acrescenta Marx (1985, p. 48): “Mercadorias que contêm as mesmas quantidades de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm, portanto, a mesma grandeza do valor”. O tempo de trabalho socialmente necessário [*Gesellschaftlich notwendige Arbeitszeit*] para a produção da mercadoria é o tempo médio de trabalho requerido para produzir um valor de troca qualquer.

O desenvolvimento das forças produtivas repercute na composição do valor da mercadoria, fazendo com que esta seja relativa e não constante, porque o valor se altera com o desenvolvimento das habilidades dos trabalhadores e com o desenvolvimento das ciências e de sua aplicabilidade tecnológica. Há uma relação inversa entre o desenvolvimento das forças produtivas e o desenvolvimento do valor, como pontua Marx (1985, p. 49): “Genericamente, quanto maior a força produtiva do trabalho, tanto menor o tempo de trabalho exigido para a produção de um artigo, tanto menor a massa de trabalho nele cristalizada, tanto menor o seu valor”.

O trabalho abstrato é a substância do valor. Este não passa duma expressão simplesmente gelatinosa e homogênea do trabalho, porquanto se abstrai sua qualidade específica. O valor de uso está relacionado ao como e ao quê do trabalho concreto, enquanto o valor de troca representa somente o *quantum* de trabalho nela contido. O trabalho, na qualidade de trabalho humano abstrato ou equivalente, é a essência do valor; já o trabalho como trabalho útil e concreto é uma necessidade eterna dos homens, algo que precede à sociedade capitalista e extrapola o modo de produção capitalista. No entanto, ele é nodal para que o trabalho abstrato possa se realizar. Escreve Marx (1985, p. 53):

Todo trabalho, por um lado, dispêndio de trabalho do homem no sentido fisiológico, e nessa qualidade de trabalho humano igual ao trabalho humano abstrato gera o valor da mercadoria. Todo trabalho é, por outro lado, dispêndio de força de trabalho do homem sob a forma especificamente adequada a um fim, e nessa qualidade de trabalho concreto útil produz valores de uso.

O trabalho abstrato subordina o trabalho concreto aos seus imperativos, o fato de abstrair o trabalho de seus elementos corpóreos e concretos não implica que o trabalho abstrato não submete o trabalho como necessidade eterna dos homens aos seus propósitos de reprodução. No entanto, para que o capital possa se desenvolver o trabalho concreto tão somente não basta, é preciso que a dimensão quantitativa subordine completamente a dimensão qualitativa, fazendo com haja um verdadeiro processo de abstração das condições objetivas que perpassa o trabalho concreto. Inexiste trabalho abstrato sem o trabalho útil-concreto. Escreve Marx (1985, p. 63);

O produto do trabalho é em todas as situações sociais objeto de uso, porém apenas uma época historicamente determinada de desenvolvimento – a qual apresenta o trabalho dispendido na produção de um objeto de uso como sua propriedade “objetiva”, isto é, como seu valor – transforma o produto de trabalho em mercadoria.

É somente numa determinada forma de sociabilidade que o produto do trabalho se transforma em mercadoria e o trabalho comparece abstraído de suas qualidades objetivas, manifestando-se como uma abstração do valor de uso. No interior do processo de produção de mercadorias, os trabalhos privados que produzem valor de uso entram em relação somente

pela mediação da troca de seus produtos de trabalho. Segundo Marx (1985, p. 71): “os trabalhos privados só atuam, de fato, como membros do trabalho social total por meio das relações que a troca estabelece entre os produtos do trabalho e, por meio dos mesmos, entre os produtores”. A relação estabelecida dos trabalhadores é mediada pelo trabalho abstrato, enquanto fundamento da relação de troca. O duplo caráter social do trabalho perpassa a produção capitalista e o processo de produção e reprodução do capital, como o sistema mais poderoso de extração de mais-valia existente na história da humanidade.

Apenas em determinadas condições objetivas constituídas historicamente, o trabalho do indivíduo trabalhador pode ser equiparado com o trabalho de qualquer outro trabalho humano, independente da forma singular que este trabalho possa assumir. A natureza abstrata emana da condição social do trabalho que cria mercadorias, em que o trabalho possa alcançar o estatuto de cidadania do mundo das mercadorias. É bom sempre ter presente que a cidadania serve perfeitamente para expressa o movimento social cindido do homem na sociedade burguesa, a disjunção entre vida privada e vida coletiva. A grandeza do valor expressa na mercadoria que regulamenta as relações de trocas, isso implica em dizer que não é a troca que determina a grandeza do valor. As relações de troca que regulam o mercado resultam da relação social constituída pelo trabalho abstrato.

O elemento quantitativo passa a ser decisivo para o desenvolvimento da sociedade capitalista e o processo de reprodução do capital em escala ampliada. O valor serve para expressar uma objetividade concretamente distinta de qualquer espécie de mercadoria e ao mesmo tempo serve para revelar algo de comum com essa outra espécie de mercadoria. O traço de

igualdade qualitativo com outra mercadoria consubstancia-se na forma de valor. A mercadoria A reconhece-se na mercadoria B porque uma reconhece na outra “a bela alma de valor de origem comum” (MARX, 1985, p. 56). O valor da mercadoria A se expressa no corpo da mercadoria B, ou seja, o valor de troca de uma mercadoria se expressa no valor de uso da outra. No entanto, como valor de uso, A é uma coisa fisicamente distinta de B.

O valor de A e B resulta do trabalho em sua forma abstrata. A sublime objetividade do valor é completamente distinta do núcleo corpóreo e substancial da mercadoria. O valor de uso é a forma natural da mercadoria, e o valor de troca é produto de uma relação social específica. Por isso não é fácil descobrir a essência da forma mercadoria. Como observa Marx (1985, p. 53-54): “Em direta oposição à palpável e rude objetividade dos corpos da mercadoria, não se encerra nenhum átomo de matéria natural na objetividade do valor. Podemos virar e revirar a mercadoria, caso queiramos; como coisa de valor ela permanece imperceptível”.

A essência da objetividade que constitui o valor é puramente social e não fisiológica. O valor de troca constitui-se como itinerário para desvelar a essência do valor; já a relação de troca entre as mercadorias serve para desvelar o percurso do movimento que constitui o valor. Por isso é preciso fazer uma nova regressão ao valor de troca, para finalmente alcançar a essência do valor nela contida. Nesse processo fica claro que o trabalho, enquanto substância do valor, garante a troca. Não é a troca que é a substância do valor, pois o valor de troca não passa dum isca para que se possa efetivamente demonstrar a essência da mercadoria. Há uma contraposição entre valor de uso e valor de troca.

O valor da mercadoria ou a grandeza do valor duma mercadoria não provém do valor de troca, mas do tempo de trabalho socialmente necessário à constituição duma determinada mercadoria. O valor da mercadoria não é determinado pelo valor de troca, mas pela natureza do valor das mercadorias. Conforme Marx (1985, p. 63): “A forma simples de valor de uma mercadoria é, por conseguinte, a forma simples de manifestação da antítese entre valor de uso e valor, nela contida”. O desenvolvimento da forma valor coincide com o desenvolvimento da forma mercadoria. Não é a troca que se constitui como a substância do valor, mas a grandeza do valor, que é determinada pelo *quantum* de trabalho abstrato e homogêneo nela contido, que serve de elemento de regulação das relações de troca entre mercadorias distintas.

### 2.3 A natureza abstrata do trabalho

No primeiro capítulo de *O capital* Marx esclarece como o trabalho abstrato constitui-se como fundamento de toda a lógica da produção de mercadorias. Pela mediação do trabalho, enquanto relação metabólica do homem com a natureza, ele tenta apontar como a natureza do trabalho não se configura somente no processo de produção do valor, pois é possível ao trabalho produzir coisas sem que a produção de produtos esteja necessariamente relacionada à produção do valor. Além do trabalho como valor (troca), subsiste o trabalho como valor de uso, e este é uma necessidade eterna dos homens; já o trabalho como valor de troca é uma especificidade do sistema do capital. No entanto, subsiste uma relação intrínseca entre trabalho útil-concreto e trabalho abstrato de tal modo que da mesma maneira como o “valor de troca” subordina o valor de uso, o trabalho

abstrato subordina o trabalho útil-concreto aos imperativos da produção de mercadorias.

A tentativa de elucidação da natureza do trabalho abstrato está presente em todas as obras de Marx. Nas obras da juventude isso comparece na forma da investigação da natureza do trabalho alienado e do processo de exploração da classe trabalhadora. A alienação se inscreve como temática central dos *Manuscritos de 44*, em que a referida problemática perpassa tanto a relação do trabalhador com o objeto de seu trabalho, na relação consigo mesmo e na relação com o gênero humano.

A alienação não é exclusividade da forma do trabalho na sociedade capitalista, mas o trabalho como trabalho abstrato é realmente uma exclusividade da sociedade organizada para produzir excedente visando a troca, em que os trabalhadores estão completamente subordinados aos preceitos do capital. É o trabalho útil-concreto que produz valor de uso, enquanto tal não possui nenhuma substância metafísica. Somente o trabalho abstrato que possui substância metafísica, porque emana de uma relação social essencialmente quantitativa. O trabalho abstrato não é produção do intelecto ou reflexo do pensamento, mas reflexo no pensamento de uma propriedade que efetiva que subsiste no mundo objetivo. O trabalho abstrato resulta do desenvolvimento de relações sociais, em que o aspecto qualitativo é subordinado ao quantitativo, em que o tempo é tudo e os homens são nada.

Para Marx, o trabalho abstrato não é uma simples generalização do espírito humano, um *constructum* subjetivo, uma abstração imaginária, um conceito mental, mas uma abstração que emana do movimento dialético do real, da forma de configuração do trabalho na sociedade capitalista. O trabalho abstrato é o trabalho simples, comum, homogêneo, indiferente às distintas variedades particulares do trabalho. Ele é o trabalho

socialmente necessário à produção de mercadorias. O trabalho social é a forma socialmente universalmente válida para expressar o valor de uma coisa. Escreve Marx (1985, p. 67): “Uma mercadoria só ganha a expressão geral do valor porque simultaneamente todas as demais mercadorias expressam seu valor no mesmo equivalente e cada nova espécie de mercadoria que aparece tem que fazer o mesmo”.

O trabalho abstrato se constitui como equivalente universal das mercadorias que possibilita a relação de troca das mercadorias entre si, sem trabalho abstrato inexistente a crisálida social que permite a metamorfose da troca de coisas essencialmente distintas. A forma do valor resulta do trabalho humano indiferenciado, do trabalho uniformizado, do trabalho humano como uma gelatina, do trabalho como expressão social do mundo das mercadorias. O valor estabelecido pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzir determinada mercadoria se constitui como elemento universal que assegura a igualdade de trabalhos distintos. A igualdade abstrata que permeia o mundo das mercadorias emana do trabalho abstrato enquanto fundamento do valor que subsiste em cada mercadoria. O valor não passa de uma redução e restrição de todos os trabalhos humanos ao trabalho que produz mercadorias. O trabalho abstrato implica na abstração das formas concretas e das propriedades úteis dos trabalhos reais e específicos no interior da divisão social capitalista organizada para produzir mercadorias.

O tempo de trabalho socialmente necessário para produzir uma mercadoria constitui-se como uma crisálida do trabalho útil-concreto, em que toda particularidade do trabalho é dissolvida. O trabalho é universalizado de uma maneira em que toda substância objetiva do trabalho acaba sendo reduzida ao tempo de trabalho, como forma determinante do valor das



mercadorias. É este valor que assegura o intercâmbio das mercadorias entre si. Nesse contexto, é possível entender a forma relativa do valor e os fundamentos da forma equivalente do valor, como uma mercadoria determinada assume a forma de equivalente universal no intercâmbio das mercadorias. Escreve Marx (1985, p. 70): “A forma mercadoria simples é, por isso, o germe da forma dinheiro”.

O trabalho abstrato é o trabalho morto, em que o valor de uso é subordinado ao valor e perde seu caráter particular para configurar-se como tempo de trabalho cristalizado. A forma da riqueza na sociedade capitalista se expressa no tempo de trabalho socialmente necessário expresso nas mercadorias. A substância abstrata da mercadoria emana da forma do trabalho que lhe oferece sustentação. A mercadoria é hieróglifo difícil de ser elucidado porque emana de uma relação social em que o trabalho assume uma forma meramente quantitativa. O caráter enigmático da mercadoria procede da igualdade abstrata dos distintos trabalhos humanos.

O trabalho abstrato é uma abstração do trabalho útil-concreto, em que comparece somente como quantum de força de trabalho humano, de “trabalho morto” que se ergue contra o “trabalho vivo”. É o tempo médio necessário à produção de uma mercadoria que determina o valor e a relação de troca das mercadorias entre si. Ele estabelece uma relação de identidade e igualdade entre as coisas que é meramente formal e abstrata, não resulta de uma igualdade efetiva. O trabalho que assegura a produção de mercadorias é igualado de ponto de vista meramente formal, porque assim se assegura a relação de troca entre coisas distintas. O trabalho abstrato é a essência da riqueza social do valor objetivado. No entanto, se o valor de troca inexistente sem valor de uso, este pode perfeitamente existir sem aquele. Do mesmo modo, o trabalho útil-concreto pode existir

sem o trabalho abstrato, enquanto o trabalho abstrato não pode existir sem o trabalho concreto.

Na sociedade capitalista, o trabalho abstrato comparece como o segredo oculto de toda a mercadoria. O trabalho que é vendido como uma mercadoria é somente uma manifestação do trabalho privado que é levado ao mercado para ser comercializado. Na verdade, o trabalho não é uma mercadoria qualquer, mas a única mercadoria capaz de produzir um valor acima do valor que será pago por ela. Essa é a razão de ser do modo de produção capitalista, em que o trabalho abstrato é a única mercadoria que possibilita o desenvolvimento do capital. O trabalho abstrato é a única mercadoria que cria valor. A força de trabalho é a única mercadoria que ao ser consumida produz valor acima daquele que foi pago para assegurar a reprodução de sua existência.

No fundo, o interesse do capitalista não é produzir mercadoria e nem mesmo produzir valor, o que efetivamente interessa ao capitalista é produzir mais-valor ou mais-valia. Essa é a essência do modo de produção capitalista e do sistema do capital. O capitalista somente produz mercadorias, porque essa é a mediação necessária para a apropriação do tempo de trabalho excedente do trabalhador assalariado. A produção de mercadorias serve somente de pretexto para a apropriação da mais-valia, da jornada de trabalho que o trabalhador assalariado entrega gratuitamente ao capitalista.

A sociedade assentada sobre o trabalho abstrato tende a reproduzir-se socialmente segundo os preceitos dessa forma específica de organização do trabalho. O fato de o trabalho abstrato configurar-se como o fundamento da natureza da mercadoria permite entender o caráter abstrato da mercadoria e, conseqüentemente, o caráter abstrato do dinheiro, do capital. A natureza abstrata trabalho reverbera sobre todas as relações

sociais fazendo com que as relações estabelecidas entre os seres humanos compareçam como relações entre coisas. A alienação que perpassa de alto a baixo a sociabilidade capitalista emana da forma de objetivação do trabalho que dar sustentabilidade.

Uma sociedade assentada sobre o trabalho abstrato somente pode plasmar a existência dos indivíduos de maneira semelhante ao mundo das mercadorias, tudo deve comparecer fora de lugar, tudo deve possuir uma substância gelatinosa e completamente alienada. A existência humana numa sociedade centrada na produção de mercadoria ganha corolário cada vez mais mediado pela quantidade e não pela qualidade, cada vez os indivíduos têm menos valor, porque o tempo é tudo e os indivíduos nada, porque o capital é tudo e as necessidades efetivamente humanas comparecem como essenciais.

O trabalho abstrato, enquanto fundamento do mundo das mercadorias, generaliza a relação entre os homens como relação entre coisas, haja vista que é o capital que comanda as relações sociais dentro do espaço da produção e no espaço da reprodução social. A produção organizada para o valor, em que o tempo é tudo e os homens são nada, universaliza as relações reificadas entre as pessoas e as relações sociais entre coisas. As coisas e os homens se misturam, a criatura e o criador se confundem como no reino da religião. O caráter fantasmagórico do mundo da mercadoria emana das relações de trabalho que sustenta o modo de produção capitalista. Os aspectos misteriosos e abstratos da mercadoria, do dinheiro e do capital emanam da própria relação social e do próprio modo de organização da produção, em que o trabalho se configura de maneira duplicada, como trabalho abstrato e trabalho útil-concreto, sendo que aquele não passa duma crisálida do trabalho útil-concreto. Por sua vez, isso não implica afirmar que o trabalho abstrato seja destituído de objetividade e materialidade,

pelo contrário, a natureza do trabalho abstrato procede das relações sociais fundamentais ao processo de produção e ao processo de valorização do capital.

## Referências bibliográficas

ESPINOSA, Benedictus de. *Correspondência*. Tradução de Marilena de Souza Chauí. Os Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

INWOOD, Michael. *Dicionário Hegel*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

LUKÁCS, G. *Prolegômenos para uma ontologia do ser social: questões de princípios para uma ontologia hoje tornada possível*. Trad. Lya Luft e Rodnei Nascimento. São Paulo: Boitempo, 2010.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon*. Tradução e introdução de José Paulo Netto. São Paulo: LECH, 1982.

\_\_\_\_\_. *Grundrisse*. Trad. Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro terceiro. Vol. 6. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

\_\_\_\_\_. *Manuscritos econômico-filosóficos de 1844*. Trad. Maria Antonia Pacheco. Lisboa: Avante, 1993.

NETTO, J. P. Introdução. In. MARX, Karl. *Miséria da filosofia*: resposta à Filosofia da miséria do Sr. Proudhon. Tradução e introdução de José Paulo Netto. São Paulo: LECH, 1982.

RICARDO, David. *Princípios de economia política e tributação*. Trad. Paulo Henrique R. Sandroni. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. *Trabalho e tempo de trabalho na perspectiva marxiana*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Vol. I. Trad. Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

TEIXEIRA, Francisco J. Soares. *Trabalho e valor: contribuição para a crítica da razão econômica*. São Paulo: Cortez, 2004.

## CAPÍTULO TERCEIRO

### TRABALHO PRODUTIVO E TRABALHO IMPRODUTIVO NAS “TEORIAS DA MAIS-VALIA” DE KARL MARX<sup>16</sup>

*Artur Bispo dos Santos Neto*

Marx se debruça sobre as categorias econômicas de trabalho produtivo e improdutivo em diversas passagens, tanto nos manuscritos de 1857-1858, conhecidos como os *Grundrisse*, como nos manuscritos de 1861-1863, que acabaram por se configurar nas *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (capítulo IV de *O capital*), em que além de apresentar o mérito da posição de Adam Smith sobre essa temática, o escrito culmina com a apresentação do primeiro estudo detalhado sobre o problema mediante o aditamento “Produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo”. A temática volta a ecoar nos manuscritos preparatórios de *O capital*, entre 1863 e 1866, sob a forma de *Capítulo VI – Inédito*. Neste manuscrito, publicado posteriormente, observa-se considerável aproximação com o texto de *Teorias da mais-valia*. Além destes, a questão mencionada recebe tratamento em diferentes partes de *O capital*, particularmente nos capítulos V e XIV do Livro primeiro, no capítulo VI do Livro segundo, e ainda no capítulo XVII do Livro terceiro, mas não com o detalhamento observado em **Teorias**. O presente texto pretende tão somente esboçar a peculiaridade

---

<sup>16</sup> Capítulo foi publicado como artigo na *Revista Em Debate* (Revista Digital), ISSNe 1980-3532, Florianópolis, n. 8, p. 5-22, jul-dez, 2012.

do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo conforme ressaltado por Karl Marx nos manuscritos de 1861-1863.

O trabalho produtivo constitui-se como elemento nodal para o entendimento da essência do sistema do capital e das sociedades precedentes, por isso Marx dedica todo o capítulo IV do primeiro volume das *Teorias da mais-valia*<sup>17</sup> ao tema das “Teorias sobre o trabalho produtivo e improdutivo” (*Theorien über produktive und unproduktive Arbeit*). Começa pela apresentação do pensamento de Adam Smith, passa pela recusa das posições medíocres de seus críticos e culmina explicitando suas próprias posições sobre a questão anunciada.

---

<sup>17</sup> “Teorias da mais-valia” é resultado dos manuscritos de Marx entre 1861 e 1863, sendo composto por 23 cadernos, com páginas de 1 a 1.472. A história crítica do pensamento econômico dos autores que lhe precederam constitui o Livro IV, ou seja, o último volume de *O capital*. A primeira edição do Livro IV foi organizada por Kautsky entre 1905-1910, dez anos depois da publicação do Livro III e mais de quarenta anos após publicação do Livro primeiro. Além de alterar a ordem dos temas, Kautsky cometeu imprecisões como supressão de partes dos manuscritos, equívocos de interpretação, erros de tradução das passagens contidas em outras línguas e alterações dos termos adotados por Marx. Cinco anos depois foi realizada uma nova publicação para corrigir os defeitos da publicação anterior, sendo esta organizada por pesquisadores russos, que buscaram preservar o texto original. A versão completa das “Teorias” em russo somente foi publicada entre 1954 e 1961, e a versão alemã, entre 1956 e 1962, ou seja, quase um século depois da edição do Livro primeiro. Quando foi dada ao conhecimento do público, já existia uma compreensão amplamente difundida do pensamento de Marx. A obra ficou circunscrita então ao mundo dos pesquisadores, sendo às vezes um “apêndice incômodo” para determinadas posições petrificadas pelo marxismo vulgar (Cf. ROSDOLSKY, 2001; MALTA e CASTELO, s/d). O título da obra relaciona-se ao objeto constante de toda a estrutura dos manuscritos, em que Marx busca apontar como os representantes da economia política (William Petty, David Hume, Adam Smith, James Steuart, David Ricardo, Rodbertus, Thomas Malthus, Robert Torrens, James Mill) tentaram se aproximar, sem êxito, da elucidação desse objeto.

### 3.1 Trabalho produtivo e trabalho improdutivo em Adam Smith

O autor de *A riqueza das nações* considera como trabalho produtivo tão somente aquele que, além de produzir o valor necessário para a reprodução de sua força de trabalho, é capaz de produzir mais-valia. Escreve Marx (1980, p. 132): “Só é produtivo o *trabalho assalariado* que produz capital” (*Nur die Lohnarbeit ist produktiv, die Kapital produziert*). Embora o trabalho que se destinasse a reproduzir a existência do trabalho pudesse também ser considerado como produtivo, em termos absolutos, este tipo de produtividade pouco importa ao capitalista, pois somente interessa ao capital a produtividade relativa que produz mais-valia. É dessa espécie de trabalho que depende a subsistência do capital.

Adam Smith afirmou de modo contundente que somente era produtivo o trabalho que gerava mais-valia. Já Marx (1980, p. 133) é bastante claro quanto ao final da assertiva acima, quando afirma: “Dessa espécie de trabalho assalariado produtivo depende a existência do capital” [*Auf Dieser Art Produktiver Lohnarbeit Beruht das Kapital, seine Existenz*]. Isso implica dizer que existem outras espécies de manifestação do trabalho assalariado e que este é uma categoria mais ampla, que pode tanto envolver trabalhadores produtivos quanto trabalhadores improdutivos. Existem trabalhadores que trocam sua força de trabalho por salário e são produtivos, e existem trabalhadores que também vendem sua força de trabalho e são explorados, mas nem por isso são produtivos, porque não servem ao processo produção de mais-valia. Ser produtivo para o capital é produzir mais-valia.

O mérito de Adam Smith acerca da definição da natureza do trabalho produtivo emana de seu entendimento da natureza da mais-valia. Embora sua concepção ainda esteja



conectada aos fisiocratas e aos mercantilistas, ele consegue ultrapassá-los. A falsidade da tese fisiocrata de considerar somente como produtivo o trabalho agrícola não deixa de conter um fundo verdadeiro, porquanto afirma que “só é produtivo o trabalho que gera mais-valia não para si mesmo, e sim para o proprietário das condições de produção; trabalho que cria um produto líquido não para si mesmo, mas para o dono das terras” (MARX, 1980, p. 133). A concepção errada acerca da própria natureza da mais-valia brota do fato de não haverem entendido o valor como conectado ao tempo de trabalho socialmente necessário, restringindo-o simplesmente ao valor de uso. Apesar disso, acertaram ao afirmar “*só ser produtivo o trabalho assalariado que gera valor maior que o seu custo*” (MARX, 1980, p. 134). Marx destaca que Adam Smith soube definir com precisão a natureza do trabalho produtivo na sociedade capitalista, nos seguintes termos:

Fica definido o trabalho produtivo do ponto de vista da produção capitalista. Adam Smith penetrou no âmago da questão, acertou na mosca, e um dos seus maiores méritos científicos (essa distinção crítica entre trabalho produtivo e improdutivo, conforme acertada observação de Malthus, constitui a base de toda a economia burguesa) é o de ter definido o trabalho produtivo como trabalho que se troca de imediato por capital – troca em que as condições de produção do trabalho e o valor em geral, dinheiro ou mercadoria, antes de tudo se transformam em capital (e o trabalho em trabalho assalariado, na acepção científica) (MARX, 1980, p. 137).

Ele estabelece a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo em sua obra *A riqueza das nações*, como segue:

Existe um tipo de trabalho que acrescenta algo ao valor dos objetos sobre os quais se aplica, e existe um outro

tipo que não tem efeito. Por produzir um valor, é possível chamar o primeiro de trabalho produtivo; ao último, de improdutivo. Assim, o trabalho de um empregado de manufatura geralmente acrescenta, ao valor das matérias-primas às quais se aplica, o valor de sua própria manutenção e o lucro de seu patrão. O trabalho de um criado, ao contrário, nada acrescenta ao valor de qualquer coisa. Embora o empregado de manufaturas tenha os salários adiantados pelo patrão, na medida em que o valor dos salários é geralmente repostos, juntamente com um lucro, na forma de um valor acrescido ao objeto sobre o qual o seu trabalho se aplica. Mas a manutenção de um criado nunca é repostas. Um homem enriquece empregando inúmeros manufatores; empobrece mantendo uma multidão de criados (SMITH, 2003, p. 413).

O trabalho produtivo é o que produz mais-valia e, conseqüentemente, lucro para o capitalista. O trabalhador produtivo não apenas produz o necessário para a reprodução de sua existência enquanto tal, mas produz excedente que serve para garantir a existência do capitalista. O fundamento da produção capitalista consiste no fato de o capitalista comprar uma mercadoria específica, denominada força de trabalho, que pode vender por um preço superior ao adiantado. O valor de uso da força de trabalho, para o capitalista, consiste na capacidade que esta tem de “restituir quantidade de tempo de trabalho maior do que a pagou na forma de salário. Nessa categoria de trabalhadores produtivos [para Adam Smith] figuram naturalmente os que, seja como for, contribuem para produzir a mercadoria, desde o verdadeiro trabalhador manual até o gerente, o engenheiro (distintos do capitalista)” (MARX, 1980, p. 136).

Adam Smith também evidencia a natureza do trabalho improdutivo. “É o trabalho que não se troca por capital, mas diretamente por renda, ou seja, por salário ou lucro (sem dúvida,

pelas diversas rubricas, como juros e renda fundiária, co-participantes do lucro do capitalista)” (MARX, 1980, p. 137). As definições de trabalho produtivo e improdutivo decorrem, portanto, das relações sociais, e não da “qualificação material do trabalho (nem da natureza do produto ou da destinação do trabalho como trabalho concreto)” (MARX, 1980, p. 137). Esclarece Marx (1980, p. 137):

um ator, por exemplo, mesmo um palhaço, é um trabalhador produtivo se trabalha a serviço de um capitalista (o empresário), a quem restitui mais trabalho do que dele recebe na forma de salário, enquanto um alfaiate que vai à casa do capitalista e lhe remenda as calças, fornecendo-lhe valor de uso apenas, é um trabalhador improdutivo. O primeiro trabalho gera mais-valia; no segundo, consome-se renda.

A distinção entre trabalho produtivo e improdutivo não está relacionada com “a especialidade do trabalho nem como o valor de uso particular em que essa especialidade se corporifica. Num caso, o trabalhador se troca por capital; noutro por renda. Num caso, o trabalhador se transforma em capital e gera lucro para o capitalista; no outro, é uma despesa, um dos artigos em que se despense renda” (MARX, 1980, p. 140). Outro exemplo que Marx oferece é o do trabalhador que produz pianos; ao fazê-lo para um capitalista, resulta numa mercadoria que propicia a produção de mais-valia para este. Isso é trabalho produtivo. Quando este mesmo trabalhador produz um piano sob encomenda para um usuário qualquer, seu trabalho é empregando inúmeros manufatores; empobrece mantendo uma multidão de criados”.

O trabalhador improdutivo não agrega valor e não gera nenhum valor; ele implica improdutivo porque não passa duma permuta pela renda adquirida. Nesse caso, o piano não se

consubstancia como mercadoria que propicia mais-valia para o usuário.

Marx destaca que o desenvolvimento do modo de produção capitalista torna episódico o número de trabalhadores dedicados à transformação da natureza sem a mediação do capital, por isso, paulatinamente, subsiste um número insignificante de trabalhadores improdutivos que “podem participar diretamente da produção material” (MARX, 1980, p. 139). O capital tende a controlar completamente o processo de produção, em que produção e circulação se mostram conectadas. Produzir para a venda é o propósito desse sistema. Isso implica a constituição duma diferença elementar entre trabalhadores produtivos e improdutivos: os primeiros são produtores de mercadorias e produtores de mais-valia, enquanto os segundos não passam de meros realizadores de serviços pessoais. Os trabalhadores produtivos constituem-se como aquela classe que produz “a riqueza imediata, material, consistente em mercadorias, todas as mercadorias, excetuada a constituída pela própria forma de trabalho” (MARX, 1980, p. 140). Por isso Adam Smith (2003, p. 413) afirma que: “Um homem enriquece somente o consumo de renda. No entanto, Adam Smith não permanece apenas no âmbito da determinação das relações sociais para tratar da distinção entre trabalhadores produtivos e improdutivos; o problema está em que tenta efetuar essa distinção através da relação desses trabalhadores com a produção capitalista. Como ao afirmar que “Um trabalhador, se anualmente só repõe o equivalente ao salário, não é produtivo para o capitalista” (MARX, 1980, p. 141).

A produção de mercadoria como materialização do trabalho não se refere especificamente à sua substância corpórea, ou seja, “concebe-se a mercadoria como determinada quantidade de trabalho social ou de dinheiro” (MARX, 1980, p.

151). A mercadoria pode não apresentar nenhum vestígio de seu trabalho concreto, isto é, do trabalho como valor de uso. A mistificação ou o caráter misterioso da mercadoria procede de uma determinada relação social. Escreve Marx (1980, p. 151): “Se uma mercadoria é levada da China para a Inglaterra etc., ninguém pode perceber nela mesma vestígio desse trabalho (exceto os que se lembram de não ser ela produto britânico)”. A mercadoria é trabalho objetivado que pode tanto se achar na forma de uma coisa quanto na própria forma da força de trabalho. De acordo com Marx (1980, p. 151):

Trabalho produtivo seria então o que produz mercadorias ou o que diretamente produz, forma, desenvolve, mantém, reproduz a própria rubrica de trabalho produtivo. No entanto, Smith exclui arbitrariamente a segunda forma de trabalho da condição de trabalho produtivo, pois isso abriria todas as comportas às falsas qualificações de trabalho produtivo.

Ao afastar a força de trabalho da condição de trabalho produtivo, Smith considera como trabalho produtivo somente aquele que se configura na forma de “produtos materiais cuja fabricação custou determinada quantidade de trabalho ou tempo de trabalho” (MARX, 1980, p. 151). É possível sinteticamente indicar que a distinção entre trabalho produtivo e improdutivo, para Smith, consiste no fato de que “o primeiro trabalho corporifica-se numa coisa vendável; o segundo tem de ser consumido durante o desempenho” (MARX, 1980, p. 152). O primeiro produz coisas que podem ser levadas ao mercado e vendidas na forma de mercadorias; o segundo é uma atividade que se extingue em seu próprio processo, pois nada acrescenta ao término de sua realização. O trabalho que produz serviços é improdutivo. Acrescenta Marx (1980, p. 152): “O primeiro

abrange (com exceção do trabalho que forma a própria força de trabalho) toda a riqueza material e intelectual existente na forma de coisa – carne e também livros; o segundo compreende todos os trabalhos que satisfazem qualquer necessidade imaginária ou real do indivíduo ou a ele se impõem contra a vontade”.

Observa-se que a definição adotada por Adam Smith de trabalho produtivo, como trabalho produtor de mercadorias, consiste numa expressão mais elementar do processo de produção de mercadorias do que a concepção de trabalho produtivo como trabalho que produz capital. Por sua vez, a noção do trabalho produtivo como trabalho que produz mercadorias serve para distingui-lo em relação aos mercantilistas e aos fisiocratas. Os mercantilistas consideravam que a forma substancial de constituição do valor se manifestava na forma dinheiro, e os fisiocratas entendiam a terra como princípio constitutivo do valor; já Adam Smith considerava a mercadoria como fundamento de toda a sua teoria do valor. Enquanto fisiocratas e mercantilistas debatiam acerca da oposição entre valor de uso (terra) e valor de troca (dinheiro), Smith consegue articular valor de uso com valor de troca e apontar como produtivo todo trabalho que produza mercadorias. Significa isso que a medida do valor das mercadorias era determinada pelo tempo de trabalho social universal.

Smith considera como trabalho produtivo não apenas o trabalho manual do operário ou o trabalho realizado pela mediação das máquinas, “mas também o supervisor, engenheiro, gerente, empregado de escritório etc., em suma, o trabalho de todo o pessoal requerido num determinado ramo da produção material, para produzir determinada mercadoria, e cujo trabalho conjunto (cooperação) é necessário para a fabricação de

mercadorias” (MARX, 1980, p. 143-44)<sup>18</sup>. No âmbito geral isso não poderia ser aplicado ao trabalhador doméstico e à indústria doméstica formada por artesãos, pois estes produziam valores de uso e não valores de troca. Embora, potencialmente, os valores de uso pudessem se constituir como valores de troca, ou seja, a camisa produzida pela costureira, a carne preparada pela cozinheira e o móvel feito pelo marceneiro são coisas que podem ser levadas ao mercado para ser vendidas, essa classe não deixava de ser improdutiva. Marx (1980, p. 144) esclarece as posições de Smith:

Potencialmente, aqueles valores de uso também são mercadorias: as camisas podem ser penhoradas, a casa revendida, os móveis leiloados etc. Logo, essas pessoas produziram mercadoria em potencial e acrescentaram valor aos objetos que elas transformaram. Todavia, trata-se aí de uma categoria muito reduzida no universo dos trabalhadores improdutivos e não se aplica à massa dos criados, aos clérigos, funcionários públicos, militares, músicos etc.

Embora pareça que o critério decisivo para determinar o trabalho como improdutivo seja o fato de ele perecer no momento de sua realização ou desempenho, Smith não parecia disposto a considerar como trabalho produtivo estes dos trabalhadores acima mencionados. Observa-se então que “não é a especialidade do trabalho nem a forma externa de seu produto que necessariamente o tornam ‘produtivo’ ou ‘improdutivo’. O mesmo trabalho poderia tanto ser produtivo, se o compro no papel de capitalista, de produtor, para produzir valor maior, quanto improdutivo, se o compro na função de consumidor, de

---

<sup>18</sup> Eis um problema que Marx não debate com profundidade nessa obra, mas que será claramente refutado por Marx no decorrer do Livro primeiro de *O capital* (Cf. LESSA, 2007).

quem despende renda, para consumir seu valor de uso, não importando que esse valor de uso desapareça com a atividade da própria força de trabalho ou se materialize e fixe numa coisa” (MARX, 1980, p. 144).

O trabalho da costureira que é comprado como valor de uso para satisfazer as necessidades imediatas de seu comprador é trabalho improdutivo, porque é trabalho concreto que não se configura na forma de mercadoria. Porque este trabalho, segundo Smith, não servia para repor o fundo que possibilitaria comprar o mesmo produto uma segunda vez, à proporção que se esgotava no processo de produção. No entanto, isso também ocorre com as mercadorias, como esclarece Marx (1980, p. 145): “A mercadoria que o capitalista compra para repor o capital restante (por exemplo, tecido de algodão, se fabrica estampados) repõe o valor dela no tecido estampado. Ao contrário, se a compra tem por objetivo o consumo do próprio tecido, a mercadoria não lhe repõe a despesa”. Marx chama atenção para o fato de que a própria classe de trabalhadores produtivos precisa realizar uma série de atividades improdutivas, já que necessita realizar diversas tarefas para si. Escreve Marx (1980, p. 145): “Esse trabalho improdutivo nunca lhes permite reproduzir de novo o mesmo trabalho improdutivo, se antes não tiverem trabalhado produtivamente”.

O capitalista pode comprar temporariamente o trabalho improdutivo da força de trabalho de músicos, atores e prostitutas etc., em que os serviços comprados “perecem no instante do desempenho e não se fixam nem se realizam ‘num objeto durável’ (também se diz particular) ‘ou mercadoria vendável’, destacada deles mesmos” (MARX, 1980, p. 145). No entanto, a compra desses serviços lhe possibilita não somente o pagamento da força de trabalho comprada, sob a forma de salário, como também lhe propicia o lucro. E esses serviços, acrescenta Marx



(1980, p. 145), “capacitam-no a comprá-los de novo, isto é, por meio deles mesmos renova-se o fundo por que são pagos”. O mesmo pode acontecer com o trabalho comprado dos auxiliares de um advogado ou com o trabalho comprado da arrumadeira de quarto pelo proprietário de um hotel. No entanto, isso de maneira alguma se contrapõe ao fato de que esses serviços foram pagos com a renda ou derivaram do trabalho produtivo. Nada subsiste de produtivo nesses trabalhos.

Observa-se então que uma parte desses serviços pode estar subordinada à lógica capitalista da produção de mais-valia e outra parte desses serviços consegue escapar ao processo capitalista de produção de mais-valia. O produtivo e o improdutivo poderiam então ser definidos segundo a produção ou não de mais-valia, mas Smith não chega a dizer isso. Isso significa que a qualificação conferida por Adam Smith de trabalhador improdutivo não é uma coisa fácil, pois sua qualificação de trabalhador produtivo diz respeito à produção de mercadorias.

É preciso observar que a própria força de trabalho pode acabar se consubstanciando na forma de uma mercadoria que venha a se esgotar em seu próprio processo de realização e não constituir uma substância material em sua conclusão; no entanto, isso pode representar uma atividade produtora de mais-valia e lucro para o capitalista. Por outro lado, é possível que uma coisa seja produzida sem o propósito da venda, servindo para satisfazer as necessidades imediatas de seus produtores ou consumidores e, posteriormente, se configure como valor de troca. O critério adotado por Adam Smith para distinguir trabalho produtivo de trabalho improdutivo não deixa de apresentar dificuldades.

O universo de todas as mercadorias pode ser compreendido como força de trabalho na forma de mercadoria

específica ou como mercadorias objetivadas na forma de coisas. Acerca das atividades dos professores e dos médicos, embora estes serviços possam servir para tornar mais vendável a força de trabalho, Smith considera que eles se constituem como falso custo de produção, pois não geram seu próprio fundo de autofinanciamento. O financiamento do trabalho dos médicos e dos professores é coberto pelo fundo constituído pelo trabalho produtivo; já o trabalho deles é improdutivo.

Marx destaca o grande mérito da teoria de Adam Smith sobre trabalho produtivo e improdutivo, porque se constituiu numa declarada contraposição ao mundo da aristocracia com seus séquitos de atividades improdutivas. Smith afirma que as atividades do soberano, dos magistrados, dos militares, do exército, dos clérigos, dos advogados, médicos, homens de letras, cantores de ópera, atores etc. se configuram como trabalhos improdutivos. A fúria de Adam Smith contra os parasitas da sociedade se explicita declaradamente como se pode constatar no trecho a seguir:

Assim como o trabalho dos criados, o trabalho de algumas das mais respeitáveis classes sociais também é incapaz de produzir algum valor, não se fixando ou realizando em qualquer objeto permanente ou mercadoria vendável que perdure após o término desse trabalho e permita adquirir, mais tarde, uma igual quantidade de trabalho. Por exemplo, o soberano, juntamente com todos os oficiais de justiça e da guerra que lhe servem, todo o exército e toda a marinha, são trabalhadores improdutivos. São servidores públicos, e é uma parte da produção anual do trabalho de outras pessoas que os mantêm. Por mais honrosos, úteis e necessários que sejam, seus serviços não produzem nada que permita posteriormente obter uma igual quantidade do mesmo serviço. [...] Como a declamação do ator, a arenga do orador, ou a melodia do músico, o

trabalho de todas essas profissões parece no instante mesmo de sua produção (SMITH, 2003, p. 414-415).

Os setores excluídos da condição de trabalhadores produtivos, que vivem da apropriação da riqueza material de seus efetivos produtores e que são parasitas dos verdadeiros produtores, como funcionários públicos, mestres, médicos, clérigos, juizes, advogados etc., trataram de constituir seu partido contra as posições apresentadas por Adam Smith. Como destaca Marx (1980, p. 154):

A economia política no período clássico, do mesmo modo que a própria burguesia no período inicial de autoafirmação, porta-se de maneira severa e crítica com a maquinaria governamental. Mais tarde percebe e – como a prática também evidencia – pela experiência apreende que brota de sua própria organização a necessidade de combinação social de todas essas classes, em parte por completo improdutivas.

Para Adam Smith não era possível pagar dívidas, adquirir mercadorias e comprar “trabalho produtor de mais-valia com os serviços que pago ao advogado, médico, padre, músico etc., ao homem público, ao soldado etc. Esses serviços desaparecem como os artigos de consumo perecíveis” (MARX, 1980, p. 287). A assertiva de Smith é revolucionária porque se dirige contra o soberano, militares, juizes, sacerdotes, advogados, professores, que não geram nenhuma riqueza material. Longe de bajular os defensores da ordem estabelecida, Smith demonstra que eles não passam de parasitas a viver do trabalho produtivo; por isso defende a necessidade de reduzir os custos com tais atividades. A polêmica aberta contra a concepção desenvolvida por Adam Smith acerca do trabalho produtivo ficou circunscrita, segundo Marx (1980, p. 153), “aos deuses menores, e dela não participou

economista algum de importância, personagem algum de quem se pudesse dizer que fez alguma descoberta do domínio da economia política”. Dessa disputa participou o time dos “compiladores pedantescos e autores de compêndios, dos diletantes de pena fácil e vulgarizadores dessa matéria” (MARX, 1980, p. 154).

Isso ocorre especificamente no instante histórico em que a burguesia assume o poder político e se apodera da estrutura do Estado para resguardar seus interesses. Ela mesma começa a reconhecer o trabalho improdutivo como carne de sua carne e sangue de seu sangue. A partir daí, não precisa mais combater o trabalho improdutivo, pois os distintos trabalhos intelectuais se põem à sua disposição. Os sicofantas (mentirosos, caluniadores, interesseiros, parasitas, impostores etc.) do novo regime tentam “restaurar no plano teórico o segmento meramente parasitário desses ‘trabalhadores improdutivos’ ou justificar as exigências exageradas da fração para ela indispensável” (MARX, 1980, p. 154). No fundo, tratava-se de conferir às camadas ideológicas do aparato burguês uma posição de destaque no processo de reprodução do sistema do capital; nesse aspecto, fazia-se necessário oferecer à atividade intelectual e aos homens de ciência uma posição de primazia, claramente prejudicada pela teoria de Adam Smith. Esses senhores de ciência acharam por bem legitimar e glorificar toda espécie de atividade humana e apontar sua conexão com a produção da riqueza material. Desse modo, buscaram erigir à condição de trabalhador produtivo todo “trabalhador que trabalha a serviço do capital” (MARX, 1980, p. 155), em outras palavras, todo trabalhador que servisse aos propósitos sicofantas da reprodução do capital. Num passe de mágica, os parasitas da sociedade foram promovidos à condição de trabalhadores produtivos e indispensáveis à reprodução do capital.

Nesse novo contexto, é necessário lançar por terra os clássicos da economia política, já que David Ricardo denominou os proprietários de terra de improditivos, Carey qualificou os comerciantes de improditivos, e ainda houve um terceiro grupo que considerou o próprio capitalista como improditivo. Isso impunha a necessidade de restaurar a produtividade de todas as classes excluídas da produção e asseverar que “o mundo burguês com todos os ‘trabalhadores improditivos’ é o melhor de todos os mundos. [...] Era mister descobrir um lugar tanto para esses *ociosos* como para os respectivos *parasitas* no melhor sistema universal possível” (MARX, 1980, p. 155). Neste âmbito, ergueu-se uma plêiade de pensadores do segundo escalão, porém nenhum gigante da economia política assumiu posição contrária às afirmadas por Adam Smith. Constam entre esses pensadores medíocres German Garnier, Ferrier, Lauderdale, Destutt de Tracy, Nassau Senior, P. Rossi, Chalmers, Henri Storch, Ch. Ganilh e outros.

Os arautos da defesa do trabalho improditivo tentaram apegar-se à noção de consumo como estímulo à produção, em que os distintos assalariados por renda seriam “tão produtivos quanto os trabalhadores, pois, ao expandirem o domínio do consumo material, crescem o da produção” (MARX, 1980, p. 263). Essa visão estreita e unilateral interessava aos ricos ociosos, às camadas parasitárias que viviam da prestação de serviços, e também às cúrias eclesiásticas e aos governos. Neste caso, está fora de toda controvérsia a efetiva relação que perpassa a produção capitalista, na qual o capital é uma totalidade que envolve processo de produção, circulação e consumo. O problema é que os sicofantas tentaram encobrir tudo concedendo ao consumo *status* de soberania indevida, ou seja, ocultando as distinções efetivas entre trabalho produtivo e trabalho improditivo.

O processo de produção do trabalho como processo de valorização do capital implica que este precisa apoderar-se cada vez mais de trabalho produtivo para multiplicar a riqueza abstrata. A produção capitalista como superprodução do trabalho para atender às necessidades dos outros implica que o trabalhador deve participar cada vez menos do processo de partilha da riqueza produzida, haja vista que produção de riqueza é produção de miséria. A produção capitalista requer um desenvolvimento das forças produtivas e a constituição de superprodução de riqueza, sem que isso represente alguma melhoria das condições de existência da classe operária. A superprodução deve-se ao trabalho produtivo, mas o superconsumo não se deve ao trabalho produtivo, senão ao trabalho improdutivo, pois este come o que não plantou, veste o que não produziu e usufrui de coisas que não fabricou. Isso acontece porque o capitalista cede “ao dono de terras, ao estado, aos credores do estado, igreja etc., que só despendem renda, diminui sua riqueza em termos absolutos, mas mantém-lhe atuante o impulso de enriquecimento e preserva-lhe a alma capitalista” (MARX, 1980, p. 265). Se ao invés de ceder parte de sua riqueza, retivesse tudo para si, isso obrigaria os titulares de renda da terra e juros a converterem-se também em capitalistas industriais. Observa-se que produção e consumo estão conectados, mas não como pretendem os apologistas do trabalho improdutivo, fazendo do consumo uma atividade também produtiva.

Por sua vez, essa tentativa de erigir as atividades de controle e supervisão do trabalho operadas pela burguesia à condição de trabalho produtivo se constitui como expressão de um novo tempo histórico, porque na história antiga todo trabalho era visto como uma atividade depreciativa e coisa de escravo, como destaca Marx (1980, p. 283): “Essa ideia tem

interesse histórico e está em contradição aguda seja com o modo de ver dos antigos, para os quais o trabalho produtivo de coisas materiais traz o labéu da escravatura e é considerado apenas pedestal para o cidadão ocioso”. No novo contexto, os anõezinhos da economia política precisam empenhar-se ferrenhamente na tentativa de derrubar as teses de Adam Smith acerca do caráter improdutivo de suas atividades, e assim justificarem o recebimento de seus elevados soldos emanados da mais-valia.

### 3.2 Trabalho produtivo e improdutivo na perspectiva de Marx

Depois das considerações elogiosas à concepção de Smith acerca da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo e das críticas aos diversos opositores de Adam Smith, o primeiro volume das *Teorias* encerra-se com a distinção propriamente marxiana de trabalho produtivo e improdutivo. Isso é feito mediante a apresentação do texto denominado de “Produtividade do capital. Trabalho produtivo e improdutivo”, na forma de aditamento.

Nesta parte do manuscrito de 1861-1863, Marx revela como o modo de produção capitalista aprofunda o processo de apropriação de trabalho excedente, movimento que se observa ao longo de todas as sociedades de classes. Escreve Marx (1980, p. 386): “pois o que distingue essa forma de todas as anteriores é que o capitalista domina o trabalhador não por força de um atributo pessoal, mas apenas enquanto é ‘capital’; esse poderio é tão só o do trabalho materializado sobre o vivo, do produto do trabalhador sobre o próprio trabalhador”.

No modo de produção capitalista as coisas se tornam ainda mais enigmáticas porque as condições objetivas e os

produtos do trabalho acabam se configurando na forma de capital. O desenvolvimento social, mediante a cooperação, manufatura e fábrica, acaba por servir ao desenvolvimento do capital, e conseqüentemente as forças naturais e a ciência se configuram como forças produtivas do capital. Tudo serve ao processo de reprodução do capital e se põe como uma coisa estranha aos trabalhadores individuais. As caracterizações sociais do trabalho dos operários contrapõem-se a eles mesmos; tanto a máquina quanto a ciência e a natureza se convertem em aliadas fundamentais do capital contra o trabalho. Escreve Marx (1980, p. 387): “a ciência empregada na máquina se revela capital”. Tudo aparece como excelente meio de exploração do trabalho. O capital recorre a todos os meios disponíveis para expropriar mais trabalho.

Como no modo de produção capitalista a força produtiva está aprisionada aos interesses do capital, não é possível separar força produtiva de trabalho e força produtiva do capital. O trabalho produtivo manifesta-se como trabalho produtivo de capital ou trabalho produtivo de mais-valia. Afinal, a lei absoluta do capital se chama acumulação de mais-valia. Anota Marx (1980, p. 394): “O resultado do processo de produção capitalista não é mero produto (valor de uso) nem mercadoria, isto é, valor de uso que tem determinado valor de troca. Seu resultado, seu produto, é criação de mais-valia para o capital...”.

Marx (1980, p. 388) chama atenção para o tacanho espírito burguês que tenta naturalizar este modo de produção e erigir todas as formas de trabalho à condição de trabalho produtivo:

Só o tacanho espírito burguês, que considera absolutas e, portanto, formas naturais eternas. as formas capitalistas de produção, pode confundir estas duas



perguntas – que é trabalho produtivo do ponto de vista do capital, e que trabalho é em geral produtivo ou que é trabalho produtivo em geral – e assim ter-se na conta de muito sábio, ao responder que todo trabalho que produza alguma coisa, um resultado qualquer, por isso mesmo, é trabalho produtivo.

No modo de produção capitalista, trabalho produtivo é somente o trabalho que produz mais-valia. O trabalho que produz valor sempre comparece como trabalho do indivíduo isolado, que se expressa na forma de trabalho em geral. Nessa relação, “o trabalho produtivo representa sempre perante o capital nada mais que o trabalho do trabalhador isolado” (MARX, 1980, p. 389). É da natureza do capital apropriar-se das forças produtivas sociais que emanam do trabalho; assim o trabalho produtivo acaba servindo para gerar as forças produtivas do capital, e o produto do trabalho excedente se converte em processo de autovalorização do capital.

O trabalho produtivo na sociedade capitalista é aquele que se troca por capital, ou seja, é trabalho que se troca por dinheiro, que na qualidade de capital enfrenta e domina a força de trabalho. Esclarece ainda Marx (1980, p. 391): “Trabalho produtivo é, portanto, o que, para o trabalhador, apenas reproduz o valor previamente determinado de sua força de trabalho, mas, como atividade geradora de valor, acresce o valor do capital, ou contrapõe ao próprio trabalhador os valores que criou na forma de capital”.

O tacanho espírito burguês, expresso no segundo escalão da economia política, tenta a todo custo erigir à condição de trabalho produtivo o trabalho improdutivo. Para o capital, somente é produtivo o trabalho que produz mais-valia. Isso implica dizer que o trabalho produtivo para o capital é “uma qualificação que, de início, absolutamente nada tem a ver com o

conteúdo característico do trabalho, com sua utilidade particular ou com o valor de uso peculiar como ele se apresenta” (MARX, 1980, p. 395). O trabalho produtivo não é nem mesmo a simples produção de mercadorias, mas tão só a produção de mercadorias que possibilita a constituição de mais-valia.

Embora o trabalho produtivo, que se constitui na forma de meios de produção e meios de subsistência, seja o único que se expresse na forma de conteúdo material de toda a riqueza, para o capital somente é produtivo o trabalho que produz mais-valia. Isso resulta numa restrição do conceito de trabalho produtivo. Daí o caráter também ambíguo do trabalho produtivo no sistema do capital, em que uma mesma espécie de trabalho pode tanto ser produtiva como improdutiva. Escreve Marx (1980, p. 396): “Uma cantora que vende seu canto por conta própria é um trabalhador improdutivo. Mas, a mesma cantora, se um empresário a contrata para ganhar dinheiro com seu canto, é um trabalhador produtivo, pois produz capital” (MARX, 1980, p. 396).

O caráter ambíguo subsiste ainda quando um alfaiate, que fornece um produto dotado de substância material, produz uma calça sob encomenda para uma pessoa que vive de renda; este trabalho é improdutivo, pois não produz nenhum capital. No entanto, quando este mesmo operário produz para uma empresa capitalista ele se torna produtivo. Marx (1980, p. 397) esclarece como uma mesma espécie pode ser produtiva ou improdutiva:

Compro o trabalho de alfaiate em virtude do serviço que presta como trabalho de alfaiate, para satisfazer minha necessidade de vestuário, ou seja, uma das minhas necessidades. O dono da alfaiataria compra-o para fazer 2 táleres com 1. Compro-o por produzir determinado valor de uso, por prestar determinado serviço. Ele o compra por fornecer mais valor de troca

do que custa, como simples meio de permutar menos trabalho por mais trabalho.

No primeiro caso ocorre um gasto com consumo pessoal de quem compra o serviço do alfaiate e o produto que foi produzido; no segundo caso, trata-se de um meio de produzir mais dinheiro para o capitalista. A nomenclatura trabalho produtivo e improdutivo está relacionada à compra de força de trabalho que serve para reprodução do capital, ou seja, está relacionada à venda da força de trabalho para quem detém a propriedade dos meios de produção e dos meios de subsistência. No entanto, neste caso, observa-se que o trabalho do alfaiate não se esgota em sua realização, pois um produto foi objetivado no processo, mas como este produto somente tem valor de uso e não valor de troca, o caráter de trabalho produtivo desaparece para o capital. Diferentemente do trabalho da cantora, que se esgota na sua realização. Marx (1980, p. 398) explica: “Infere-se daí que a mera troca de dinheiro por trabalho não transforma este em trabalho produtivo, e ademais que não faz diferença, de início, o conteúdo desse trabalho”. O valor de uso não é o critério decisivo que determina a natureza do trabalho produtivo no modo de produção capitalista. Pouca importância tem, “segundo a evidência inicial, o conteúdo, o caráter concreto, a utilidade particular do trabalho, conforme vimos, pois o mesmo trabalho do mesmo alfaiate se revela, num caso, produtivo, e no outro, improdutivo” (MARX, 1980, p. 399).

Do ponto de vista da produção capitalista, quando o trabalho não fornece mais-valia ao capital ele é improdutivo, pouco importa a natureza do produto que está sendo objetivado. Ainda para Marx, o simples fato de o dinheiro comparecer intermediando a relação não implica que o trabalho seja produtivo e que o dinheiro esteja se consubstanciando na forma de capital. Existem distintos serviços que podem ser comprados

pela mediação do dinheiro, mas que são improdutivos, como é caso dos serviços do médico, do sacerdote, do professor, do militar, do policial, dos funcionários públicos etc. Na verdade quem menos exerce comando sobre os trabalhadores improdutivos são os trabalhadores produtivos; embora sirvam de sustentação de toda a estrutura da sociedade capitalista, são os que menos se beneficiam com os serviços prestados pelos trabalhadores improdutivos. Além disso, o investimento crescente no trabalho improdutivo resulta na diminuição da capacidade da sociedade de empregar mais trabalhadores produtivos.

No entanto, o capitalista pode contratar os serviços do professor, do advogado e do médico, e os fazer trabalhar para ele, quando estes trabalhos, embora não tenham nenhum conteúdo material, se destinarem a produzir mais dinheiro; eles se configuram, então, como trabalho produtivo de capital. Mas este não é o cerne da produção capitalista como produção de mais-valia. Conforme Marx (1980, p. 404): “Todas essas manifestações da produção capitalista nesse domínio, comparadas com o conjunto dessa produção, são tão insignificantes que podem ficar de todo despercebidas”.

Insatisfeito com a noção predominante de trabalho produtivo na sociedade capitalista, enquanto trabalho que produz mais-valia, Marx tenta constituir uma noção mais estreita de trabalho produtivo. Tal noção acaba sendo bem mais ampla, porquanto serve para caracterizar o trabalho como produtivo em qualquer forma de sociabilidade. Escreve Marx (1980, p. 403):

Pode-se então caracterizar os trabalhadores produtivos, isto é, os trabalhadores que produzem capital, pela circunstância de seu trabalho se realizar em mercadorias, em produtos do trabalho, em riqueza material. E assim ter-se-ia dado ao trabalho produtivo

uma segunda definição, acessória, diversa da característica determinante, que nada tem a ver com o conteúdo do trabalho e dele não depende.

O trabalho, para que seja apresentado como mercadoria e se constitua como fundamento do processo de valorização do capital, precisa primeiramente se consubstanciar como valor de uso, ou seja, deve satisfazer necessidades humanas. No capítulo V do Livro primeiro de *O capital*, Marx trata do trabalho como necessidade eterna dos homens. O fato de o capitalista se apropriar do trabalho operário e transformá-lo em mercadoria não altera em nada a substância fundamental do trabalho, enquanto eterna necessidade dos homens e elemento substancial de toda e qualquer forma de sociedade. Acrescenta Marx (1985, p. 149): “A produção de valores de uso ou bens não muda sua natureza geral por se realizar para o capitalista e sob seu controle. Por isso, o processo de trabalho deve ser considerado de início independentemente de qualquer forma social determinada”.

O trabalho como intercâmbio com a natureza é uma categoria universal e perpassa as distintas formas de sociabilidade. O fato de a expropriação do tempo de trabalho do trabalhador acabar se constituindo como polo regente das sociedades de classes não altera em nada a condição de que este somente consegue reproduzir sua existência material por meio do trabalho concreto, enquanto trabalho efetivamente produtivo. O trabalho como relação metabólica com a natureza é o único que integra todas as formas de sociabilidade e se apresenta como critério das formas vindouras de sociabilidade humana.

Este modo de configuração do trabalho constitui uma expressão superior de configuração do trabalho produtivo. Numa nota do capítulo V do Livro primeiro de *O capital*, Marx chama atenção para o fato de que o trabalho como categoria universal não pode ser erigido à condição de categoria nodal para

entender e apreender as contradições inerentes ao processo de produção capitalista e ao sistema do capital. Escreve Marx (1985a, p. 151, nota 7): “Essa determinação de trabalho produtivo, tal como resulta do ponto de vista do processo simples de trabalho, não basta, de modo algum, para o processo de produção capitalista”. Isso implica que é preciso distinguir o trabalho como necessidade eterna dos homens, do trabalho que serve de fundamentação a este modo de produção.

A novidade de Marx em relação aos representantes da economia política, como Adam Smith e David Ricardo, está em haver qualificado a natureza do trabalho que produz e agrega valor. A economia política padece do problema de tentar naturalizar as relações sociais e o sistema do capital, considerando que as relações de produção que caracterizam a sociedade capitalista são relações eternas e infinitas; ela é incapaz de perceber que o sistema do capital é tão somente uma expressão histórica determinada e que suas categorias econômicas não podem ser encaradas como categorias dominantes nas sociedades precedentes.

O mérito da economia política em ajudar a decifrar o código secreto da teoria do valor, da mercadoria e do lucro do capitalista contra os fisiocratas não deve servir para encobrir seus defeitos. O principal defeito da economia política subsiste ao não compreender as contradições existentes na sociedade capitalista e como elas integram suas diferentes categorias. A economia política acaba por não perceber que a sociedade capitalista pressupõe também uma determinada forma de manifestação do trabalho (abstrato). Marx tentou e conseguiu superar a economia política ao realizar uma efetiva elucidação da anatomia desta sociedade.

A substância efetiva do trabalho como valor de uso não deixa de existir pelo fato de o trabalhador, em vez de realizar

trabalho para si, realizar trabalho para um capitalista. O trabalho que serve para configurar o processo de valorização do capital não pode ser entendido separadamente do trabalho como valor de uso e necessidade eterna dos homens, porque nenhuma forma de sociabilidade é possível de existir sem o trabalho. O capitalista compra força de trabalho e meios de produção porque estes possuem valor de uso. O valor de uso não é uma propriedade estranha ao corpo dos objetos, mas intrínseca a eles. Isso significa que o capitalista não pode desvencilhar-se do valor de uso. No entanto, essa configuração do valor é somente um elemento intermediário que torna possível a troca de sua mercadoria pela forma dinheiro. A mercadoria, segundo Marx (1985a, p. 155), “é unidade de valor de uso e valor; seu processo de produção tem de ser unidade de processo de trabalho e, portanto, processo de formação de valor”.

O trabalho abstrato enquanto fonte de valor é uma coisa gelatinosa, pois não se trata mais, assegura Marx (1985a, p. 157), “da qualidade, natureza e conteúdo do trabalho, mas apenas de sua quantidade”. O processo de produção de mercadorias elege uma formatação completamente distinta ao trabalho e ao produto do trabalho enquanto uma coisa concreta, pois o processo de valorização requer um trabalho completamente distinto e a configuração dum produto completamente diferenciado. O trabalho e o produto de trabalho “aparecem aqui sob uma luz totalmente diferente da projetada pelo ponto de vista do processo de trabalho propriamente dito” (MARX, 1985a, p. 157).

O capitalista compra trabalho (abstrato) porque este é único elemento que admite a valorização do dinheiro antecipado, é o único que permite que o valor se valorize. O processo de trabalho é um processo de produção de valor de uso, de produção de coisas para atender às necessidades humanas. Esse

aspecto qualitativo e concreto do trabalho é distinto do processo de produção de mercadorias; no entanto, ele não deixa de ser considerado no processo de valorização, pois o capitalista observa as habilidades específicas do trabalhador na hora de firmar o contrato.

Não se abordam aqui as possíveis diferenciações que perpassam o conjunto das questões anunciadas por Marx nos manuscritos de 1861-1863 e nos manuscritos de 1863-1866 (Capítulo VI – Inédito), bem como entre os referidos manuscritos e o Livro primeiro de *O capital*. Particularmente, aquelas sobre a natureza do trabalhador coletivo e os problemas decorrentes da distinção entre trabalho produtivo e improdutivo na contemporaneidade. É possível afirmar que as questões fundamentais anunciadas nas *Teorias da mais-valia* (manuscritos de 1863) sobre a natureza do trabalho produtivo e do trabalho improdutivo integram todos os escritos posteriores do referido autor.

Observa-se que a relação entre trabalho (valor de uso) e trabalho abstrato (valor de troca) é marcada por contradições, porque somente uma fração de trabalhadores que realiza trabalho abstrato opera trabalho como mediação do homem com a natureza. Há uma tendência crescente de o capital complexificar as relações de produção, tornando imprecisa a distinção existente entre trabalho que produz meios de subsistência e meios de produção e trabalho (abstrato), que simplesmente produzem mais-valia. É que o trabalho abstrato não pode subsistir sem o trabalho concreto.

Por fim, o entendimento do trabalho produtivo como trabalho que produz mais-valia é uma noção que jamais será abandonada nos escritos marxianos que se sucedem. Seu texto mais elaborado, o Livro primeiro de *O capital*, faz referência às *Teorias*, como segue: “No Livro quarto deste escrito, o qual trata



da história da teoria, ver-se-á, com mais pormenores, que a Economia Política clássica sempre fez da produção de mais-valia a característica decisiva do trabalhador produtivo" (MARX, 1985b, p. 106). Isso implica dizer que as *Teorias* consistem num espaço privilegiado para o entendimento das posições marxianas acerca da natureza do trabalho produtivo e sua distinção em relação ao trabalho improdutivo. O leitor atento poderá indagar acerca do caráter provisório de um texto que tem a forma de manuscrito, mas há de se convir que o desenvolvimento dessa problemática no capítulo XIV de *O capital*, por exemplo, não passa duma síntese das ideias desenvolvidas nas *Teorias*. Por sua vez, é possível observar que o avanço do pensamento marxiano no esclarecimento da distinção nodal que subsiste entre trabalho manual e trabalho intelectual na sociedade capitalista exigiria uma melhor adequação das *Teorias* à estrutura do Livro primeiro de *O capital*. Essas questões, certamente importantes, ultrapassam os limites deste texto e ficam para outra oportunidade.

## Referências bibliográficas

LESSA, Sergio. *Trabalho e proletariado no capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Cortez, 2007.

MALTA, M. M. e CASTELO, C. *Marx e a história do pensamento econômico: um debate sobre método e ideologia*. Rio de Janeiro: UFRJ, s/d. Endereço eletrônico: <http://www.ie.ufrj.br/oldroot/datacenterie/pdfs/seminarios/pesquisa/texto2505.pdf> Acesso em 3 de fevereiro de 2013.

MARX, Karl. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. I. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985a.

\_\_\_\_\_. *O capital: crítica da economia política*. Livro primeiro. Vol. II. Trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural, 1985b.

\_\_\_\_\_. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico* (Livro IV de *O capital*). Vol. I. Trad. Reginaldo Sant'Anna. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

\_\_\_\_\_. *Capítulo VI – Inédito de O capital*. Trad. Eduardo Sucupira Filho. São Paulo: LECH, 1978.

\_\_\_\_\_. *Theorienüber den Mehrwert (Vieter band des "Kapitals") Ersterteil*. Endereço eletrônico:  
<http://www.marxists.org/deutsch/archiv/marx-engels/1863/tumw/standard/index.htm> Acesso em 3 de fevereiro de 2013.

SMITH, Adam. *A riqueza das nações*. Vol. I. Trad. Alexandre Amaral Rodrigues e Eunice Ostrensky. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

ROSDOLSKY. *Gênese e estrutura de O capital*. Tradução de César Benjamin. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

## CAPÍTULO QUARTO

### A NATUREZA DO TRABALHO NO SISTEMA DO CAPITAL E SEUS REBATIMENTOS NA PROFISSÃO DO ASSISTENTE SOCIAL

*Tatiana Lyra Lima Félix*

O domínio universal do capital estende-se sobre os lugares mais distantes e isolados do globo terrestre. Essa expansão na contemporaneidade é um reflexo da acumulação desenfreada de riquezas que ativa os limites absolutos do capital. Nessa direção segue a sociedade capitalista, alicerçada em três importantes esferas intrinsecamente relacionadas entre si, que movem o seu modo de ser: trabalho, capital e Estado. Tais categorias permeadas por contradições advindas da estrutura do capital são reproduzidas pelo teor de inúmeras crises, que se aprofundam e se disseminam, afetando toda a sociabilidade.

O aprofundamento das crises cíclicas burguesas desemboca numa crise em grandes proporções. A crise contemporânea não se apresenta como uma crise cíclica, solucionada pelos constantes processos de reestruturação produtiva, mas por uma crise estrutural situada nos limites absolutos do sistema capitalista desde os anos 1970. Uma crise que afeta a totalidade de um complexo social, não apenas colocando em risco o complexo social global, mas, também, outros complexos que podem surgir mediante as alternativas em curso. Trata-se de uma crise de caráter universal, com magnitude global e extensa em escala de tempo. Essa crise adentra todas as esferas da vida social, e também atinge o Serviço Social, uma vez que ele é parte constitutiva da totalidade social.

O debate em torno do Serviço Social sobre a crise social na profissão vem sendo amplamente explorado por inúmeros autores. Muitas discussões giram em torno de uma crise social que reflete sobre a profissão e que paira como uma manifestação externa a ela. A crise atual resulta na fragilidade das políticas estatais e no desemprego. Os profissionais do Serviço Social sentem os reflexos dessa crise porquanto atuam sobre as expressões da questão social com políticas fragmentadas e degradadas pelo desmonte das políticas sociais em face da lógica neoliberal e neoimperialista na contemporaneidade.

A crise atual alastra-se sobre o âmbito econômico, político e social do capitalismo e afeta o Serviço Social não apenas em sua atividade prática, mas também na vida particular de seus profissionais. O que se objetiva apresentar neste artigo não é uma crise do Serviço Social, mas uma crise estrutural para além dele, nos limites absolutos do capital. Para tanto, serão expostos de forma breve os fundamentos que permeiam o surgimento do Serviço Social atrelado ao desenvolvimento do trabalho e da divisão do trabalho em Lukács e Marx. Em seguida, far-se-á uma discussão sobre a dimensão irreversível e irremediável da crise estrutural que assola o trabalho na contemporaneidade e as contradições nos limites absolutos do capital, que impactam a profissão do Serviço Social.

#### **4.1 Trabalho, divisão do trabalho e a profissão do Serviço Social**

Diante das profundas transformações que vêm ocorrendo na sociedade, especialmente na vida laboral, observa-se a categoria trabalho como um objeto de estudos e debates de intelectuais das mais diversas matrizes teóricas. Entre as teorias

mais discutidas na atualidade, as obras de Marx e Lukács possibilitam compreender a centralidade ontológica da categoria trabalho, a partir do pressuposto de que ela é uma condição ineliminável para a reprodução do mundo dos homens.

Por dezenas de milhares de anos, muitas transformações entre as esferas do ser foram essenciais para efetivar o desenvolvimento da reprodução social. Enquanto a reprodução da vida orgânica explicitava os processos vitais da existência biológica, contínuas mudanças externas e internas viabilizaram a concretização de saltos qualitativos do ser social. Entre as consequências enriquecedoras estabelecidas nesse processo, o trabalho ganha existência num complexo social que se move e se reproduz processualmente no contexto da totalidade social. Nesse sentido, o trabalho é a base da sociabilidade humana e o fundamento do ser social. É através dele que o homem atua sobre a natureza para produzir os meios necessários à sua subsistência, garantindo, com isso, a reprodução social.

De forma desigual e progressiva, o trabalho teleologicamente posto possibilitou uma transformação qualitativa na estrutura e na dinâmica das sociedades singulares. A fabricação de instrumentos, a exploração das forças naturais pelo uso do fogo, pela domesticação de animais etc., são consequências da capacidade do trabalho de avançar com seus resultados para além da reprodução do seu executor. Da base objetiva da escravidão, através de várias etapas, o caminho leva ao capitalismo, onde a base de todo o sistema é regida pelo valor de uso da força de trabalho<sup>19</sup>.

---

<sup>19</sup> Embora o trabalho seja o fundamento ontológico do ser social, este não pode se resumir àquele. Novos problemas e necessidades surgem à medida que o contínuo processo de trabalho desencadeia uma complexificação da realidade social. No curso das sociedades de classe, “o trabalho deixa de

Todo esse desenvolvimento da reprodução social não seria possível sem o constante intercâmbio orgânico do homem com a natureza, sem o trabalho e, conseqüentemente, sem o surgimento de novos complexos sociais para além dele. Os atos contínuos do trabalho demandam novas necessidades e possibilidades, e, portanto, desencadeiam o surgimento de novos conhecimentos e habilidades. Esses fatores dão origem a novas relações que se organizam na forma de complexos sociais fundamentados no trabalho, mas com funções e especificidades incomuns, como a linguagem, a educação, a arte, a política, as ideologias etc.

Na processualidade da reprodução social a partir do trabalho, novos complexos sociais surgem e criam novas possibilidades e necessidades; uma divisão do trabalho é estimulada. No interior dessa divisão, dissemina-se um conjunto de atividades especializadas, estratos de especialistas ocupados com atividades e funções sociais atribuídas pelo sistema produtivo para responder às necessidades que permeiam as relações sociais. Na particularidade capitalista, por profissão entendem-se as atividades resultantes do desenvolvimento humano-social como meio de vida de indivíduos e grupos, como é o caso do Serviço Social. Mas, antes de adentrar na particularidade da sociedade burguesa, é preciso situar historicamente como a divisão do trabalho é estabelecida e se desenvolve a partir do trabalho.

Numa processualidade histórica, os contínuos atos de trabalho desencadearam uma divisão de trabalho que, a

---

ser a manifestação das forças vitais do próprio trabalhador para se converter na potência da classe dominante sendo o trabalhador explorado” (LESSA, 2007, p. 156). No capitalismo, essa exploração se intensifica através da forma abstrata do trabalho pela extração de mais-valia; o trabalhador não produz para si, mas para o capital.

princípio, “se baseava nas diferenças biológicas das pessoas que formavam o grupo humano” (LUKÁCS, 1981, p. 138). A partir do momento em que as barreiras naturais foram recuadas pela sobreposição do social ao natural, os aspectos biológicos como força, sexo e idade tornaram-se secundários nesta divisão, surgindo em seu interior ações e relações predominantemente sociais. Nesse processo, os valores que surgem a partir do conhecimento sobre o comportamento humano ganham um nível social cada vez mais apurado, servindo de mediações nas relações coletivas.

Da mesma forma, em Marx (1983, p. 277), a divisão do trabalho deve ser compreendida “dentro da sociedade, e a correspondente limitação dos indivíduos a esferas profissionais particulares”. Seu surgimento ocorre numa base puramente fisiológica e evolui naturalmente com o estabelecimento de grupos interagindo entre si. Na medida em que isso é estabelecido, ampliam-se as relações grupais para a comunidade, “com o crescimento da população, e notadamente com o conflito entre as diversas tribos e a subjugação de uma tribo pela outra”.

Uma vez que a divisão social do trabalho vai se desenvolvendo no âmbito das relações de grupos e comunidades, desenvolve-se uma dinâmica espontânea como complexo dentro da divisão originária. Quando os momentos sociais se sobrepõem aos momentos naturais, esse novo complexo é estabelecido por uma divisão técnica do trabalho. Para Lukács (1981, p. 139), “a divisão do trabalho começa quando as ocupações singulares se autonomizam em profissões”. No interior da comunidade, a divisão do trabalho chegou a um determinado nível que, de fato, “determinadas pessoas se especializaram em determinados trabalhos, e isso implica inevitavelmente que outros devem executar os trabalhos

necessários para conservar e reproduzir-lhes a vida” (LUKÁCS, 1981, p. 140-1).

O desenvolvimento espontâneo da divisão do trabalho é concomitante à criação do valor de uso e sua acentuada caracterização de valor de troca como uma categoria puramente social. Ele também se associa ao movimento de criação do mercado e ao estabelecimento das forças produtivas nas bases da reprodução social. É um processo de complexificação social estabelecido por uma desigualdade social entre os homens, em meio a uma “divisão entre trabalho intelectual e físico e a divisão entre cidade e campo, os quais, porém, se cruzam continuamente com a geração das classes e dos antagonismos de classe” (LUKÁCS, 1981, p. 155).

Na manufatura, a divisão do trabalho resultou de uma significativa transformação nas relações de produção. O processo de trabalho passa a ser deslocado para o indivíduo que dirige a produção, enquanto os grupos em coletivo de trabalho repetem suas rotineiras atividades. É importante denotar que o período manufatureiro surge como a primeira forma tipicamente capitalista de produção de mercadorias – período em que a cooperação e a divisão do trabalho passaram por grandes processos de transformação, substituindo revolucionariamente o modo de produção feudal para o tipicamente burguês.

A gerência do trabalho sob o domínio do capital é uma característica da manufatura. Nela, a divisão do trabalho é desenvolvida combinando-se os ofícios anteriormente separados. Como resultado tem-se “um mecanismo de produção, cujos órgãos são seres humanos” (MARX, 1983, p. 268). A qualificação da força de trabalho é registrada nessa fase de desenvolvimento do capitalismo, aliada a uma especialização por trabalhador nas funções peculiares a cada processo de



trabalho. Desse modo, a divisão do trabalho constitui o pressuposto material da existência do processo manufatureiro.

A produtividade manufatureira é impulsionada por uma única operação no processo de parcialização do trabalho. Assim desaparece o trabalho artesanal, uma vez que a produção de forma parcial obriga o trabalhador a interromper o fluxo do seu trabalho para iniciar outra operação. Nessa condição, Marx (1983, p. 270) assevera que “a continuidade de um trabalho uniforme destrói a tensão e o impulso dos espíritos vitais, que encontram sua recreação e seu estímulo na própria mudança de atividade”.

O desgaste contínuo da exploração do trabalho nessas condições transforma o prazer de trabalhar em tarefa árdua e cansativa. A repetição exaustiva de uma atividade impede o trabalhador de desenvolver sua capacidade produtiva e criativa e o torna incapaz de exercitar as suas potencialidades. A especificidade da divisão manufatureira do trabalho afeta subjetiva e objetivamente o trabalhador no processo de trabalho. Nesse cenário, “os trabalhos parciais específicos são não só distribuídos entre diversos indivíduos, mas o próprio indivíduo é transformado num motor automático de um trabalho parcial” (MARX, 1983, p. 283).

A manufatura condiciona o estabelecimento da maquinaria, e esta, por sua vez, inicia uma verdadeira divisão do trabalho, determinada pela tecnologia. A maquinaria passa por um processo de desenvolvimento qualitativo, estabelecendo uma revolução industrial que firma as bases da acumulação especificamente capitalista. Esse processo evolutivo desenvolve cidades, tornando-as autônomas. Há um distanciamento entre o campo e as cidades, pois a produção de trabalho ganha novos contornos de atividades para além da troca orgânica do homem com a natureza.

O desenvolvimento econômico é estabelecido no capitalismo por meio da dimensão do valor cada vez mais abstrata – o valor de troca torna-se a base de todo o sistema produtivo. A lei geral da acumulação capitalista serve como ponto de inflexão para apresentar os elementos estruturantes dos limites absolutos do sistema do capital assentado na apropriação do mais-trabalho. Enquanto fundamento da teoria do valor, o sistema socioeconômico inserido na produção do tempo de trabalho socialmente necessário tem como premissa a acumulação da mais-valia ou mais-trabalho. Assim, a alma da sociedade burguesa consiste na apropriação do tempo de trabalho excedente.

Ao se desenvolver a produtividade do trabalho, a força do capital se eleva. A quantidade de riqueza produzida impulsiona novos ramos da produção, de forma que grandes massas devem estar disponíveis para ser exploradas sem prejudicar a escala de produção em ramos existentes. Nesse processo, as profissões surgem para dinamizar a economia ante a sofisticação da produção em face de um desenvolvimento tecnológico cada vez mais apurado. Nessa forma de sociabilidade, a divisão do trabalho estabelece novas modalidades profissionais para o atendimento de suas necessidades produtivas, algo extremamente novo em relação às sociedades anteriores.

Como tendência geral da acumulação, o capitalismo precisa produzir mais com menos trabalhadores alocados na produção. Assim, o sistema eleva a força de trabalho excedente, que em meio a fortes flutuações e à produção transitória da superpopulação, demite os trabalhadores e dificulta a sua absorção. Esse estrago da superpopulação relativa na sociedade advém da essência do modo de produção capitalista, que reproduz a sua riqueza material e, ao mesmo tempo, a miséria.

Trata-se de uma contradição necessária do conflito entre capital e trabalho, da extração de mais-valia como fonte de acumulação de capital, da propriedade privada dos meios de produção e do produto de trabalho.

Os processos de exploração sobre o trabalho e as contradições advindas pela acumulação capitalista são confrontados pela luta da classe trabalhadora por melhores condições de vida e de existência. As contradições que brotam na essência da acumulação burguesa refletem os problemas de cunho político, quando um movimento de trabalhadores organizados oferece resistência às condições de vida e de trabalho precárias a que são submetidos. Os donos do capital buscam conter as lutas dos trabalhadores por meio do reconhecimento político dessas contradições como expressões da “questão social”.

Durante a fase monopolista do capital, o processo de institucionalização do Serviço Social na divisão do trabalho torna-o parte constitutiva do conjunto das profissões. Segundo Netto (1992), o resgate investigativo do cenário capitalista compreendido entre 1890 e 1940 vislumbra uma apreensão do Serviço Social como profissão, numa nova fase de intervenção estatal junto à força de trabalho para amenizar as consequências da desigualdade social nas condições de vida das classes pauperizadas como reflexo da “questão social”.

Entendida como um fenômeno permeado pelo impulso alienante ontologicamente presente no capitalismo ao expressar o empobrecimento dos indivíduos em oposição ao forte desenvolvimento das forças produtivas, a questão social é tratada em suas refrações pelo Estado ao intervir nela como árbitro em disputas das relações de trabalho. Para amenizar os conflitos decorrentes das sequelas da questão social e manter as condições vitais da produção e reprodução do capital, a profissão dos

assistentes sociais é criada. Configura-se assim uma relação de assalariamento e uma abertura de campos de atuação e de formação para o Serviço Social.

O Serviço Social como profissão tem determinações na complexificação da produção material e na consequente sofisticação da divisão técnica do trabalho a partir da fase monopolista do capitalismo. Seu lugar na divisão técnica do trabalho não está situado na esfera econômica, embora possa exercer uma prática nos complexos sociais produtivos. Seu lugar se insere junto à política social, aos direitos sociais e humanos, aos serviços públicos e privados, para responder socialmente, por meio de um aparato institucional legal, aos problemas que estão na estrutura do capital.

As medidas tomadas pelo Estado em resposta às expressões da questão social têm como objetivo primordial perpetuar a ordem capitalista e suas contradições através do enfrentamento dos conflitos e da reprodução da força de trabalho. O trabalho do assistente social nesse processo está associado a uma natureza precária das políticas sociais, uma vez que o sistema produtivo capitalista se sustenta perpetuando a desigualdade ao elevar os índices de acumulação de capital, visando à ampliação econômica em primeira instância.

As políticas sociais se entrelaçam com a ordem do capital e sua condição de mecanismo participante do atendimento às reivindicações dos trabalhadores. O Estado lança mão dessas políticas para amenizar os conflitos sociais e favorecer a lógica lucrativa do sistema. Sua intervenção se caracteriza pela afirmação dos direitos sociais dos trabalhadores, atendendo em parte a suas demandas, uma vez que necessita ocultar e atenuar os conflitos, para assegurar o desenvolvimento do capital monopolista.

Mesmo depois de um processo de lutas dos movimentos dos trabalhadores, quando os direitos e as políticas sociais passaram a ser assegurados por lei<sup>20</sup>, o fator gerador das contradições do capitalismo não foi alterado. As expressões da questão social agravaram-se muito mais e as políticas sociais tornaram-se cada vez mais precárias. O Estado não consegue, por sua natureza, resolver os problemas sociais. Enquanto isso, cresce a desigualdade no mundo, sobretudo nos países de capitalismo periférico, a exemplo do Brasil, onde as saídas encontradas para a redução da miséria se dão mediante programas focalistas, direcionados à miséria extrema.

Diante desse quadro, aos assistentes sociais cabe o desenvolvimento de uma prática de atendimento baseada no critério da seletividade, tendo em vista que ele atua num cenário de contradições e o aumento da demanda de usuários é inevitável devido ao agravamento das condições precárias de vida e trabalho, bem como pelos limites dos recursos disponibilizados pelas prestadoras dos serviços sociais públicos. As políticas sociais, ao serem reduzidas e particularizadas em diversos campos, como na saúde, na habitação, na educação etc., são definidas “a partir de programas específicos que individualizam respostas de reivindicações de conteúdos coletivos. Esses programas sociais passam a constituir campos de investimentos de capital nacional e estrangeiro” (IAMAMOTO E CARVALHO, 2005, p. 363).

Diante da situação adversa para os profissionais e usuários, o assistente social se pauta por uma prática de trabalho

---

<sup>20</sup> Para Behring e Boschetti (2008, p. 64), “o surgimento das políticas sociais foi gradual e diferenciado entre os países, dependendo dos movimentos de organização e pressão da classe trabalhadora, do grau de desenvolvimento das forças produtivas e das correlações e composições de força no âmbito do Estado”.

desfavorável à garantia dos direitos à sua demanda, pois suas funções comprometem as respostas como resultado da ação profissional sobre a vida dos sujeitos. Assim, “acentua-se a tendência neoconservadora, focalista, controlista, localista, de abordagem microscópica das questões sociais”. Em tais condições, “o atendimento da demanda real ou potencial fica prejudicado, comprometendo o processo e os resultados da intervenção profissional” (GUERRA, 2005, p. 24).

Atualmente, o Estado tem-se pautado por estratégias neoliberais ditadas pelos organismos financeiros internacionais; estes defendem a redução dos direitos sociais conquistados pelas lutas dos trabalhadores. Sob o argumento da crise fiscal do Estado, as políticas sociais se transformam em ações pontuais e compensatórias, dirigidas à pobreza extrema. Assim, a concepção de política social e de direitos sociais se afasta de uma proposta de caráter universal. É nesse universo contraditório da reprodução social que o assistente social se confronta no âmbito do seu exercício profissional, e para além dele, como classe trabalhadora.

## **4.2 A dimensão estrutural da crise nos limites absolutos do capital e seus reflexos sobre o profissional do serviço social junto à classe trabalhadora**

Nos dias atuais, a humanidade tem experimentado um agravamento dos problemas sociais, econômicos e ideológicos desencadeados por uma crise estrutural do capital. Essa crise abrange todas as esferas do sistema do capital, como resultado de suas dimensões internas fundamentais: “produção, consumo e circulação, distribuição, realização” (MÉSZÁROS, 2002, p. 798). A ampliação e o fortalecimento dessas dimensões

reproduzem os processos de crise, atingindo, de forma extensa e contínua, uma escala de alcance verdadeiramente global.

Tanto nos processos internos quanto nas instituições públicas do capital, a crise estrutural tem se revelado frequentemente. Em meio a esta crise nos processos de instabilidades socioeconômicas, a alta burguesia reverencia a política neoliberal<sup>21</sup> como uma arma poderosa que privilegia a lógica do mercado transnacional. Esta crise de dominação em geral na estrutura do capital possui um caráter devastador sobre todas as atividades no conjunto das relações humanas. Ela requer “a extração máxima de trabalho excedente dos produtores de qualquer forma compatível com seus limites estruturais” (MÉSZÁROS, 2002, p. 99).

O processo de acumulação e expansão do capital requer um “domínio absoluto sobre todos os seres, mesmo na forma mais desumana, quando estes deixam de se adaptar a seus interesses e a seu impulso para a acumulação” (MESZÁROS, 2002, p. 185). As constantes reestruturações do capital em meio ao desenvolvimento das forças produtivas pela monopolização proporcionaram consequências desumanizadoras que se agravaram na dimensão atual da crise estrutural.

Vigente desde os anos 1970, a crise estrutural do capital anuncia tanto a autodestruição para o sistema produtivo quanto

---

<sup>21</sup> Enquanto expressão da necessidade de encontrar novos mecanismos para deslocar suas contradições, o capital recorreu ao neoliberalismo a partir da década de 1970, o que significou o fim do pacto taylorista-fordista e o esgotamento das políticas que marcaram os anos dourados do capitalismo – o capital desconheceu grandes crises durante as três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. A crise econômica de 1973 inaugura um ciclo histórico de crises sucessivas que marcam, segundo Mézáros, a crise estrutural do sistema do capital. O capital financeiro constituiu-se como sua força motriz. (SANTOS NETO, CANEL, 2020, p. 28).

para a humanidade. Os limites absolutos do capital são ativados no âmbito dela, diferentemente do período em que as crises cíclicas, como resultado das contradições entre consumo e produção, não colocavam em risco a expansão e a acumulação do capital.

Assumindo um caráter universal pela sua capacidade expansiva de adentrar nos lugares mais distantes e isolados do globo terrestre, a crise estrutural ativou os limites absolutos do capital, diferentemente dos limites relativos, “que podem ser superados quando se expande progressivamente a margem e a eficiência produtiva – dentro da estrutura viável e do tipo buscado – da ação socioeconômica, minimizando por algum tempo os efeitos danosos que surgem e podem ser contidos pela estrutura causal fundamental do capital” (MÉSZÁROS, 2002, p. 175).

Os limites considerados absolutos para o sistema do capital partem das contradições mais profundas desencadeadas no interior do próprio domínio sociometabólico burguês; são limites que possuem consequências desastrosas para a totalidade social em processo de desenvolvimento. Trata-se de um conjunto de contradições articuladas numa dimensão destrutiva do sistema sociometabólico do capital que, portanto, são insuperáveis nesta forma de sociabilidade. Um processo de desacordo insuperável entre “monopólio e competição”, a crescente “socialização do processo de trabalho”, “a apropriação discriminatória e preferencial de seus produtos” e “a divisão internacional de trabalho” (MÉSZÁROS, 2002, p. 222).

O estabelecimento e a consolidação das grandes cooperações no século XX, com a função de maximizar os lucros e de acumular capital, foram constituintes do próprio capitalismo monopolista e desencadearam uma série de contradições que, ao longo do desenvolvimento produtivo, não



foram neutralizadas, mas intensificadas. Mediante essa expansão imperialista e neoimperialista, a competição pelo domínio de forma mais acirrada entre os interesses antagônicos deslocou as contradições para uma escala de intensidade ainda maior. Em poucas décadas desencadearam-se como resultado as duas grandes guerras mundiais, acompanhadas de inúmeras guerras menores e de um leque de desumanizações sem uma solução sustentável.

A expansão neoimperialista clássica reforçou as contradições insolúveis dos antagonismos existentes entre o capital transnacional e os Estados nacionais. As chamadas multinacionais, como corporações transnacionais sem meios de se autossustentar, estabeleceram uma reprodução ampliada das contradições mais profundas do capital, em que cada uma das empresas capitalistas se relaciona com o sistema mundial por meio do Estado-nação, tornando-se dependente dele.

Para Mészáros (2002, p. 227), “a tendência fundamental do desenvolvimento econômico transnacional expansionista e as restrições a ela impostas pelos Estados nacionais historicamente criados” requerem soluções complexas. Tais contradições estão imbricadas às formas antagônicas da reprodução sociometabólica, cujo domínio pelo trabalho e pela sede de explorar circunda a esfera da extração do trabalho excedente, além de elevar as desigualdades com a dominação estrutural do grande capital pelos países de capitalismo avançado sobre as economias periféricas.

As deficiências estruturais do capital impedem a solução de suas próprias contradições num contexto histórico em que os interesses conflitantes do capitalismo monopolista não possuem mecanismos adequados para garantir o seu necessário deslocamento expansionista. O processo de centralização e concentração do capital segue inexorável mediante “uma lei

natural baseada na inconsistência dos participantes” (MÉSZÁROS, 2002, p. 242).

No âmbito das contradições que cercam as deficiências estruturais do capital, o desemprego crônico ganha cena na atualidade, atingindo até mesmo os países capitalistas mais avançados. Seu teor de cronicidade surge no período de expansão do capitalismo no pós-guerra, como um fenômeno decorrente da crise estrutural. Para Mézáros (2006, p. 74), esse fenômeno pode afetar “o sistema do capital global não apenas em um dos seus aspectos – o financeiro/monetário, por exemplo –, mas em todas as suas dimensões fundamentais”.

Como uma contradição necessária do sistema capitalista que transforma as conquistas de “desenvolvimento, racionalização e modernização” numa carga desenfreada de “subdesenvolvimento crônico”, os desdobramentos da crise estrutural sob as condições de desemprego são percebidos num cenário de disputa por empregos raramente disponíveis. Nessa disputa estão tanto os trabalhadores não qualificados quanto os altamente qualificados.

Ao manter seu impulso incansável de expansão, o capital segue não se importando se as consequências serão devastadoras para a humanidade. Em seus limites absolutos, o capital mostra-se incapaz de controlar os reflexos contraditórios gerados no interior de sua ordem. As projeções emergenciais e catastróficas em período de crise estrutural se alinham ao mecanismo neoliberal, confirmando a significância do capital financeiro.

Num cenário de elevadas taxas de lucros dos grandes aglomerados financeiros e das grandes corporações empresariais para a liberdade do mercado, “se destrói a rede de proteção social dos trabalhadores e se transforma o desempregado crônico na figura do empreendedor”. Como suporte do grande capital, “a

lógica da gestão empresarial e da administração da vida individual se generaliza como se fosse uma empresa” (SANTOS NETO, CANEL, 2020, p. 30). A “flexibilização” e a “desregulamentação” aceleram os obstáculos reais enfrentados pelo trabalho, tanto nos negócios quanto na política.

Nesses termos:

Os limites do movimento de recuo do capital, que necessita da permanência do desemprego crônico, estão limitados pelo nível de instabilidade tolerável que acompanha as pressões econômicas e políticas criadas pelo processo inevitável de ajustamento estrutural do capital que se desenrola perigosamente diante de nossos olhos – e que incluem, em lugar de destaque, a tomada de muitos dos ganhos passados do trabalho e o crescimento inexorável do desemprego – ameaçando com a implosão do sistema, não a periferia, mas a região mais avançada. (MÉSZÁROS, 2002, p. 330).

Na verdade, “a dinâmica interna antagonista do sistema do capital agora se afirma – no seu impulso inexorável para reduzir globalmente o tempo de trabalho necessário a um valor mínimo que otimize o lucro” (MÉSZÁROS, 2002, p. 341). Com isso cresce o desemprego, aliado a uma empregabilidade cada vez mais passiva; dá-se a intensificação da precarização e a exploração. A importante lei tendencial da equalização descendente da taxa de exploração diferencial<sup>22</sup> encontra-se nas

---

<sup>22</sup> De acordo com Mézáros (2006, p. 37), “essa lei de equalização é uma tendência de longo prazo, uma vez que o sistema global do capital é afetado” [...]. Por ora basta salientar que o “capital social total” não deve ser confundido com o “capital nacional total”. Quando este último sofre os efeitos de um enfraquecimento relativo da sua posição no sistema global, tentará inevitavelmente compensar suas perdas com o aumento de sua taxa de exploração específica sobre a força de trabalho sob o seu controle direto – de outro modo, terá sua competitividade novamente enfraquecida na estrutura global do “capital social total”.

raízes contraditórias da defesa da “flexibilidade”, emparelhada com a legislação trabalhista, por meio da destrutiva globalização capitalista no período de crise estrutural do capital.

A classe trabalhadora tem experimentado a natureza real das relações capitalistas. A relação de dominação do capital sobre o trabalho tem se mostrado cada vez mais um fenômeno global. O antagonismo entre o capital social global e a totalidade do trabalho sempre foi irreconciliável. Atualmente isso é notório nas circunstâncias socioeconômicas locais, na posição de cada país e no crescimento sócio-histórico mundial. Assim, “a realidade das diferentes taxas de exploração e lucro não altera em nada a própria lei fundamental: a crescente equalização das taxas de exploração diferenciais como a tendência global de desenvolvimento do capital mundial” (MÉSZÁROS, 2006, p. 37).

Portanto, “[...] não pode haver nenhuma saída, senão pela intensificação das taxas específicas de exploração, as quais somente podem conduzir, tanto localmente como em termos globais, a uma explosiva intensificação do antagonismo social fundamental em longo prazo”. Os que defendem uma “integração” da classe trabalhadora num “sistema organizado” do capital que obteve êxito em dominar radicalmente suas contradições sociais, “desesperadamente mal interpretaram o sucesso manipulador das taxas diferenciais de exploração (que prevaleceram na fase histórica relativamente ‘livre de distúrbios’, da reconstrução do pós-guerra) como um remédio estrutural básico” (MÉSZÁROS, 2006, p. 37).

Por essa razão, há um conjunto complexo de interesses distintos entre as classes sociais; as diferentes taxas de exploração são tão inquestionáveis quanto as taxas de lucro. Somente a intensificação das taxas de exploração pode direcionar tanto nacionalmente como em nível global um intenso antagonismo

social em longo prazo. O processo de globalização produz em suas raízes a equalização descendente da taxa de exploração diferencial, atingindo o mundo inteiro. Na realidade, a precarização e a insegurança avançam por toda parte no mundo do trabalho, tornando a situação ainda mais grave.

Nessa direção, seguem as contradições dos limites absolutos do capital a alastrar-se como uma mancha de óleo. O capital é incapaz de se impor limites. Mesmo que se queira escamotear a sua essência com paliativos inconsistentes, sua lógica não consegue mais dirimir as consequências de seus antagonismos. As contradições presentes na crise social, nos seus múltiplos aspectos econômicos, políticos e sociais, afetam a família, os indivíduos, as políticas sociais, os direitos sociais, as profissões etc.

A crise social possui um caráter estrutural; seus reflexos incidem sobre o desenvolvimento das atividades profissionais do Serviço Social. De múltiplas maneiras, esses reflexos contornam os objetos da prática profissional, a exemplo das políticas públicas direcionadas aos idosos, aos jovens e às famílias, num mundo contraditório em conflito e sob a dominação do capital. Conforme Mészáros (2002, p. 802), “o capital só pode funcionar por meio de contradições, ele tanto cria quanto destrói a família; produz a geração jovem economicamente independente com sua ‘cultura jovem’ e a arruína”. Do mesmo modo, “gera as condições de uma velhice potencialmente confortável, com reservas sociais adequadas, para sacrificá-las aos interesses de uma infernal maquinaria de guerra”. A humanidade é necessária e, ao mesmo tempo, supérflua para o capital.

O capitalismo necessita explorar a força de trabalho para dar continuidade aos seus processos de acumulação. Se não fosse por isso, a desumanização gerada pelo capital destruiria o

mundo com a maquinaria de guerra. O conflito de gerações em escala ascendente é gerado pelo sistema produtivo burguês. O desemprego torna-se crônico, o pauperismo assola o mundo inteiro, muitos jovens e velhos são considerados inúteis, supérfluos para o capital. Para as gerações mais velhas, resta-lhes a inatividade com perda de sua humanidade. Para os jovens, dificuldades de encontrar oportunidades de emprego por inexperiência. Quanto às mulheres, uma histórica opressão de luta por reconhecimento nas relações de trabalho; ao mesmo tempo, sua condição de “força de trabalho mais flexível” as torna mais vulneráveis para integrar as fileiras do desemprego.

Desumanizações seguem na estrada do capital sem possibilidade de reverter a gravidade de suas consequências. A sociedade é confrontada com as sequelas dessas desumanizações, uma questão social que possui velhas raízes e que permanece assombrando a contemporaneidade social. A sociedade vive em confronto com as consequências desumanizadoras das contradições do sistema do capital e com uma crise sem precedentes, expressa na crise política do sistema burguês.

O Estado atual impõe suas exigências de maneira absoluta “para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema” (MÉSZÁROS, 2002, p. 106). As crises que permeiam o capital desde as origens do capitalismo evidenciam a essência de um Estado a favor dos interesses das classes dominantes. As consequências advindas disso se manifestam no cotidiano profissional num mundo em crise. A reprodução do capital necessita reproduzir um de seus mecanismos mais decisivos: a permanente desigualdade social. Não há indícios de uma superação dos problemas, mas soluções parciais, fragmentadas, das expressões da questão social por parte do Estado.

Há a retração dos direitos e das políticas sociais em processo de avanço e recuo segundo a gestão de cada governo, porém cada vez mais se subjugando aos imperativos do domínio neoimperialista e neoliberal. Na particularidade do caso brasileiro, no tocante às atividades que antes eram reconhecidas como direitos sociais pelo Estado, como é o caso da saúde e da educação públicas, hoje há um recuo do Estado. As políticas privativas ganham cena no cenário contemporâneo; com elas o Estado assume um franco retrocesso ante as demandas que proliferam na base do pauperismo. As propostas reformistas do Estado para o controle do movimento de reprodução e expansão do capital reflete também sobre o Serviço Social, por este lidar com os problemas da questão social.

O Serviço Social não está em crise ao ponto de desaparecer; sua permanência é importante como um instrumento necessário do Estado para amenizar os conflitos sociais na margem do sistema de dominação e reprodução do capital. Para além de uma função conservadora junto ao Estado, esse profissional tornou-se um dos mais politizados na luta em defesa das classes populares. A aproximação aos preceitos críticos de Marx contribuiu para fundamentar a prática dos assistentes sociais no trato das contradições presentes entre capital e trabalho, entre a luta de classes e as desumanizações que afetam diretamente o conjunto da classe trabalhadora.

Nesses termos, podemos concluir que a crise atual é de natureza social, possui caráter estrutural e por isso afeta todas as áreas da vida. Em geral, as profissões sofrem os reflexos das crises e das contradições que beiram os limites absolutos do capital. A vida humana é afetada em todas as direções, e os trabalhadores, ao lado da classe dos assistentes sociais em seu conjunto, sentem os reflexos degradantes do sistema do capital

nos limites abaixo da dignidade humana, sem solução dentro de seu horizonte.

Como parte constitutiva da essência do modo de produção capitalista, no âmago de sua lei geral de acumulação, os problemas de ordem estrutural avançam sem solução alguma no horizonte burguês. Não há reconciliação entre os antagonismos do sistema na estrutura do capital e o modo de ser das estruturas mundiais sob o seu domínio.

A incapacidade de a democracia burguesa solucionar as contradições do sistema do capital faz com que o neoliberalismo e o domínio neoimperialista radicalizem suas posições. Os profissionais do Serviço Social precisam firmar seu compromisso de luta cotidiana a favor das classes populares. Nesse contexto, é fundamental que eles e os demais trabalhadores se organizem para barrar o controle exacerbado do capital sobre as riquezas que emanam do trabalho. A luta é contra as contradições que beiram os limites absolutos do capital e ultrapassam os reflexos da crise estrutural, tão enraizadas na estrutura orgânica do sistema burguês.

As relações de poder no capitalismo que permeiam a sua estrutura global na atualidade atingem de forma degradante todas as esferas da vida. Para resolver o problema é preciso ultrapassar os limites do sistema vigente pela via revolucionária, na qual a luta da classe trabalhadora pela emancipação humana deve achar-se em plena sintonia com o projeto socialista de Marx para além do capital.

## Referências bibliográficas

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. *Política Social: fundamentos e história*. 5. ed. V. 2. São Paulo: Cortez, 2008.



GUERRA, Yolanda. O Serviço Social ante a crise contemporânea: demandas e perspectivas. In: *Revista Ágora*, Ano 2, nº 3, dezembro de 2005. Disponível em: <http://www.assistentesocail.com.br>. Acesso em: janeiro de 2021.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. & CARVALHO, Raul de. *Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: um esboço de uma interpretação histórico-metodológica*. 18. ed. São Paulo: Cortez; [Lima, Peru]: CELATS, 2005.

LESSA, S. *Trabalho e Proletariado no Capitalismo Contemporâneo*. São Paulo, Cortez Editora, 2007.

LUKÁCS, Georg. *Per l'ontologia dell'essere sociale*. A cura di Alberto Scarponi. Roma: Riuniti, 1981.

MARX, Karl. *O Capital*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MÉSZÁROS, István. *Para Além do Capital: rumo a uma teoria da transição*. Trad. Paulo César Castanheira e Sérgio Lessa. São Paulo: Editora da Unicamp/Boitempo Editorial, maio de 2002.

MÉSZÁROS, Istvan. *Desemprego e Precarização um Grande Desafio para a Esquerda*. São Paulo: Boitempo, 2006.

NETTO, José Paulo. *Capitalismo Monopolista e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 1992.

SANTOS NETO, Artur Bispo dos. CANEL, José Jânio Camelo. Neoliberalismo, Neofascismo e Pandemia. In: *Coronavírus e a crise do capital: impactos aos trabalhadores e a natureza*. SANTOS NETO, Artur Bispo dos. FERNANDES, Elaine. (Orgs.). Goiânia: Ed. Phillos Academy, 2020.

## CAPÍTULO QUINTO

### O AVANÇO CIENTÍFICO-TECONOLÓGICO E SUAS INÚMERAS POSSIBILIDADES DE COMBINAÇÕES NA INTENSIFICAÇÃO DO DESEMPREGO ESTRUTURAL<sup>23</sup>

*Tatiana Lyra Lima Félix*

A temática do desemprego ganha na contemporaneidade um nível de ubiquidade e complexidade. Sua peculiaridade precisa ser detalhadamente apreendida pela ciência política do proletariado, uma vez que afeta a totalidade do sistema do capital e permite revelar seus limites absolutos. Na busca de refutar a “sabedoria econômica convencional” acerca da anatomia do desemprego, encontramos na obra fundamental de Marx, *O capital*, e dos autores que adotam a postura teórica crítico-marxista, os elementos basilares para a elucidação da dinâmica científico-tecnológica do capitalismo, seus efeitos sobre o desemprego na atualidade e a necessidade histórica de superação desta problemática numa perspectiva propositiva para além do capital.

Uma observação preliminar sobre o mundo imediato revela a presença do complexo científico-tecnológico no cotidiano das pessoas, constituindo-se como força motriz fundamental dos processos de transformações da esfera produtiva do trabalho nos tempos hodiernos. É notório o avanço científico-tecnológico da esfera produtiva quando

---

<sup>23</sup> O presente capítulo é produto de uma pesquisa realizada com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) – Código de Financiamento 001.

comparamos a produção das máquinas operadas pelos trabalhadores no século XVIII e a instalação, em pleno século XXI, das fábricas operadas por robôs, com tecnologia que não se circunscreve ao chão de fábrica, mas alimenta também os sistemas de gestão e as tomadas de decisão das distintas personificações do capital. As inovações tecnológicas na atualidade causam impacto na maneira como as empresas produzem e fazem a gestão de seus negócios.

As inovações tecnológicas que pareciam restritas ao universo das projeções utópicas de um cenário de ficção científica ganham efetividade e propiciam mudanças significativas na sociedade. Indubitavelmente, as máquinas “inteligentes” constituem artefatos fundamentais dos processos de controle do capital sobre o trabalho, o que se convencionou denominar de “toyotismo”, a fim de atenuar os efeitos da crise estrutural.

Bostrom (2018, p. 25) chama atenção para o processo de irradiação do mundo digital: “a maioria das tecnologias que nos próximos cinco ou dez anos terão um grande impacto no mundo já está em uso de forma limitada, enquanto as tecnologias que remodelarão o mundo em menos de quinze anos provavelmente já existem em laboratórios na forma de protótipos”. Nesse ritmo, a tecnologia avança como coadjuvante das atividades humanas, mas, ao mesmo tempo, torna-se uma arma de controle do sistema movido pelo capital em seus limites absolutos.

Num cenário de crise profunda dos fundamentos de expansão e acumulação do sistema do capital, as novas formas estabelecidas são uma tentativa inócua de deslocar as contradições do sistema e revelam a essência destrutiva de um sistema que se sustenta no aprofundamento da desumanização das relações de produção e da natureza, como base essencial do processo de reprodução social.

No decorrer deste texto, observa-se como as inovações tecnológicas colaboram no avanço desmedido do desemprego em todo o edifício social constituído. Desse modo, todas as mudanças tecnológicas lançadas na sociedade emergem como componentes da necessidade de acumulação e expansão do capital, para a organização e a manutenção do sistema de controle capitalista. Buscar-se-á apontar como as novas descobertas tecnológicas consistem em formas necessárias para abastecer o movimento imanente da locomotiva do capital e operam na perspectiva de eternizar a sua dominação sobre o trabalho. No entanto, não se pode deixar de destacar que seu crescimento exponencial tem capacidade para explodir o *continuum* da dominação do capital sob o trabalho.

A fim de desvelar a natureza fetichista da tecnologia, o presente artigo procura operar, mediante análise bibliográfica, um resgate e a atualização da interpretação de Marx sobre o conhecimento científico-tecnológico.

## 5.1 – A dinâmica científico-tecnológica sob a égide do capital

Desde a Revolução Industrial no século XVIII, a dinâmica do capital evoluiu até alcançar na atualidade novos corolários e reestruturar a produção mediante um poderoso processo de fragmentação do trabalho com elevada colaboração da alta tecnologia. Em *O capital*, Marx compreende que as transformações tecnológicas têm sua essencialidade na economia de tempo de trabalho e são estimuladas para o lucro e a ampliação dos rendimentos da burguesia, mediante a intermediação financeira e a circulação monetária. O papel da tecnologia e da ciência se relaciona ao processo de intensificação da valorização do valor do capital. A tecnologia e a ciência

produzida pela humanidade nas sociedades precedentes são apropriadas pelo sistema do capital para desenvolver as forças produtivas e os meios de produção. No entanto, sob a égide do capital, o conhecimento científico-tecnológico assume corolários de classe e serve ao processo de controle e dominação do trabalho.

O investimento científico-tecnológico sob o domínio capitalista objetiva em primeira instância a economia de tempo e o processo de acumulação de mais-valia mediante a tessitura de uma complexidade organizacional que tem seu ponto de partida no trabalho abstrato-alienado<sup>24</sup>. A ascendência das relações genuinamente capitalistas implica o desenvolvimento das forças produtivas a fim de alcançar um patamar de autossuficiência. As técnicas e formas organizacionais buscam reestruturar o universo produtivo na perspectiva de acelerar a produção, visando constituir um processo de produção e acumulação de mais-valia jamais alcançado na história da humanidade.

É a partir da efetivação do capital industrial que encontramos “uma força sistemática e poderosa impulsionando o dinamismo tecnológico e organizacional com efeitos duradouros e acumulativos” (HARVEY, 2018, p. 111). Para Marx (2007, p. 695), a concentração dessa força está no processo de valorização moldado pelo impulso de alcançar “maior autovalorização possível do capital, isto é, a maior produção possível de mais-valia, a maior exploração possível da força de trabalho pelo capitalista”. Os capitalistas procuram vender suas mercadorias pelo preço médio socialmente determinado. Nesse contexto, aqueles que possuem mais tecnologia ou uma forma

---

<sup>24</sup> Segundo Marx (2007, p. 695), as bases para o trabalho abstrato-alienado encontram-se no processo de valorização, sendo a mais-valia ou geração de excedente o fundamento ontológico do sistema do capital, “a lei absoluta” do modo de produção capitalista.

organizacional mais sofisticada em sua produção adquirem lucros extras, por possuírem melhores condições para produzir a um custo menor e, portanto, podem vender abaixo da média social estabelecida. Diferentemente, os que possuem tecnologia ou forma organizacional inferior obtêm lucros inferiores ou sofrem prejuízos. Quanto maior a concorrência, maior a probabilidade de ocorrerem inovações. Não é à toa que a concorrência gera os monopólios.

Na corrida intercapitalista, quando a produtividade do trabalho se eleva, o valor individual das mercadorias diminui. Se nesse processo houver um barateamento dos bens salariais, o valor da força de trabalho entra em declínio ao assumir um padrão de vida fixo, deixando uma quantidade maior de mais-valor para o capital. Os capitalistas passam a lucrar com o mais-valor relativo, com a produtividade do trabalho na produção de bens salariais. Nessa direção, “o impulso de produzir mais-valor relativo sustenta a pressão incessante por transformações tecnológicas e organizacionais na produção” (HARVEY, 2018, p. 112).

O capital industrial representa um salto qualitativo sobre o capital mercantil porque opera a metamorfose da subsunção formal do trabalho para a subordinação real do trabalho. A inserção do maquinário e o sistema de máquinas interligadas implicam a transformação do trabalhador num apêndice da máquina e na substantiva superação das funções que o trabalhador operava na manufatura. A passagem da subsunção formal à subsunção real representa a passagem da coordenação por meio de mecanismos de mercado para o inteiro comando do capital de todo o processo de produção. A organização da produção puramente capitalista implica que a tecnologia se instala para além da força manual do trabalhador.

O capital tem caráter revolucionário nos seus primórdios, “porque é valor em movimento sob condições de contínuo crescimento e contínua inovação tecnológica” (HARVEY, 2018, p. 117). Ele se apropria dos processos e condições existentes e os subordina às necessidades e imperativos do modo de produção capitalista. Da mesma forma, no que se refere às técnicas, o capital se apropria de antigas capacidades de cooperação e as combina em uma forma organizacional adequada à reprodução dos ganhos de produtividade advindos da cooperação e das crescentes economias de larga escala. Assim, ele “transforma as relações sociais entre o capital e o trabalho (com capatazes e administradores entre eles) no interior do processo de trabalho” (HARVEY, 2018, p. 119).

Conforme Harvey (2018, p. 119), o capital se apropria também “das divisões de trabalho preexistentes e separa cada uma delas em divisões planejadas de trabalho no interior da forma capitalista e em divisões de trabalho na sociedade coordenadas por indicadores do mercado”. Ele estabelece a criação de novos processos hierárquicos na esfera do trabalho e “sujeita tanto o capital quanto o trabalho à disciplina do capital na produção e à indisciplina dos processos anárquicos de mercado”. Transforma a escala da produção sob o comando do capital e radicaliza técnicas antigas em larga medida, além de “subdividir as divisões de trabalho existentes em divisões cada vez mais especializadas, formando partes de um ritmo muito maior”.

Na perspectiva do trabalhador, a Revolução Industrial representa um retrocesso nas tarefas que o trabalhador desempenhava no acompanhamento de todo o processo de produção e organização da produção; já na perspectiva do capitalista, a revolução representa um grande avanço, pois a

personificação do capital não mais depende das habilidades e capacidades individuais do trabalho artesanal adaptado ao processo de produção manufatureira. Agora o capitalista pode demitir os trabalhadores dotados de habilidades e contratar crianças e mulheres para desempenhar as novas funções e atividades constituídas num universo produtivo em que as máquinas determinam a forma e o ritmo da produção.

Nesse processo de transformação, as máquinas não se constituem como a fonte de valor que se valoriza, como afirmam os capitalistas. Para Marx (2007), as máquinas apenas transferem valor, mas não têm a menor capacidade de produzir valor, pois não passam de trabalho morto. Elas não produzem nada por conta própria, uma vez que representam capital constante, ou seja, capital que não altera seu valor por meio do valor de uso. O trabalho vivo é a única fonte de mais-valor na produção; apenas parte do valor da máquina é transferida para o valor da mercadoria. Assim, “as máquinas apenas ajudam a elevar a produtividade da força de trabalho, de modo que o valor total permanece o mesmo, enquanto o valor das mercadorias individuais cai” (HARVEY, 2018, p. 112-113).

Escreve Harvey (2018, p. 113):

Máquinas, quando combinadas com trabalho, produzem uma quantidade maior de mais-valor para o capitalista, apesar de o valor produzido permanecer constante. Boa parte dos capitalistas (alinhados ao senso comum) acredita que as máquinas produzem valor e tende a agir com base nessa crença. Marx considera isso uma visão fetichista. O fetichismo da tecnologia é muito disseminado e isso tem consequências importantes. Ele leva, por exemplo, à crença generalizada de que há uma solução tecnológica para qualquer problema social ou econômico.



Numa situação de concorrência bem consolidada e persistente, Harvey (2018, p. 113) salienta que “o poder monopólico atenua a força motriz por trás do dinamismo tecnológico”. A força motriz é apenas deslocada, mas não destruída; a forma social do mais-valor relativo permanece, ao derivar da redução do valor da força de trabalho via redução no valor dos bens salariais<sup>25</sup>. No século XIX, quando os interesses industriais dos ingleses vinculavam os salários ao preço do pão, e fizeram campanha junto aos trabalhadores para diminuir esse preço, o objetivo principal era a redução salarial para elevar o mais-valor relativo. Assim, o evangelho do livre-comércio foi apregoado enquanto havia vantagem para eles.

Os processos de concentração e centralização de capitais entre grandes capitalistas exigem as inovações tecnológicas. As tecnologias avançam substituindo antigos quadros de trabalho por determinadas habilidades de mão de obra que suprem as novas estruturas laborais mais qualificadas. Diante dessa processualidade histórica, o desemprego avança no interior do capital e deixa de ser um mero componente do processo de controle do capital sobre o trabalho para se constituir num problema inerente à estrutura do sistema.<sup>26</sup>

---

<sup>25</sup> Para Marx (2007, p. 695-696), o salário “condiciona sempre, por sua natureza, o fornecimento de determinado *quantum* de trabalho não pago por parte do trabalhador”. Se o salário aumenta, não há lucratividade para o capital, mas se o salário se reduz, amplia a acumulação em decorrência da mais-valia, que é o trabalho não pago dos trabalhadores e apropriado pelos capitalistas. Por isso, o processo de acumulação do capital é inversamente proporcional ao acréscimo do salário. O trabalho não pago somente pode ser diminuído se não ameaçar o sistema de acumulação de capital.

<sup>26</sup> Para Mészáros (2002, p. 674), o desemprego surge na sociedade “quando uma proporção sempre crescente de trabalho vivo se torna força de trabalho supérflua do ponto de vista do capital”. Sua dimensão estrutural

A exigência permanente de novas adaptações tecnológicas para melhorar a eficiência e a coordenação da produção permite, de um lado, acelerar o tempo de produção e a circulação das mercadorias a fim de produzir quantidades maiores de mais-valor para o capital; do outro, revelar como o desemprego é inerente ao sistema do capital, porque o capitalista investe cada vez mais em capital constante em detrimento do capital variável. A necessidade de expansão da produtividade e acumulação infundável de capital “cria um forte incentivo para se ampliar o mercado de bens existentes, reduzindo-se o preço de produção ou criando-se linhas de produtos e setores industriais inteiramente novos (como o de eletrônicos nas últimas décadas)” (HARVEY, 2018, p. 114). Nesse processo, novas tecnologias são “cooptadas pelo capital e transformadas em novas formas e modos de exploração e acumulação” (HARVEY, 2018, p. 116).

Segundo Harvey (2018, p. 123), “a crença fetichista em soluções tecnológicas sustenta a visão naturalista segundo a qual o progresso tecnológico é ao mesmo tempo inevitável e bom, e não há nenhuma maneira de podermos ou até mesmo tentarmos controlá-lo ou redirecioná-lo coletivamente”. Como meta central, muitos inovadores industriais adotam a fantasia fetichista de controle total sobre o trabalhador e a substituição deste por meio da tecnologia para aumentar a produtividade por qualquer meio possível:

Um industrial francês, renomado por suas inovações na indústria de máquinas-ferramentas, proclamou abertamente que seus três objetivos eram estes: aumentar a precisão, aumentar a produtividade e desempoderar o trabalhador. O sistema fabril, o taylorismo, a automação, a robotização e a derradeira

---

e, atualmente crônica, é resultado da expansão do capitalismo em escala mundial.

eliminação do trabalho vivo por meio da inteligência artificial (IA) respondem a esse desejo. Robôs (exceto na ficção científica) não reclamam, não respondem, não processam, não adoecem, não fazem operação tartaruga, não perdem o foco, não entram em greve, não exigem salários melhores, não se preocupam com as condições de trabalho, não exigem pausas para o café e muito menos deixam de comparecer ao trabalho. (HARVEY, 2018, p. 123).

A tecnologia, ao se tornar um negócio, estendeu seu alcance na construção de mercados para atrair investimentos de capital portador de juros a fim “de sustentar e ampliar sua posição como próspera esfera de criação de valor e mais-valor no interior da divisão geral de trabalho” (HARVEY, 2018, p. 125). Na época de Marx, essa forma de negociação da tecnologia estava ainda incipiente; hoje, as tecnologias de circulação sofreram mudanças drásticas: “as inovações em uma esfera provocam efeitos de externalidade que proliferam de tal forma que há uma conseqüente difusão de impulsos tecnológicos e organizacionais ao longo da totalidade de qualquer sistema capitalista” (HARVEY, 2018, p. 126).

A tecnologia se torna um negócio “autônomo” quando deixa de responder a determinadas necessidades e passa a criar inovações que necessitam de novos mercados. Assim é criado um leque de necessidades e desejos nos produtores e nos consumidores. Surge uma prosperidade nos negócios e, com isso, uma promoção ativa da crença fetichista é estabelecida pela possibilidade de soluções tecnológicas para todos os problemas no interior do capitalismo.

Nessa direção, torna-se incabível a defesa de uma “ideia de que a construção de cidades inteligentes, geridas por meio da mineração de vastos conjuntos de dados, possa ser a resposta para erradicar todos os males urbanos, [...] e a extração de riqueza

por meio de desejos e outras formas de acumulação por espoliação” (HARVEY, 2018, p. 127). Tal ideia é contrarrevolucionária, pois “cria uma névoa fetichista – uma grande distração – entre o ativismo político e as realidades urbanas, os prazeres e os desafios da vida cotidiana que precisam ser enfrentados” (HARVEY, 2018, p. 127).

A tendência de fetichização da tecnologia emana do próprio processo de fetichização que perpassa a mercadoria, o que é bem delineado por Marx no primeiro capítulo de *O capital*. O trabalho abstrato é o fundamento de todo o processo de fetichização que contamina o sistema do capital e impede o trabalhador de elucidar a sua verdadeira essencialidade. O desvelamento da essencialidade da forma fetichizada da mercadoria dinheiro, do capital, do salário e da tecnologia é fundamental para entender que valor somente se valoriza mediante a exploração da força de trabalho. Os avanços tecnológicos não devem obliterar o fundamento de toda a relação assentada na economia de tempo de trabalho, que se constitui como parte inerente do processo de apropriação do tempo de trabalho excedente do trabalhador.

## 5.2. Desemprego e alta tecnologia nos limites absolutos do capital

A relação entre ciência e tecnologia caracteriza o desenvolvimento das forças produtivas e o controle do trabalho no decorrer da história do capitalismo. As forças produtivas capitalistas na atualidade estão cada vez mais dinamizadas para atender às necessidades primordiais do capital financeiro, enquanto síntese das múltiplas determinações que perpassam o capital mercantil e o capital industrial. O capital mercantil cumpriu papel primordial na constituição do mercado mundial e

no estabelecimento das bases do processo de acumulação primitiva de capitais, como elemento central para assegurar o advento do capital industrial. O capital comercial expandiu seus tentáculos com a grande indústria; nesta, a exploração do trabalho somente pode ocorrer “mediante um constante processo de concentração e centralização de capital realizado na esfera do mercado mundial estabelecido” (SANTOS NETO, 2020, p. 236).

A hegemonia de capital financeiro completou o processo de mundialização da economia inaugurado pelo capital mercantil. As mudanças tecnológicas e organizacionais instauradas pela primeira revolução industrial foram seguidas por novas transformações na segunda e terceira revoluções industriais. Na contemporaneidade, as transformações radicais operadas pelas máquinas inteligentes não aliviaram o fardo do trabalho, mas estiveram plenamente conectadas ao adensamento das políticas econômicas neoliberais<sup>27</sup> impostas às relações de trabalho sob o comando do capital financeiro.

O capitalismo busca atender a suas necessidades de acumulação mesmo beirando seus limites absolutos. A crise estrutural em vigor desde os anos 1970 tornou evidente uma série de contradições que ativaram os limites absolutos do

---

<sup>27</sup> Enquanto expressão da necessidade de encontrar novos mecanismos para deslocar suas contradições, o capital recorreu ao neoliberalismo a partir da década de 1970, o que significou o fim do pacto taylorista-fordista e o esgotamento das políticas que marcaram os anos dourados do capitalismo – o capital desconheceu grandes crises durante as três décadas posteriores à Segunda Guerra Mundial. A crise econômica de 1973 inaugura um ciclo histórico de crises sucessivas que marcam, segundo Mészáros, a crise estrutural do sistema do capital. O capital financeiro constitui-se como sua força motriz. (SANTOS NETO, CANEL, 2020, p. 28).

capital. Estes são ativados no substrato de sua essencialidade destrutiva ao assumirem um caráter universal, pela sua própria capacidade de se expandir por todo o mundo. As contradições mais profundas desencadeadas no interior do próprio domínio capitalista no plano mundial representam consequências desastrosas para a totalidade social em processo de desenvolvimento, porquanto intensificam as contradições que se articulam numa dimensão destrutiva do sistema capitalista mundial.

A exemplo do impacto da alta tecnologia no processo de trabalho sob o viés da flexibilização, há um questionamento considerável diante de um cenário no qual o capital encontra-se em seus limites absolutos: como as tecnologias serão empregadas no futuro de modo a não afetar ainda mais o índice de desemprego e subemprego da classe trabalhadora? O modo de produção capitalista em sua essência necessita acumular com base na exploração do trabalhador.

Essa exploração sem fim resulta numa disseminação de desumanizações sem precedentes, em que o desemprego e o subemprego seguem significativamente alterados para pior. Segundo Mészáros (2012, p. 22), “ele já não é limitado a um ‘exército industrial de reserva’ à espera de ser ativado e trazido para o quadro da expansão produtiva do capital”, como aconteceu durante a fase da ascensão do sistema nas bases da Revolução Industrial do século XIX. Agora a grave realidade do desumanizante desemprego assumiu um caráter crônico, uma dinamite a explodir junto ao leque de desumanizações que se adensam na esfera de uma sociedade sem igualdade substantiva para resolver as contradições que beiram seus limites absolutos.

A fim de refletirmos sobre as previsões e tendências diversas a respeito da tecnologia no futuro do trabalho, pesquisas apontam que “em meio às divergências, ganha força o consenso

de que se para o bem ou para o mal, a IA (*Inteligência Artificial*) mudará parte das profissões como as conhecemos e demandará a requalificação dos trabalhadores” (AGÊNCIA BRASIL, 2020, grifo nosso). A robótica, como uma atividade econômica que ultimamente vem crescendo e sendo empregada, de forma articulada, “tanto a máquinas comuns, quanto as que funcionam com um sistema inteligente” (AGÊNCIA BRASIL, 2020), tende a trazer novos condicionamentos sobre os empregos.

Em 2013, Carl Frey e Michael Osborne apontavam que “47% dos empregos nos Estados Unidos eram passíveis de substituição por máquinas inteligentes”. Já em 2016, os pesquisadores Melanie Arntz, Terry Gregory e Ulrich Zierahn estimaram que “o potencial de substituição seria de apenas 9%”. Relatório de junho de 2019 da consultoria McKinsey revelou “um equilíbrio no saldo de empregos até 2030, com perdas de 20% e ganhos na mesma proporção, com pequenas variações”. Essas diferentes percepções não alteram o fato de que as mudanças devem ser robustas: “entre 40 e 160 milhões de mulheres e 60 e 275 milhões de homens podem ter que mudar de ocupação” (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

A alta tecnologia, movida pela inteligência artificial, potencializa a adoção de soluções automatizadas para as atividades mais complexas. Pela grande capacidade de processar dados, ela permite a entrada em áreas onde hoje predomina a atividade humana, como, por exemplo, “a realização de diagnósticos, a elaboração de textos, a relação com clientes e a operacionalização de vendas ou transações financeiras. As ocupações mais suscetíveis são aquelas de tarefas de rotina tanto físicas quanto cognitivas” (AGÊNCIA BRASIL, 2020). As atividades mais complexas, como as que demandam juízo e decisão, são as mais desafiadoras. Mas os sistemas podem adquirir capacidade de substituir tarefas mais complexas, à

medida que o desenvolvimento da tecnologia vai evoluindo, no que se refere a uma aproximação de habilidades intelectuais humanas (como avaliação ou tomada de decisão). Enquanto isso, o desemprego aumenta consideravelmente, tendo em vista a necessidade de novos especialistas para atender a essas demandas; as velhas atividades serão substituídas pelas novas.

A tendência no futuro próximo são os novos empregos que requererão a exigência de adequação de trabalhadores a uma nova realidade na esfera produtiva. Segundo a Agência Brasil (2020), “as atividades com maior risco de substituição serão trabalhadores de serviços (30%) e operadores de máquinas (40%). Já os ganhos maiores devem ocorrer nas áreas de saúde (25%) e manufatura (25%)”. De acordo com o relatório de 2019 da consultoria, “no segmento de transporte e logística, 19% dos ouvidos previram uma diminuição acima de 10% dos empregos, e 25% dos entrevistados indicaram uma queda entre 3% e 10%. No setor de telecomunicações, os percentuais ficaram em 18% e 37%; e no automotivo, em 18% e 28%”.

Uma vez que o mundo da tecnologia tem avançado e exige transformações drásticas nas formas de trabalho, para onde irão esses trabalhadores? A palestra na 5ª Semana de Inovação do governo federal, promovida em novembro de 2019, no Brasil, trouxe uma preocupação sobre a necessidade de qualificação de trabalhadores ante o desafio da implantação de novos setores de trabalho via alta tecnologia:

Trabalhos que são feitos hoje vão desaparecer ou mudar, e outros novos vão emergir. Mas não sabemos se os novos serão suficientes, e é um problema retrainar pessoas para os novos trabalhos. Se você é caminhoneiro e perde seu emprego para um veículo automático, como uma pessoa de 45 anos se reinventa como professor de ioga ou engenheiro de *software*?



Mesmo que você faça isso, não será uma solução de longo tempo. (AGÊNCIA BRASIL, 2020).

Segundo Eduardo Magrani, “o avanço da inteligência artificial ao tempo que pode proporcionar um ganho econômico oferece risco de substituição de homens por máquinas”. Nesses termos, “o problema da empregabilidade gera a necessidade imediata de um plano de ação pelos Estados para que faça trabalho de formação para empregos do futuro de modo que não seja só ameaça e que pessoas consigam se requalificar para trabalhar juntas” (AGÊNCIA BRASIL, 2020). Esse desenvolvimento tecnológico vinculado à robótica impõe uma redução das ocupações na esfera produtiva, mas outras formas de trabalho serão necessárias para compor o cenário da produção e, junto a elas, novas formas de exploração e degradação sobre o trabalhador, novas ocupações vinculadas ao subemprego como uma forma de amenizar os efeitos do desemprego crônico via alta tecnologia.

Todo esse avanço tecnológico não representa de forma alguma o desaparecimento do mundo do trabalho e muito menos significa “um adeus ao trabalho”, pois a força de trabalho é a única mercadoria que permite que o valor se valorize. Não é à toa que todas as políticas postas em curso na contemporaneidade têm como vetor essencial atacar os direitos dos trabalhadores mediante os processos de flexibilização, terceirizações e precarizações. A fragmentação do trabalho intensifica-se no processo de desenvolvimento das forças produtivas sob a égide do capital financeiro. As novas formas de exploração foram forjadas para suprir a necessidade de valorização do valor capital.

Os processos de trabalho estão voltados à manutenção vital do sistema capitalista e consistem numa expansão contínua da extração do sobretrabalho, na qual se extrai o máximo tempo

de trabalho excedente mediante a intensificação da exploração da totalidade do trabalho em detrimento de todo o desenvolvimento tecnológico. O trabalho abstrato, cada vez mais fragmentado, somente pode se desenvolver se estiver sob o comando da força estruturante do capital. Conclui-se então que enquanto o processo de trabalho estiver sob o domínio do capital, ele jamais conseguirá alcançar sua plenitude universal como trabalho concreto, e muito menos como trabalho associado (livre e universal).

O cenário de degradação e exploração do trabalho intensifica-se sob a via da alta tecnologia. O desemprego não representa um estado de exceção, mas configura-se como parte “inerente à lógica do capital desde a constituição inicial desse sistema séculos atrás, e que atinge sua maturidade em nosso próprio tempo de uma forma inextricavelmente associada à sua crise estrutural” (MÉSZÁROS, 2007, p. 145). Estamos vivenciando uma profunda crise estrutural do capital que não deixa espaço para tranquilidade ou certeza. Pelo contrário, “lança uma nuvem escura sobre o futuro, caso os desafios históricos postos diante do movimento socialista não sejam enfrentados com sucesso enquanto ainda há tempo” (MÉSZÁROS, 2012, p. 109).

A luta pela superação do desemprego para além dos limites absolutos do capital é mais que necessária ante os graves acontecimentos presenciados na contemporaneidade. Resta-nos como saída a luta revolucionária proposta por Marx ou seremos consumidos pelo viés da barbárie, sob as bases destrutivas do modo de produção vigente.

O breve escrutínio do desenvolvimento científico-tecnológico no interior do sistema do capital permite observar que o desemprego no interior deste sistema sociometabólico é estrutural e não episódico. O conhecimento científico-

tecnológico assegura a passagem da subordinação formal à subordinação real do capital sobre o trabalho, e o trabalhador se torna um apêndice da máquina e dos interesses de reprodução ampliada do capital.

A inserção do maquinário e sistema de máquinas de máquinas inteligentes no processo de produção não reduz o fardo do trabalho que pesa sobre os ombros do proletariado; pelo contrário, amplia a dominação do capital sobre o trabalho e permite que os capitalistas possam lançar no exército industrial de reserva milhões de trabalhadores. O desemprego se constitui como um problema social porque o desenvolvimento das forças produtivas pela mediação da tecnologia poderia implicar a constituição do reino da abundância e a superação da miséria e da pobreza da classe trabalhadora. No entanto, o desenvolvimento tecnológico tem servido para aprofundar ainda mais a lei geral da acumulação capitalista, em que o crescimento da riqueza num polo representa a multiplicação da miséria do outro. A tecnologia aprofunda as desigualdades sociais e intensifica o desemprego de uma ponta a outra do sistema constituído.

O desemprego se revela como parte inerente da estrutura do sistema do capital, de forma que o próprio sistema não tem como erradicá-lo. A natureza crônica do desemprego revela os limites absolutos do sistema. A impossibilidade de o capital resolver o problema do desemprego é um elemento que revela a natureza incontrolável do capital. Nesse contexto, o desemprego tem capacidade não somente de revelar os limites absolutos e a natureza desumana do capital, mas dinamita o sistema, uma vez que se intensificam as contradições entre capital e trabalho.

As medidas reparadoras para superar a profunda crise econômica experimentada pelo sistema do capital revelam-se

inócuas, pois o desenvolvimento tecnológico não tem capacidade de produzir mais-valor, nem alquimia para resolver a crise de acumulação e expansão. As medidas neoliberais revelam que o capital busca intensificar sua dominação sobre o trabalho de todas as formas; no entanto, as contrarreformas não param de ser aplicadas e não conseguem resolver o problema. Nesse espectro, o fetichismo da tecnologia cresce aprofundando ainda mais “a violência, a destruição de tradições, a opressão, a redução da avaliação de toda atividade ao frio cálculo do dinheiro e do lucro” (HARVEY, 2009, p. 97).

## Referências bibliográficas

AGÊNCIA BRASIL. *Inteligência Artificial e os Impactos nos Empregos e Profissões*. Publicado em 1º de setembro de 2020. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2020-08/inteligencia-artificial-e-o-impacto-nos-empregos-e-profissoes>>. Acesso em: agosto de 2021.

BOSTROM, N. *Superinteligência: caminhos, perigos e estratégias para um novo mundo*. Rio de Janeiro: DarkSide Books, 2018.

HARVEY, D. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trad. Adail Sobral e Maria Gonçalves. 18ª edição, São Paulo: Edições Loyola, 2009.

\_\_\_\_\_. *A Loucura da Razão Econômica: Marx e o capital no século XXI*. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

MARX, K. *O Capital. Crítica da Economia Política. Livro I – o processo de produção do capital*. Tradução Rubens Enderle. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2007.

MÉSZÁROS, I. *Para Além do Capital*. In: O desemprego crônico: o significado real de "explosão populacional". Trad. Paulo César

Castanheira e Sérgio Lessa, São Paulo: Boitempo e Editora da Unicamp, 2002.

\_\_\_\_\_. *O Desafio e o Fardo do Tempo Histórico: o socialismo do século XXI*. Trad. Ana Cotrim, Vera Cotrim, São Paulo: Boitempo, 2007.

\_\_\_\_\_. *O século XXI: o socialismo ou barbárie?* Trad. Paulo Cezar Castanheira, São Paulo: Boitempo, 2012.

SANKHYA. *Revoluções Tecnológicas e a Quarta Revolução Industrial*. Blog Gestão e Tecnologia. Publicado em junho de 2018. Disponível em <[Revoluções Tecnológicas e a Quarta Revolução Industrial \(sankhya.com.br\)](http://sankhya.com.br)>. Acesso em: agosto de 2021.

SANTOS NETO, A. B. *Mundialização do Capital: Imperialismo e Subimperialismo*. Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020. *E-book*.

\_\_\_\_\_; CANEL, J. J. C. Neoliberalismo, Neofascismo e Pandemia. In: *Coronavírus e a crise do capital: impactos aos trabalhadores e a natureza*. SANTOS NETO, Artur Bispo dos. FERNANDES, Elaine. (Orgs.). Goiânia-GO: Editora Phillos Academy, 2020. *E-book*.

## SOBRE OS AUTORES

### **Artur Bispo dos Santos Neto**

Graduado em Filosofia pela Universidade Federal de Alagoas (1993), mestrado em Filosofia pela Universidade Federal de Pernambuco (2000), doutorado em Letras e Linguística pela Universidade Federal de Alagoas (2007), pós-doutorado em Filosofia pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Atua como professor Associado IV na Universidade Federal de Alagoas, nos cursos de Filosofia e Serviço Social. É Professor Permanente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. Participa do Grupo de Pesquisa em Reprodução Social e do Grupo de Pesquisa Estado, Direito e Capitalismo Dependente. Suas pesquisas estão relacionadas aos temas: capital e trabalho, estética e ética materialista, formação socioeconômica e histórica do Brasil e da América Latina.

### **Tatiana Lyra Lima Félix**

Graduação (2009) pela Faculdade de Serviço Social. Mestrado (2012) pelo Programa de Pós-graduação. Doutoranda (2017-2021) no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Alagoas. Desde 2009, pesquisa os fundamentos do desemprego em Marx e sua dimensão na contemporaneidade capitalista. No ano de 2013, foi servidora pública como Assistente Social na Secretaria Municipal de Assistência Social em Viçosa, Alagoas. No período entre 2013 e 2017, atuou como professora em Serviço Social na Faculdade Raimundo Marinho de Maceió e no Instituto de Ensino Superior Santa Cecília - IESC, em Arapiraca, Alagoas, e como professora

substituta na Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas. É integrante do Grupo de Pesquisa Reprodução Social pela Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Alagoas, atuante na linha de pesquisa Fundamentos da Sociabilidade Humana desde 2006.

EDITORA  
**phillos.**  
ACADEMY

[WWW.PHILLOSACADEMY.COM](http://WWW.PHILLOSACADEMY.COM)